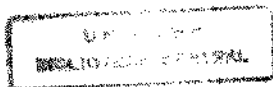


OLAVO HENRIQUE PUDENCI FURTADO

**TRAJETOS E PERSPECTIVAS SOCIAL-DEMOCRATAS:
DO MODELO EUROPEU PARA O PSDB E O PT NO BRASIL**

UNICAMP, MARÇO DE 1996.



Olavo Henrique Pudenci Furtado

TRAJETOS E PERSPECTIVAS SOCIAL-DEMOCRATAS:
DO MODELO EUROPEU PARA O PSDB E O PT NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação do
Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto.

Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
22/04/96.

Banca:


Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto


Prof. Dr. Décio A. Marques de Saes


Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo

Março de 1996

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho científico nunca é obra de um único autor, mas sim contribuição de todos. O presente texto não foge a esta regra.

Gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos ao Prof. Shiguenoli Miyamoto, que muito longe de ser apenas um grande orientador também se tornou um grande amigo.

Agradeço também à banca examinadora, Prof. Caio Navarro e Prof. Décio Saes, que intervieram com sugestões elegantes e com o espírito construtivo de verdadeiros educadores.

Obrigado à Profa. Rachel Meneguello, sem a qual nada disso poderia ter sido sequer iniciado.

Agradeço também ao Prof. Marco Aurélio Garcia, ao Prof. Eliézer Rizzo de Oliveira, ao Prof. Göran Therborn (o que se faz possível com a Internet!), ao amigo Cabrera e a amiga Regina Célia pelas conversas enriquecedoras.

Agradeço aos meus irmãos, Gustavo e Sílvia, pela paciência.

Obrigado aos amigos e funcionários da secretaria de pós-graduação do IFCH.

Agradeço, por fim, a todos os demais amigos e professores que contribuíram direta ou indiretamente com a presente dissertação.

Além disso, gostaria de listar as seguintes instituições que também ajudaram neste trabalho: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, CNPq, Instituto Sueco, Fundação Friedrich Ebert, Partido Social-Democrata da Suécia (SAP), Partido Social-Democrata Alemão (SPD), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

***Aos meus pais, Galvão e Seloísa,
por resguardarem da tempestade todos os meus dias.
A Ana Teresa,
agora e sempre.***

Aplicando-me a conhecer a sabedoria, e a ver o trabalho que há sobre a terra, pois nem de dia nem de noite vê o homem sono nos seus olhos. Então contemplei toda a obra de Deus, e vi que o homem não pode compreender a obra que se faz debaixo do sol; por mais que trabalhe o homem para a descobrir, não a entenderá; e, ainda que diga o sábio que a virá a conhecer, nem por isso a poderá achar.

Livro do Eclesiastes, capítulo oitavo

SUMÁRIO

Introdução - A Dúvida como Política

Primeira Parte - O Modelo Histórico de Social-Democracia

Capítulo I - Conceito e Identidade

- a. De *Persas e Nórdicos*: Qual Social-Democracia? 05
- b. Identidade Social-Democrata 10
- . *Princípios de Identidade Política: a Social-Democracia pré-30* 10
- . *Consolidação Social-Democrata: Keynes e as Experiências de 30* 12

Capítulo II - Elementos do Modelo: Aspectos Gerais

- a. Democracia e Capitalismo Avançado 22
- b. Partido, Sindicato e Sociedade civil 29

Capítulo III - Elementos do Modelo: o Exemplo Sueco

- a. Para se entender a Social-Democracia Sueca 39
- . *Welfare State Social-Democrata e Estado Keynesiano* 39
- . *Capital, Trabalho e Relações de Classe* 44
- b. Partido Social-Democrata Sueco (SAP) 47
- . *Das Primeiras Décadas aos Dias de Hoje* 47
- . *Características Finais* 53
- . *Programa Partidário de 1990 e Manifesto Eleitoral de 1994* 54

Segunda Parte - Modelo Social-Democrata para o Brasil

Capítulo IV - Dois Novos Ambientes

- a. América Latina: Do Primeiro para o Terceiro Mundo 69
- b. Brasil Social-Democrata? 77
- . *Três Questões Preliminares sobre o PSDB e o PT* 77
- . *Questões Abertas: Partidos Brasileiros e Social-Democracia* 78

Capítulo V - A Social-Democracia no PSDB

- a. Origem e Breve História do PSDB 95
- b. Documentos Partidários: PSDB 102
- . *Manifesto, Estatuto e Programa (1988)* 103
- . *Os Desafios do Brasil e o PSDB (1989)* 111

Capítulo VI - O Socialismo-Democrático no PT

- a. Origem e Breve História do PT 118
- b. Documentos Partidários: PT 132
- . *Manifesto e Programa (1980, 1981)* 133
- . *Resoluções do Primeiro Congresso do PT (1991)* 135

Considerações Finais

- . *Europa e Brasil: A Comparação Limitada* 146
- . *PSDB e PT: A Polarização pelo Centro* 149
- . *Qual Social-Democracia?* 153

Anexos

Bibliografia

INTRODUÇÃO

A DÚVIDA COMO POLÍTICA

Vamos citar apenas dois acontecimentos que transtornaram a vida política neste final de século...

A crise do socialismo no leste europeu e seus efeitos na esquerda mundial.

A ressonância dos acontecimentos deflagrados na Europa comunista e na extinta URSS, na década de 80, atingiram por completo os partidos de esquerda, principalmente aqueles que se fundamentavam sobre concepções socialistas. Como consequência quase imediata deste turbilhão de mudanças pudemos perceber, por parte destes setores, uma drástica revalorização da democracia como peça imprescindível do debate... seja qual for o debate!

A tão propalada tese da vitória do capitalismo e o pouco sustentável decreto do "fim da história".

Sem dúvida nenhuma, o capitalismo venceu aquilo que até há pouco tempo se tomava como sendo "o socialismo". Venceu a batalha, isto é verdadeiro, mas a história não tem fim. Afinal, o capitalismo não superou as desigualdades sócio-econômicas e regionais, os imensuráveis índices de miséria, de fome, de pobreza quase absoluta, os intermináveis conflitos étnicos e raciais, ou seja, o capitalismo ainda não venceu os problemas que, em grande parte, ajudou a criar. E o que lhe é menos favorável: se o socialismo é uma teoria que ainda não foi vivida em toda a sua plenitude, o capitalismo é uma prática que há muito está sendo experimentada.

Na mesma década do "fim do socialismo", o que se viu foi um estreitamento desta experiência do capital através do ostensivo avanço de sua vertente mais radical, anti-estatal e ultraprivatista: o *neoliberalismo*. Uma vez que o "socialismo real", a princípio, fracassara, esta "radicalização de direita" - cuja maior expressão foi o

tatcherismo e o *reaganismo* - também lançou "novas luzes" sobre o capitalismo. Alguns setores liberais até reconheceram dinâmicas perniciosas ao sistema, chegando mesmo a propô-lo sob um ângulo menos "selvagem" e mais social, voltando-se para sinceras preocupações humanitárias e ecológicas. Um capitalismo que se pretende, se assim podemos classificar, mais *social-liberal* do que propriamente *neoliberal*.¹

Sem entrarmos no mérito destas posições, certo é que o eixo político internacional se deslocou e está revolvendo os antigos parâmetros ideológicos. Desarraigados de um equilíbrio passado e ainda reequacionando uma futura estabilidade, tanto a direita como a esquerda sentem-se atraídas por uma posição mais *ao centro*. Hoje, mais do que nunca e com raras exceções, estar situado no *centro* é motivo das mais variadas e antagônicas simpatias. Identificar-se como *moderado* parece estar na ordem do dia. Não sem razão: em fases de transição, quando não temos muito o que afirmar, é um erro ser categórico em suas convicções. Há, isto sim, sempre e muito o que perguntar. É o que vivemos atualmente: *a política da dúvida*. E ela parece nos levar ao *centro*.²

¹ Numa comparação entre a social-democracia e o "social-liberalismo", o jurista Miguel Reale assim define este último: "Para o social-liberal, ao contrário [dos social-democratas], as soluções baseadas na livre iniciativa devem ter caráter preferencial e prioritário, somente se recorrendo ao Estado quando os agentes econômicos se revelam incapazes de assegurar a 'liberdade social', isto é, aquele mínimo de vida individual sem o qual as liberdades jurídica e política são mero simulacros" [v. Social-democracia e social-liberalismo, *O Estado de S. Paulo*, 28.01.1995]. Para Delfim Netto, "os prejuízos e atrasos produzidos pelo excesso de ativismo e politicagem no setor público não devem, entretanto, levar à divinização do 'mercado'. Sem regulamentação rígida e sem um Estado forte não há 'mercado' que funcione!" [v. Economia Social de Mercado, *Folha de S. Paulo*, 11.01.1995].

² Em instigante e erudito artigo, o professor Romelio Aquino (UFBA) adota o termo *cultura centrã* para identificar uma tendência perceptível "à direita", ou seja, a de colocar-se mais ao centro. Nas palavras do professor, "a direita acha no centro o álibi perfeito para sua envergonhada identidade". Sem pretendermos polemizar sobre os eventuais exageros do artigo, acreditamos que tal "cultura" não é monopolizada apenas pela direita. Certamente, o "fenômeno" também envolve setores identificados à esquerda do espectro político. Talvez, sem a intenção do "álibi", mas, quem sabe, setores um tanto quanto "envergonhados". [v. Centro, o álibi da direita: a cultura "centrã" extrapola o conflito político desqualificando a esquerda como antagonista. *Folha de S. Paulo*, 12.02.1995]

Este texto é parte desta transição, é fruto deste estímulo do desconhecimento e de uma perseguição exaustiva por algumas respostas (ou, quando muito, indicações). O que o leitor vai encontrar nas páginas deste trabalho é uma tentativa de caminhar sobre algumas questões que, a princípio, foram formuladas de forma um tanto quanto simples: o que é a social-democracia? a social-democracia é uma proposta viável para o Brasil?

No decorrer da pesquisa, no entanto, e à medida que o texto fluía com novas idéias pipocando neste e naquele parágrafo, o que se viu foi uma sadia complexização de nossas intenções primárias.

Na *Primeira Parte*, o leitor vai encontrar um desafio perturbador: definir e caracterizar a social-democracia no seu modelo histórico europeu. Tratou-se de um desafio porque o tema facilmente pode nos enredar, ou seja, perder-se entre inúmeros estudos de casos. Logicamente, tivemos que delimitar espaços e enfoques. Isto nos obrigou a dividir esta parte em três capítulos. No *Capítulo I* - destituídos do "militantismo sectário", mas também sem "visões romanceadas" - procuramos deixar claro os aspectos conceituais e da identidade social-democrata. No *Capítulo II* nossa intenção foi trazer a discussão sobre alguns elementos característicos e, ao mesmo tempo, "paralelos" à constituição da social-democracia. Elementos estes percebidos por nós nos modelos estudados. No *Capítulo III*, fechamos nossa lente sobre um destes modelos: o partido social-democrata sueco. A idéia central desta parte foi a de localizar o leitor, de forma metódica, diante de um tema complicado, cuja bibliografia é muitas vezes escassa ou de difícil acesso, mas que deve ser motivo de atenção de todo analista político de nosso tempo.

Na *Segunda Parte*, não sem antes analisar brevemente a social-democracia na América Latina, trouxemos esta discussão para o Brasil. O *Capítulo IV* é na realidade uma espécie de "introdução" a esta parte, onde propusemos algumas questões rápidas sobre nossos objetos de estudo: o "PSDB social-democrata" e o "PT socialista-democrático". Nos capítulos sequenciais - *Capítulo V* e *Capítulo VI* - trabalhamos respectivamente com o PSDB e com o PT. Nos dois capítulos o leitor vai encontrar um rápido perfil de cada um destes partidos (a origem, os quadros formadores, os eventuais motivos de criação, as lideranças, a organização interna, a relação com as bases, o regionalismo, o desempenho eleitoral, etc) e a análise de alguns documentos partidários importantes. Logicamente, tudo isso sob o ponto de vista da social-democracia (ou, se preferir, do socialismo-democrático).

Finalmente, nos permitimos algumas *Considerações Finais*.

Encerramos, portanto, estas linhas iniciais com uma última observação ao nosso leitor:

Este trabalho é apenas uma contribuição. A social-democracia é um tema para a vida inteira.

PRIMEIRA PARTE

O MODELO HISTÓRICO DE SOCIAL-DEMOCRACIA

CAPÍTULO I

CONCEITO E IDENTIDADE

a. De *Persas e Nórdicos*: Qual Social-democracia?

Palavra camaleão - é com este sentido que Buci-Glucksmann & Therborn (1983) identificam a social-democracia. Nada mais verdadeiro. Desde sua origem, ela obteve a simpatia de uns e a desconfiança de tantos outros. Se a social-democracia permitiu facilmente a sua absorção pelos discursos de esquerda e de direita, é também realidade que, ao mesmo tempo, conseguiu desagradar a ambos. E tal posição, talvez tenha contribuído para o seu maior triunfo: sobreviver.¹

Qual social-democracia? Se já nos perguntamos tantas vezes qual socialismo, hoje, com os eventos ocorridos na extinta União Soviética e no seu "apêndice" europeu, talvez estejamos mais do que aptos a perguntar *qual social-democracia?*

A social-democracia é um objeto complexo. Suas variantes ideológicas e espaço-temporais não nos permitem uma observação estritamente linear e verticalizada.

Por exemplo, seria incompleto definir o *Labour Party* inglês e o SPD alemão² como "modelos de partidos social-democratas" sem considerarmos as *especificidades internas* a cada um (origens, bases, organização, etc.) ou as *variáveis externas* que os afligem (Estado, sociedade civil, desempenho eleitoral, instituições representativas, etc).

¹ Não façamos subestimações primárias sobre a social-democracia. Esta situação de agradar/desagradar a "gregos e troianos", não determina em hipótese nenhuma uma ausência de posição. A social-democracia, como o comunismo e o liberalismo, possui uma trajetória cientificamente comprovável. Sem entrar no mérito de suas ações e não especificando as circunstâncias nas quais estiveram inseridos, certo é que os social-democratas (como os comunistas, liberais, etc.) estiveram presentes na história política da humanidade com posições bem claras sobre os mais diversos assuntos.

²SPD: *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*.

As *realidades nacionais*, por sua vez, dificilmente convergiriam: se a social-democracia não têm o mesmo conteúdo na Alemanha e na Suécia, por exemplo, o que dizer, então, numa comparação com a América Latina.

Mesmo dentro de um único país, podemos variar nossas avaliações. A título de exemplo, o que teria sido comum ao discurso social-democrata alemão nos idos de 1890, diferencia-se sobremaneira do projeto apresentado no congresso do partido, realizado em 1959, em Bad-Godesberg. Portanto, a partir de qual data nós poderíamos colocar a social-democracia em termos de sua "contemporaneidade"³?

Desde o debate interno ao marxismo até o abandono definitivo do mesmo, a social-democracia nunca foi única e, muito menos, unânime.⁴ Simples "verniz" de

³ É em 1896, mais especificamente, que Bernstein começa a publicar, na revista do partido social-democrata alemão, *Die neue Zeit* [=O Tempo Novo], os artigos que formariam o seu *Problemas do Socialismo*. Mais tarde estes artigos serviriam de base para a sua principal obra, *Os Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia* (1899). Pouco antes, entre 1891 e 1893, Bernstein tinha deslocado sua energia para o debate com os críticos burgueses do marxismo. Alguns destes críticos e parte de suas teses: J. Wolf (a pauperização não progride e as camadas médias não tendem a desaparecer à medida que o capitalismo se desenvolve), H. Herkner (reformas sociais são uma forma de conter o impeto revolucionário) e G. von Schulze-Gävernitz (o desenvolvimento do capitalismo gera melhorias nas condições operárias). Estas críticas ao marxismo, apesar de receberem oposição de Bernstein, não foram inteiramente refutadas por ele. Pelo contrário, Bernstein as transformou em suas "críticas marxistas" ao marxismo - ao nosso ver, a melhor definição de *revisionismo*. [Para uma compreensão mais definida da trajetória bernsteiniana, v. I. FLETSCHER, "Bernstein e o Desafio à ortodoxia", in HOBBSAWN, *História do Marxismo* vol II].

Por sua vez, já com mais de meio século de distância, o programa social-democrata alemão de Bad-Godesberg representou o rompimento definitivo com qualquer vestígio de marxismo. Voltaremos a versar sobre o conteúdo deste programa no decorrer deste capítulo. Importa ressaltar nesta nota que definir a "contemporaneidade" de uma proposta social-democrata, além de restringir o período de observação (o que favorece a qualidade da pesquisa), também coaduna com os nossos propósitos.

⁴ Sem nos determos em causativas definições... CARRILO (1977) compara a estratégia do *eurocomunismo* (fenômeno identificado geralmente com os partidos comunistas francês, italiano, português e espanhol) e da social-democracia em dois terrenos diferentes (nos dando inclusive, uma interpretação desta última). No terreno ideológico, o eurocomunismo propõe "*transformar a sociedade capitalista, não administrá-la; elaborar uma alternativa socialista ao sistema do capital monopolista de Estado, não integrar-se neste e ser uma de suas variantes de governo*". No terreno prático, contudo, não haveria divergências "com todos os grupos democráticos não enfeudados à propriedade de tipo monopolista", incluindo aqui os partidos social-democratas. [v. SANTIAGO CARRILO, *Eurocomunismo e Estado*, p. 94]. Sobre o *austromarxismo*, PASQUINO cita que "... enquanto a Social-democracia se mantém ligada a um resíduo de perspectivas revolucionário-paligenéticas [=de eterno retorno], a afinidade que a une ao comunismo prevalece sobre

esquerda para uma adesão, sem remorsos, ao capitalismo? Prática deliberada de "tomada de posições" para a conquista do poder a *la Gramsci*⁵? Viabilidade especificamente eurocentrista ou estratégia "exportável" para países da América Latina?

Digna de atenção, a social-democracia nos presenteia com um campo fecundo de correntes históricas e variantes políticas ávidas por quem as decodifique. Dai a sua riqueza, mas, como vimos, também o seu perigo.

Seria muito cômodo afirmar, como é comumente feito, que a social-democracia teria redundado num *puro adesismo* ao sistema capitalista, funcionando como um "reformismo-mantenedor" das contradições internas ao sistema e, portanto, amortecendo o inevitável: a sua derrocada. Em algum momento, portanto, a social-democracia teria traído seu passado operário e não resistido ao "canto da sereia" da burguesia. Cômodo, mas impróprio. Por quê?

Primeiramente, porque tal simplificação caduca por si quando traz à tona uma "sectarismo" que se remete às primeiras décadas de um século que, afinal, está terminando. Constatação simples: basta apenas um dia para o mundo não ser mais o mesmo. O que dir-se-á depois de um século?!

qualquer outra divergência, como aconteceu com o austromarxismo..." [v. Social Democracia, in BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 1991] ou, em termos comparativos, "se o leninismo se afirma como crítica e tentativa de análise teórica do 'reformismo', inversamente, a social-democracia neomarxista alemã ou austríaca fará a teoria da sua própria experiência do Poder quer como uma alternativa ao leninismo (Kaustky, Hilferding), quer como busca de uma terceira via, nem leninista nem reformista (Max, Adler e Otto Bauer)". [v. BUCI-GLUCKSMANN & THERBORN, *O Desafio Social-Democrata*, p. 67]

⁵ BUCI-GLUCKSMANN & THERBORN, *O Desafio Social-Democrata*, p. 117 - 123. Apesar de nosso trabalho não desenvolver especificamente "um estudo gramsciano" sobre a social-democracia, voltaremos brevemente a este tema. O leitor poderá encontrar uma análise substancial sobre a relação entre a social-democracia e a "categoria gramsciana" de *revolução passiva* nas páginas citadas nesta nota. [Este livro é leitura obrigatória para os interessados na discussão sobre a social-democracia. Trata-se de uma edição portuguesa do original escrito em francês. Para facilitar o andamento adotaremos, nas notas de rodapé, a abreviatura *BG&T* toda vez que nos referirmos aos autores aqui citados].

Segundo, porque também podemos direcionar inversamente esta conclusão, arguindo no mesmo eixo argumentativo. E se a social-democracia nada mais fez do que responder às demandas de um operariado reformista, avesso às "utopias" sobre o seu futuro? Seria ela, com tal atitude, o partido *verdadeiramente* representante do interesse da classe operária (ou de uma parte dela)?

No século XVIII, Montesquieu perguntava: como é possível ser-se persa? A pergunta não perdeu a sua atualidade... Mas há outras menos evidentes e igualmente temíveis. Entre elas, uma que nos acompanhou, desafiou, transformou: *como e porquê pode uma classe operária ser reformista de nascimento?* Nenhuma análise marxista respondeu nunca a uma pergunta assim formulada. Porque ela perturba as certezas adquiridas, os chavões habituais e os esquemas feitos por medida para se não pensar.⁶

Realmente, há muito o que aprender com os "persas"!

No entanto, se evitamos, por um lado, as subestimações sobre o potencial "social-democrata" da classe operária, por outro lado podemos, valorizar a social-democracia como o *caminho ideal*, a *terceira via*, o "*socialismo evolucionário*" que Bernstein nos indicou.⁷ Novamente, resistamos às reduções!

É identicamente um fato que passado também este mesmo século, o socialismo não "*caiu de maduro*" nas mãos da esquerda. O reformismo social-democrata não conseguiu responder a questão básica: se e quando *romperá* com o capitalismo?

Pouco importa que as experiências social-democratas, incluindo a mais avançada, a sueca, nunca tenham chegado a ser, através das reformas, mais que um compromisso, mais ou menos histórico, entre o desenvolvimento capitalista, a classe operária e o Estado; que as conquistas sociais muito

⁶ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 13. (grifo nosso)

⁷ Baseando-se em nossa leitura do *Os Pressupostos do Socialismo...*, não nos consta que Bernstein tenha adotado literalmente a expressão "socialismo evolucionário" para expressar suas idéias. Tal termo é o título da edição norte-americana do referido livro de Bernstein, adotado também na (péssima) tradução para o português. [Para uma brilhante exposição sobre as possibilidades e os limites da "terceira via" v. NORBERTO BOBBIO, "Existe a Terceira Via?", in *As Ideologias e o Poder em Crise*, 1988].

reais dos países nórdicos (...) se tenham desenvolvido, no entanto, dentro de uma lógica da rentabilidade do capital e das multinacionais; que... o processo se tenha "bloqueado" nos problemas decisivos do poder econômico e da "democracia industrial"?⁸

Realmente, também há de se aprender muito com os "nórdicos"!

As perguntas colocadas acima são muito razoáveis e, ao mesmo tempo, nos confundem.

Afinal, onde hoje se situa ideologicamente a social-democracia? Qual o seu objetivo a longo prazo? As respostas a estas e tantas outras colocações certamente ultrapassariam as páginas deste trabalho. Alertam-nos, no entanto, para que canalizemos nossa sede investigativa de modo a obter uma resolução "enxuta", procurando evitar caminhos demasiadamente curtos e redutivistas, mas também desvios longos e apaixonados.

Especificamente esta primeira parte busca construir um perfil social-democrata, *um paradigma*. Detalhando melhor, procuraremos separar alguns aspectos relevantes e alguns elementos que melhor contribuiriam para caracterizar uma proposta autenticamente social-democrata. *Qual social-democracia?* Esta é a nossa "questão-norte".⁹

No item seguinte, ainda neste capítulo, procuraremos compreender a social-democracia definindo sua *identidade política e econômica*. Como a social-democracia tornou-se diversa das demais linhas ideológicas, constituindo-se numa

⁸ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 17 e 18.

⁹ O leitor deve ter em mente que a ênfase será dada no estudo de partidos social-democratas e não nas realidades nacionais ou sociais onde tais agremiações interagem. A observância de tais realidades é uma condição necessária para não se importar modelos. No entanto, devido inclusive a nossas próprias limitações, esta será uma preocupação real, mas, a princípio, secundária. Limitaremos-nos apenas àquelas informações de absoluta relevância no estudo de tais partidos.

proposta original de sociedade? Quais os períodos ou os fatos histórico-políticos que determinaram esta identidade social-democrata?

b. Identidade Social-Democrata

. Princípios de Identidade Política: A Social-Democracia pré-30

Até o fim da II Internacional (1889 - 1914) - ou um pouco mais à frente, até a Internacional Comunista (1919) - a social-democracia foi um conceito único com diferentes matizes.

Até este momento, sem aprofundar os argumentos particulares a cada corrente, certo é que os "espartaquistas", os "leninistas", os "revisionistas",... ou os "social-democratas alemães", "social-democratas russos",... ou, simplesmente, com uma dose ainda maior de imprecisão, "revolucionários e reformistas",... todas estas disparidades ideológicas, ora divergentes, ora convergentes, estavam resguardadas sob o mesmo manto da "Social-Democracia".

Implica que todos, apesar de fracionados entre si, colocavam *um objetivo comum de luta* (o socialismo), tinham *uma base social definida* (operária, de massas) mas, defendiam *meios estratégicos diferentes*. O ponto de ruptura formal, a Internacional Comunista, é resultado de um processo político interno (de iniciativa russa e, mais especificamente, do "leninismo").¹⁰

¹⁰ Para uma introdução a esta polémica ver: K. KAUTSKY, *O Programa de Erfurt* (1892); E. BERNSTEIN, *Problemas do Socialismo* (1896); E. BERNSTEIN, *Os Pressupostos do Socialismo...* (1899); R. LUXEMBURG, *Reforma ou Revolução* (1898/1899); K. KAUTSKY, *Os Caminhos do Poder* (1901); W. LENIN, *O Estado e a Revolução* (1917); K. KAUTSKY *A Ditadura do Proletariado* (1918); W. LENIN, *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky* (1918).

Buci-Glucksmann & Therborn (1983) colocam com clareza que, a partir desta "nova fase histórica do capitalismo ou do 'socialismo'" (sugestivamente denominada de *conjuntura de encruzilhada*¹¹), as social-democracias podem ser entendidas no seu "sentido moderno".

Sem a guerra de 1914-1918, da revolução de Outubro e a crise revolucionária dos anos 1918-1920, a social-democracia, com o sentido moderno de *resposta reformista a uma crise em que as massas põem de novo em causa a ordem existente e se tornam sujeitos da sua própria história*, é impensável.

Ou, em termos menos factuais e mais ideológicos,

Desta crise e dos fenómenos de "estabilização" capitalista que ela provocará momentaneamente, derivam as duas grandes experiências social-democratas neomarxistas do pós-guerra: a de Weimar e a do austromarxismo. A própria

¹¹ BG&T, *O Desafio Social-democrata*, p. 28 - 35. Os autores contextualizam três tipos de "conjunturas" ou "fases" onde a social-democracia "torna-se uma aposta, um desafio histórico considerável que diz respeito a todas as outras forças políticas".

As *conjunturas de constituição*, relacionam-se à primeira fase dos partidos social-democracias (fins do século XIX e início do XX), com sua origem vinculada à organização das lutas do movimento operário e a conquista/transformação do Estado.

As *conjunturas de encruzilhada* referem-se às "experiências e teorizações" da social-democracia diante das "encruzilhadas do capitalismo, do seu Estado, da correlação de formas mundiais". No entender dos autores, com o qual este trabalho concorda, "longe de serem uma espécie de *exerço externo* num movimento operário potencialmente revolucionário" para se compreender as desventuras social-democratas "il convient donc de mettre fin à deux histoires séparées et séparables: celle du capitalisme et celle du mouvement ouvrier, pour aborder une seule histoire de manière critique: *celle du mouvement ouvrier dans celle du capitalisme*, de ses transformations et pratiques".

Por fim, as *conjunturas de crise* que podem ser exemplificadas tanto pela década de 1930 como pela crise mais atual pela qual estão passando os *welfare states* social-democratas após 1970. A "viragem histórica de 30" é um exemplo de quando as social-democracias (mais especificamente, os partidos social-democratas) sofrem uma "mutação interna". "Neste caso de *social-democracias em transição*, a crise das social-democracias e a conjuntura renovada de 'social-democratização' coexistem ou afrontam-se, atravessando os partidos social-democratas e socialistas, e deixando às outras forças um espaço de intervenção muito mais amplo e decisivo". (grifo dos autores)

THERBORN nos esclarece [carta enviada ao autor datada de 21.04.1995] que, após a conjuntura de constituição, as fases de transição e crise da social-democracia não podem ser tomadas como períodos fixos, mas sim como momentos que se "repetem" e que tem significados diferentes de acordo com cada país específico: "In Scandinavia and in New Zeland, for instance, the 30s were a period of a major positive turn, to office and longterm influence, in UK and in Germany it was a decade of defeat. In France, a brief moment of triumph".

novidade da situação levará os seus teóricos mais representativos, como Hilferding ou Bauer e Adler, a novas análises do capitalismo ou da questão democrática *que não será possível reduzir apenas ao debate anterior acerca do revisionismo*. A oposição Bernstein/Kautsky é deslocada e parcialmente ultrapassada.¹²

O que a III Internacional fez foi delimitar formalmente dois caminhos que já se "supersaturavam": o revolucionário e o reformista. Gerado pelo *Bernstein Debatte* e formalizado pela Internacional, este *novo caminho* diferenciou-se do comunismo solidificando-se numa forma visível e autônoma de social-democracia.

No entanto, se as social-democracias modernas, até 1930, ainda conservavam os "princípios revolucionários" do marxismo, é neste decênio que dois novos elementos vão se agrupar junto ao espectro teórico social-democrata, alterando o perfil da relação partido-classe e, principalmente, diminuindo o seu caráter marxista: o *keynesianismo* e as *primeiras experiências de governo*.¹³

. Consolidação Social-Democrata: Keynes e as Experiências de 30

A década de 30 foi - como também o foram os anos de 1789, de 1848 ou 1917 - um período que a História preservou como *referencial*.

¹² BG&T, p. 33. (grifo nosso)

¹³ ADAM PRZEWORSKI, *Capitalismo e Social-Democracia*, p. 40. Przeworski afirma ser um equívoco acreditar que os social-democratas "começaram a recrutar apoio de outros grupos além da classe operária somente após haverem desistido de seus objetivos socialistas". Segundo o autor, os social-democratas, muito antes de 30, já "buscavam apoio fora da classe operária" motivados, sobretudo, pelo fato de que a decisão de participar eleitoralmente estava gerando frutos. Desde, então, eles teriam passado a "oscilar" entre a "procura por aliados" e a "ênfase no operariado". Não discordando desta tese, o que estamos frisando é que, a partir de 30 (quando a social-democracia se torna "governo"), tal "oscilação", que já viria desde o Programa de Erfurt (1891), adquire maior velocidade. Inclusive, olhando mais à frente, o "alargamento estatal" inicialmente proporcionado por esta mesma geração social-democrata de 30, alterará o próprio partido (inserido no Estado e transformado em "partido-Estado") e a relação deste com as demandas de *classes* (provenientes da sociedade civil).

Posteriores a Primeira Grande Guerra, os tratados de paz assinados pelas potências envolvidas, não afastavam o "fantasma" de uma nova investida militar-imperialista. A Alemanha, mesmo derrotada, nunca aceitaria os pesados ônus impostos pelas decisões de Versalhes.¹⁴ A partir de 1931, com a invasão da Manchúria pelo Japão e com a retirada alemã da conferência sobre desarmamento, realizada em Genebra em 32, a preparação para a guerra adquiria uma inevitável e vertiginosa inflexão. O conflito deixava de ser um "fantasma" e passava a ser uma *realidade a caminho*. A ascensão de Hitler, em 1933/34, e o rearmamento alemão anunciavam os flagelos. O *Nazionalsozialismus*, da década de 20, paria a face mais cruel de todo uma era: o nazismo.

Os idos de 30 são também os anos da planificação. Os Planos Quinquenais de Stalin, iniciados em 1928, se por um lado aceleraram o processo de industrialização soviética, por outro, exigiram imensos sacrifícios econômicos e políticos da população urbana. No campo, a política de coletivização nos *kolkhozes* e a consequente reação negativa dos camponeses trouxeram sérias quedas na produção agrícola. Na primeira metade da década, a tensão social já era evidente. Com o pretexto de defender a União Soviética da ameaça anti-comunista, Stalin endurece ainda mais o regime. Perseguições políticas, deportações, expurgos e assassinatos, um clima de desconfiança e delação... É o *terror totalitário* do stalinismo, que se expandiria durante todo o restante dos anos 30.¹⁵

¹⁴ Basicamente foram os seguintes pontos acordados pelo Tratado de Versalhes: a Alemanha, além de responder às cláusulas territoriais e financeiras, não se militarizaria, não se rearmaria e não se expandiria. O tratado de Locarno, em 1925, se por um lado ratificava o acordo de 1919, também demonstrava que o temor de uma Alemanha beligerante não havia sido afastado pelas potências vencedoras.

¹⁵ Com a expulsão de Trotsky em 1929, Stalin dirigirá de forma absoluta o partido soviético até a sua morte, em 1953. Trotsky refugiou-se inicialmente na Turquia (até 1933) e depois na Europa (França, 1935, e Noruega, 1937), de onde fará oposição ao regime stalinista até ser assassinado, no México, em 1940.

A economia mundial, por sua vez, não exaltava bons ânimos. O cataclisma econômico norte-americano, de 1929, repercutiria de forma assustadora. A partir de 33, a resposta de Roosevelt à "depressão", o *New Deal*, baseava-se em reformas sociais tipicamente inspiradas nas estratégias econômicas de *sir* John Maynard Keynes.¹⁶

Ele (o keynesianismo) manteve a expectativa de que o Estado poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia. (...) O controle democrático do nível de desemprego e da distribuição da renda tornaram-se os termos de compromisso que tornou possível o capitalismo democrático.¹⁷

Diferenças à parte, o *keynesianismo*, não apenas influenciará experiências de políticas de *welfare* mas, também, alterará o *percurso ideológico-político* dos partidos social-democratas do século XX. Resguardadas, é claro, as especificidades de cada experiência, são estas teorias que inspirarão toda uma geração de governos social-democratas de 30 e dos anos vindouros.

Conforme afirma Adam Przeworski (1988 e 1989),

O fato é que os social-democratas logo descobriram nas idéias de Keynes... algo de que necessitavam com urgência: uma política econômica precisa para a gestão de economias capitalistas. A revolução keynesiana - e foi verdadeiramente uma revolução - forneceu aos social-democratas um objetivo e, com isso, a justificativa para seu papel no governo, simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que favoreceriam a classe trabalhadora.¹⁸

¹⁶ BG&T, p. 33. O keynesianismo e o próprio *New Deal*, conjuntamente com os já citados Estados fascistas, o alargamento do Estado (no sentido de Lucio Villari, de não apenas um "quadro ritual keynesiano da intervenção pública", mas como "um projeto de absorção do capitalismo nas instituições"), as decorrentes social-democracias na Escandinávia, todos estes elementos são "braços" de um mesmo "delta", ou seja, um "processo histórico" que vislumbrará a "organização de massas por cima".

¹⁷ ADAM PRZEWORSKI. O Capitalismo Democrático na Encruzilhada, p. 31. Este artigo também pode ser encontrado no livro *Capitalismo e Social-Democracia* (1989) do mesmo autor, capítulo sexto.

¹⁸ ADAM PRZEWORSKI. *Capitalismo e Social-Democracia*, p. 52.

É neste aspecto "conciliador" (entre capitalismo e reformas) do modelo keynesiano de intervenção estatal, que os social-democratas vão completar a formação de sua identidade (política e, agora, econômica). Uma definição que, segundo o autor, já vinha sendo perseguida há algum tempo!

A defesa corporativista dos interesses do operariado, política que os social-democratas adotaram na década de 1920, e a estratégia eleitoral dirigida ao "povo" agora encontravam justificativa ideológica em uma teoria econômica de natureza técnica. (...) A adoção das idéias keynesianas não tardou a levar os social-democratas a desenvolver uma ideologia abrangente sobre o "estado de bem-estar". Os social-democratas definiram seu papel como sendo o de modificar a interação das forças de mercado, efetivamente abandonando por completo o projeto de nacionalização.¹⁹

Esta "adoção" do keynesianismo pelos social-democratas pode ser analisada sob dois pontos de vista não excludentes: o *social* e o *ideológico-político*.

Sob o primeiro ponto de vista, a social-democracia soube absorver satisfatoriamente o keynesianismo, conseguindo se estabelecer como um governo de proposta social positiva e até muito realizável.

É claro que considerar este êxito como resultado exclusivo dos social-democratas seria uma conclusão pretensiosa e parcial. Além disso, o que seria um erro mais grave, poderíamos supervalorizar o papel dos aparelhos institucionais (principalmente o Estado) em detrimento da própria sociedade civil (e dos movimentos que dela fazem parte) como fonte geradora de proposições. Mas seria igualmente equivocado não destacar a contribuição decisiva dos social-democratas nestes resultados.

¹⁹ ADAM PRZEWORSKI. *Capitalismo e Social-Democracia*, p. 54.

Sob o ponto de vista ideológico-político, a social-democracia soube mostrar a sua "virtude", mas também o seu "vício".

Como foi demonstrado, o keynesianismo avalizava a participação dos partidos socialistas na disputa parlamentar e, ao mesmo tempo, demonstrava ser possível que as lutas por reformas de cunho social pudessem se desenvolver dentro do espectro institucional capitalista.

É um fato inequívoco que os anos 30 confirmariam o forte aceite desta proposta social-democrata, mais reformista do que revolucionária, pelos setores operários e das classes médias. Afinal, não foi com outro discurso que a social-democracia adquiriu, pela via eleitoral, a sua característica mais fascinante: a duração de seus governos.

Os anos 30 praticamente iniciam o que se comumente denomina de "era social-democrata". Ainda no exemplo escandinavo: ela, a social-democracia, chegaria ao poder, na Suécia, em 1932 e só sairia décadas mais tarde²⁰; na Noruega seu governo se estendeu de 1935 a 1965; na Dinamarca, de 1929 a 1943.²¹

Os social-democratas ainda não postulavam que tal opção participativa, que o keynesianismo justificava, invariavelmente redundaria no abandono do marxismo, *mesmo que isto não tenha significado o abandono do discurso socialista.*

²⁰Este ano (1932) marca o início da "era social-democrata" na Suécia. No entanto, os social-democratas já tinham tido experiências de governo muito antes de 32. "En Suecia, el líder socialdemócrata Hjalmar Branting fue designado Ministro de Finanzas en un gabinete de coalición [com os liberais] ya en 1918, pero renunció unos meses después, volviendo al poder en 1920, a la cabeza de un gabinete totalmente socialista [=social democrata] que, por no tener mayoría, sólo duró seis meses". Branting assumiria novamente de outubro de 1921 até abril de 1923 e de outubro de 1924 até sua morte, em fevereiro de 1925. Em 1926, os social-democratas perderam as eleições, ficando na oposição até 1932. [v. G.D.H COLE, *Historia del Pensamiento Socialista: comunismo y socialdemocracia (1914-1931)*, vol VI, 2a parte, México, Fondo de Cultura Económica].

²¹ O governo social democrata na Noruega foi interrompido com a ocupação nazista (1940 - 1945). Estamos nos referindo apenas aos anos 30. Estes dados, portanto, não refletem a duração completa destes governos.

A tentativa (errada) dos social-democratas foi achar possível agir de acordo com os pressupostos de Keynes, mantendo como ponto programático o discurso da "evolução para o socialismo" por vias democráticas. Esta "combinação" demonstraria ser incompatível e limitada.

Incompatível porque não é preciso ser um arguto conhecedor de Marx e de Keynes para notar que a clara afirmativa de *ruptura com o capitalismo* formulada pelo primeiro, não condiz com as propostas de *gestão do capitalismo*, do segundo. Podemos até destacar um certo paralelismo entre Marx e Keynes no que diz respeito ao caráter benéfico das reformas, mas seria problemático aproximarmos o "socialismo-revolucionário" marxiano, contrário ao capitalismo, do "sentido revolucionário" do keynesianismo, inscrito no capitalismo.

Com efeito, a noção de Estado keynesiano não se limita às acepções economistas ou instrumentalistas que dela se deram, privilegiando apenas as técnicas de gestão financeira de estímulo da procura ou da intervenção do Estado. A. Negri não deixa de ter razão ao sublinhar que a obra de Keynes se enraiza também numa apreciação da revolução de Outubro e da mudança da relação das forças de classe ao modificar-se o antigo equilíbrio do *laisser-faire*.²²

Limitada porque mesmo que continuassem - como continuaram - agindo em defesa da classe operária (e dos setores médios), o keynesianismo, por ser uma proposta econômica de "dentro" do capitalismo, não permitiria aos social-democratas um prática política de "ruptura com o sistema", mesmo que evolutiva.

²² BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 105 e 112. O "antigo equilíbrio" é modificado e não ultrapassado. Esta situação pode ser melhor percebida quando os autores tratam sobre o trabalhismo inglês: "Será necessário a guerra para que o trabalhismo se torne - em 1945 - majoritário. Terá ainda de absorver o liberalismo aristocrático de Beveridge... e o keynesianismo de Keynes, para passar progressivamente do 'socialismo das nacionalizações' de 1945 para o futuro socialismo de Welfare, estreitamente keynesiano". A pergunta a ser feita é clara: será o *welfare* uma forma de "socialismo" condizente com Marx?

Com isso os social-democratas colocaram-se numa posição inevitável: diante de um capitalismo capacitado a adaptar-se às reformas e manter as desigualdades, preserva-se o discurso do "rompimento capitalista" através da democracia (mesmo que tal ainda não tenha acontecido!) e, ao mesmo tempo, intensifica-se uma práxis reformista compensatória (mesmo que isto signifique o abandono do marxismo).

O programa social-democrata alemão, de Bad-Godesberg (1959), é um bom exemplo desta afirmação. Tido como o ápice do abandono marxista pela social-democracia - o que não significa adesão ao capitalismo! - soube manter, nos seus valores fundantes, um discurso muito próximo do socialismo.

Los socialistas aspiran a una sociedad en la que cada uno pueda desplegar [=desenvolver] libremente su personalidad y cooperar con responsabilidad, como miembro al servicio de la colectividad, en la vida política, económica y cultural de la humanidad. (...) La libertad, la justicia, la solidaridad y la mutua obligación derivada de la común solidaridad son los valores fundamentales del *pensamiento socialista*. (...) El *socialismo democrático*... no quiere proclamar últimas verdades,... (...) El *socialismo* es un quehacer permanente para conquistar la libertad y la justicia, para conservarlas y para hacerse dignos de ellas.²³

No entanto...

...el Partido Socialdemócrata *proclama el mercado libre* dondequiera que impere la verdadera competencia. Pero cuando los mercados caigan bajo el predominio de individuos o de grupos es necesario tomar múltiples medidas

²³ Los Valores Fundamentales del Socialismo. *Programa Fundamental del Partido Socialdemócrata de Alemania*. Bad-Godesberg, 1959, p. 6. (grifo nosso) Este apelo à democracia foi (sabidamente) inevitável. Os social-democratas alemães, no auge da Guerra Fria, não poderiam compactuar com a ditadura do bloco soviético, obscurecida sob o manto de um "pretense socialismo".

para *mantener la libertad en la economia*. Competencia todo lo posible!
Planificación simple que sea necesaria!²⁴

Podemos, então, definir a proposta social-democrata como tendo um perfil social e democrático muito próximo da proposta socialista, mas, *paradoxalmente*, sem que este possa ser identificado como uma "proposta marxista" de socialismo. Conjuntamente a isso, a social-democracia procura se adaptar às diversas oscilações do capitalismo, correndo o risco de, muitas vezes, confundir-se com ele.

Certamente, a via democrática para o socialismo supõe um processo de transformações econômicas diferente do que poderíamos considerar como modelo *clássico*. Ou seja, *supõe a coexistência de formas públicas e privadas de propriedade durante um longo período*. (...) Nesta fase, que ainda não é o socialismo, mas que não é tampouco o domínio do Estado pelo capital monopolista, trata-se de preservar ao máximo as forças produtivas e os serviços sociais já criados, reconhecendo-se o papel nela representado pela iniciativa privada. Ao mesmo tempo, o objetivo principal é pôr nas mãos da sociedade... as alavancas decisivas da economia, a fim de assegurar a hegemonia do bloco histórico composto pelas forças do trabalho e da cultura no período de transição. Simultaneamente, a posse social das referidas alavancas seria a base para uma planificação racional e democrática da economia, que integraria o setor público e privado e que permitiria elaborar um modelo econômico adaptado às necessidades reais da população e ao melhoramento radical da qualidade de vida.²⁵

²⁴ Orden economico y social. *Programa Fundamental del Partido Socialdemócrata de Alemania*. Bad-Godesberg, 1959, p. 10. (grifo nosso)

²⁵ SANTIAGO CARRILO, "Eurocomunismo" e Estado, p. 69. (grifo nosso). FELICITY WILLIAMS (1984:32) aponta que a linha ideológica eurocomunista seria "quase social-democrata"

A social-democracia se propõe uma "alternativa socialista em andamento", diferenciada do capitalismo, mas (talvez não o saiba!) profundamente dependente das "conjunturas" deste sistema.²⁶

Uma proposta incoerente? Não nos apressemos a responder!

A revolução keynesiana foi propícia a todos os abandonos sucessivos. Acabou-se a crítica à irracionalidade capitalista e as políticas de socialização. Acabou-se a idéia de um socialismo baseado no poder dos trabalhadores e num programa de nacionalizações. Aparecia no horizonte outro "socialismo", estritamente redistributivo, baseado na primazia do cidadão e do consumidor sobre os produtores.²⁷

Primeiro, "qualidade de vida", depois, "socialismo". Se isto é marxismo?

Não, talvez não seja. Mas quem, algum dia, foi *autenticamente* marxista, além do próprio

Marx?

²⁶ Ver, neste mesmo capítulo, nota sobre "os três tipos de conjunturas da social-democracia".

²⁷ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 104.

CAPÍTULO II

ELEMENTOS DO MODELO: ASPECTOS GERAIS

No capítulo anterior, conceitualizamos a social-democracia, focalizando suas contradições formadoras e suas oscilações ideológicas. Vimos como a II Internacional e a Internacional Comunista representaram a formalização da identidade política da social-democracia moderna. Da mesma forma, o keynesianismo adquiriu um significado especial não apenas porque a social-democracia encontrava o seu "eixo" econômico, mas também porque ele abria um espaço inteiramente novo para sua consolidação efetiva, como "governo social-democrata", sem onerar imediatamente sua "consciência revolucionária".

Baseado neste perfil, procuraremos aprofundar o modelo histórico de partido social-democrata através do levantamento de alguns elementos paradigmáticos desta proposta. Logicamente, estes elementos se desenvolvem sob certas condições específicas.

Neste capítulo, num primeiro momento, procuramos clarificar o "campo fértil" por sobre o qual a estruturação social-democrata adquiriu maior potencialidade. Depois, passamos a analisar a própria estrutura da dinâmica social-democrata. Se, no *item a*, nosso intuito foi destacar dois condicionantes preponderantemente "externos" à social-democracia, no *item b*, nossa tarefa foi mostrar os diferentes níveis relacionais que de forma diversa estruturaram os partidos social-democratas europeus.¹

¹Se tivéssemos que analisar todas as "social-democracias", provavelmente encontraríamos pela frente um número imensurável de partidos que, por certo, levariam estas páginas para um labirinto de modelos social-democratas das mais diferentes estirpes e nos mais diversos países. Um conceito tão difícil acaba levando seus analistas a percorrer dois caminhos. O primeiro destes é o da "armadilha", ou seja, a tentativa (equivocada) de concluir o assunto. O segundo caminho é o da "limitação", ou seja, constata-se que a social-democracia será sempre um "tema inconcluso" e, como consequência, o trabalho deixa questões em aberto. Menos pretensioso, este capítulo foi induzido a seguir o caminho da "limitação".

a. Democracia e Capitalismo Avançado

Fenômeno europeu por excelência, os diferentes percursos dos partidos social-democratas no decorrer do capitalismo demonstram que entre a social-democracia e o "socialismo marxista" existe um gradativo e profundo descompasso.

No entanto, este desligamento com o marxismo não significa que a social-democracia tenha abandonado *os princípios democráticos* que fizeram parte de suas proposições anteriores. Pelo contrário, a existência, a atuação e a própria história dos partidos social-democratas foram elementos centrais na história da democracia europeia. E vice-versa.

As idéias do socialismo democrático... surgiram na Europa do século XIX - em países que então se encontravam em diferentes estágios de uma industrialização capitalista que avançava rapidamente, e onde a classe trabalhadora, de ascensão recente, tinha de lutar por seus direitos sociais mais primários; países onde também as idéias de democracia política, de igualdade cívica e de liberdades individuais eram amplamente proclamadas, mas as constituições em vigor apresentavam misturas heterogêneas daquelas idéias com os resquícios da monarquia absoluta ou de uma ordem baseada em bens materiais. Portanto, a luta social pelos direitos dos trabalhadores estava indissolúvelmente relacionada com a luta política pelos direitos democráticos plenos e igualitários.²

No século seguinte, a social-democracia enfrentaria novos tormentos. Além das ingerências internas à luta socialista, que lhe conferiram a própria identidade³, os social-democratas tiveram que enfrentar, à direita, as ditaduras totalitárias e, à esquerda, o agudo sectarismo por parte do movimento comunista.

²RICHARD LÖWENTHAL, "Da Segunda Internacional aos nossos dias. Idéias básicas e experiências", in *A Social-Democracia Alemã e o Trabalhismo Inglês*, p. 113.

³v. Capítulo I

Pelo flanco direito, os partidos social-democratas alemão e austríaco, por exemplo, apesar de escolados pela "mão pesada" de dois impérios (o *Império Alemão*, de 1871 a 1918, e o *Império Austro-Húngaro*, de 1867 a 1918), ainda enfrentariam a "mão furiosa" de um *Terceiro Reich* (1933-1945).⁴ De forma similar, tanto os socialistas italianos e franceses, como portugueses e espanhóis sofreriam privações diante dos regimes fascistas.⁵

Na outra extremidade do espectro político, na Eurásia, o projeto democrático falira ainda na Rússia bolchevique. Os anos repressivos do stalinismo e os anos sufocantes da Guerra Fria apenas representaram a fase de enrijecimento e de acomodação da ditadura. A social-democracia sempre foi crítica deste "socialismo" anti-democrático, impregnado por uma burocracia patrimonialista e por um plantel de tecnocratas. Logicamente, não conquistava com isso a simpatia da esquerda pró-soviética.

Conclusão: a luta dos social-democratas, além de reformista, é também a luta pela democracia. Abandonando alguns pressupostos, agregando outros, no que diz respeito à questão democrática porém, a social-democracia soube manter-se fiel. Para eles, desde o *Bernstein Debatte* até hoje, a democracia sempre foi colocada como pedra fundamental de qualquer sistema político, seja ele socialista ou capitalista.

⁴No ano de 1875 (mais precisamente, no Congresso de Gotha), constituiu-se o mais tradicional e antigo partido social-democrata: o SPD alemão. O partido social-democrata austríaco, cujo principal líder foi Friedrich Adler (1879-1960), adquiriu projeção política crescente a partir de 1888. Tanto o partido social-democrata alemão como austríaco representaram um importante foco de resistência ao nazismo.

⁵Na Itália, o governo de Benito Mussolini durou de 1922 até 1943. Em Portugal, o salazarismo se estendeu por aproximadamente 40 anos (de 1926, ano em que Salazar torna-se Ministro de Estado, até seu afastamento em decorrência de problemas de saúde, em 1968). A herança ditatorial de Salazar perduraria até meados de 70. Na Espanha, a ditadura do general Franco, iniciada em 1939, só terminaria em 1969, com a sucessão do ditador.

Esta fidelidade democrática possibilitou aos social-democratas um trunfo: absorver de forma menos traumática o impacto das mudanças estruturais dos anos 80. A social-democracia, muito antes da queda do muro de Berlim, tinha consciência de que o socialismo seria inviável sem democracia. Portanto, quando a URSS e os regimes do Leste Europeu ruíram, para os social-democratas "o espanto foi muito menor"!

Façamos, no entanto, uma pergunta: por que os social-democratas não se "desesperaram" diante de um "capitalismo vencedor"? Foi apenas em virtude de sua tradição democrática que não teriam sucumbido à frustrante situação de toda a esquerda socialista contemporânea? A resposta é *não*.

Realmente, é um fato que o seu comprometimento com a democracia lhes trouxe uma vantagem em relação as demais correntes de esquerda. Um liberal, por exemplo, não poderia bradar aos quatro cantos do mundo que o socialismo escandinavo tem o mesmo teor totalitário que o extinto socialismo do leste ou, ainda, que os partidários de Willy Brandt teriam pactuado, "por obediência ao Comintern", com a divisão territorial de Berlim (em Berlim ocidental e oriental). A História foi clara: não haveria qualquer cabimento. Pelo contrário, as maledicências de direita à social-democracia vinham no sentido, quando muito, de desconfiar das reais intenções de qualquer "moderação" dos social-democratas e não de acusá-los de anti-democráticos.⁶

Contudo, esta "tranquilidade" dos social-democratas diante dos fatos não deriva somente de sua tradicional filiação democrática, *mas também da própria relação que a social-democracia mantém com o capitalismo*. Se (qualquer) ditadura é o "pior

⁶THOMAS MEYER. *Socialismo Democrático: uma introdução*, p. 89. Segundo este autor o programa social-democrata de Bad-Godesberg (1959) acabou gerando duas reações na Alemanha. Foi visto, pela direita, como uma "tentativa de apresentar a social-democracia como inofensiva" e, pela esquerda, como uma "traição à tradição socialista".

dos mundos" para a social-democracia, igualmente ruim seria um sistema *economicamente* inoperante. O capitalismo, com todas as suas crises e injustiças, é uma "engrenagem" que funciona e que, indo além, serviu de patamar para o desenvolvimento da social-democracia. Para que ela avançasse como força política foi preciso que o capitalismo também avançasse.

Isto nos leva a uma segunda pergunta: os social-democratas conseguiram realizar *plenamente* o seu objetivo democrático?

Vejamos rapidamente a relação entre socialismo e democracia.

Também no que diz respeito ao socialismo... o ideal democrático representa um elemento integrante e necessário, mas não constitutivo. Integrante porque uma das metas que se propuseram os teóricos do socialismo foi o reforço da base popular do Estado. Necessário, porque sem este reforço não seria jamais alcançada aquela profunda transformação da sociedade que os socialistas das diversas correntes sempre tiveram como perspectiva. Por outro lado, o ideal democrático não é constitutivo do socialismo, porque a essência do socialismo sempre foi a idéia da revolução das relações econômicas e não apenas das relações políticas, da emancipação social, como disse Marx, e não apenas da emancipação política do homem.

Tomando a conquista do sufrágio universal como "ponto de partida",

... o aprofundamento do processo de democratização da parte das doutrinas socialistas acontece de dois modos: através da crítica da democracia apenas representativa e da conseqüente retomada de alguns temas da democracia direta e através da solicitação de que a participação popular e também o controle do poder a partir de baixo se estenda dos órgãos de decisão política aos de decisão econômica, de alguns centros do aparelho estatal até a empresa, da sociedade política até a sociedade civil pelo que se vem falando de democracia econômica, industrial ou da forma efetiva de funcionamento dos novos órgãos de controle (chamados "conselhos operários"), colegial, e da passagem do auto-governo para a autogestão⁷

⁷v. Democracia, in BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 1991.

Refaçamos, à luz desta relação, a pergunta anterior: os social-democratas conseguiram aprofundar os *objetivos democráticos do socialismo no ambiente do capitalismo?*

Em termos de "emancipação política" e, até mesmo de "crítica da democracia apenas representativa", praticamente toda a Europa Ocidental não tem do que se queixar: a democracia está consolidada. A contribuição dos social-democratas não foi exclusiva, mas sim importante. Especificamente nos países onde estes governos ocorreram os objetivos de inserir as "massas" na participação política foram realizados.

No campo da democracia econômica - *grosso modo*, quando a "participação popular" e o "controle do poder a partir de baixo" se estendem até a "empresa" - os governos social-democratas avançaram razoavelmente.

Neste dois pontos, o caso sueco é, sem dúvida, paradigmático,

Um caso limite de reformismo social-democrata nas circunstâncias mais favoráveis para empreender uma experiência socialista. (...) Certamente que... a social-democracia [sueca] será o 'catalisador' do crescimento histórico do peso político (quantitativo e qualitativo) da classe operária e de outras camadas populares (pequena burguesia, empregados).

Mas, o exemplo sueco não deve ser tomado como um "mito".

Certamente que [a social-democracia sueca] "não inventou" novas práticas econômicas e políticas, mesmo se a partir dos anos 30, soube inserir toda uma tradição anterior de 'revolução passiva' e de reformismo operário num espaço keynesiano e através de um Welfare State utilizado "socialmente" como instrumento privilegiado de redistribuição de rendimentos. Mas não deixa de representar *uma nova forma de política* no seio do capitalismo desenvolvido, a qual não se pode reduzir a uma simples "política burguesa": política coletiva da classe operária organizada, através dos sindicatos de

massa, das cooperativas, das associações de tempos livres, de educação popular e do "seu partido": o SAP.⁸

Destaquemos algumas observações implícitas nestes fragmentos.

De acordo com o texto, o "reformismo social-democrata" sueco é tomado como um "caso limite". Basta lermos os jornais para nos certificarmos que a Suécia é um país onde o nível de vida alcançou elevados índices de bem-estar e, por isso, é citada corretamente como uma *referência*. Mas, perguntamos, é até este nível de avanço sueco, com todas as suas vantagens e desvantagens, que eventualmente a "experiência socialista" poderia se dispor a chegar? Ultrapassar a Suécia, ir mais além, é algo inconcebível?

Os fragmentos afirmam ainda que atingir o nível social e econômico da Suécia depende de certas "circunstâncias mais favoráveis". Mas, que "circunstâncias" seriam estas? Primeiramente, uma tradição de "reformismo operário ativo".⁹ Segundo, uma ação estatal específica (*welfare state*) no sentido de "inserção popular na vida política" e desenvolvimento de políticas sócio-econômicas redistributivistas. Terceiro, um operariado organizado sob as mais diferentes formas (principalmente, em partidos

⁸ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 138. (grifo dos autores).

⁹ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 116. Ao tratar sobre a "revolução passiva" ("uma categoria gramsciana") os autores afirmam que esta "contém em si mesma uma soma de contradições não resolvidas: certamente revolucionárias, mas passiva, operando por neutralização de qualquer iniciativa popular real, quebrando a explosão ou a generalização das autonomias de classe com um 'reformismo moderado'. O consentimento passivo... que dele resulta, supõe que sejam satisfeitas certas reivindicações, mas 'em pequenas doses, legalmente, de maneira reformista' apoiando-se no Estado, e resolvendo pelo Estado as tarefas históricas e progressistas de uma classe". Décio Saes nos alerta, no entanto, que não há aí um sentido propriamente *revolucionário* (de *rompimento com a ordem*), mas talvez um "reformismo passivo" (termo por ele utilizado). Realmente, o termo *revolução* empregado no texto não implica numa *ruptura*, mas sim numa *negociação* (de *corte reformista*) *entre as partes*. No entanto, ao nosso ver, uma *negociação* longe de ser "passiva"! Afinal, toda reivindicação (mesmo que "em pequenas doses", "legalmente" ou "de maneira reformista") implica numa certa dose de elementos *ativos* tanto por parte de quem *demand*a por reformas como por parte de quem as "concede". Daí a liberdade deste trabalho de cunhar o termo *reformismo ativo*, tentando caracterizá-lo como algo que antes de ser "consentido" é, muitas vezes, *arduamente negociado*.

políticos). Por fim, um quarto elemento englobando tudo: *um capitalismo favorável, "desenvolvido", fora de uma crise econômica sem precedentes.*

Diante deste último e principal item, podemos concluir que a Suécia é o topo mais alto atingível pela "proposta socialista"? De forma abreviada: a "referência sueca" é o "caso limite socialista"? *Sim*, dentro do capitalismo a Suécia talvez seja mesmo este limite possível. Mas, isto é socialismo?

Para Adam Przeworski, a "social-democracia sueca" e o "socialismo" são termos que devem ser relacionados de forma apurada, a fim de não confundi-los. O autor coloca duas situações "hipotéticas".

Por um lado,

Se o socialismo consiste em pleno emprego, igualdade e eficiência, os social-democratas suecos estão razoavelmente próximos ao objetivo (socialista), e não há grande probabilidade de que retrocedam em demasia com relação a ele.

Por outro lado, "nos termos do projeto socialista de cem anos atrás", a social-democracia sueca não é e nunca será uma proposta socialista.

O socialismo não era um movimento pelo pleno emprego, e sim pela abolição da escravidão assalariada; não era um movimento pela eficiência, mas pela racionalidade coletiva; não era um movimento pela igualdade, e sim pela liberdade¹⁰

Ora, realmente é inviável que uma proposta de "abolição da escravidão assalariada" ou de "racionalidade coletiva" ou de "liberdade" ou de *democracia plena* como teoriza o socialismo, venha a ser completamente realizada dentro de um sistema

¹⁰ADAM PRZEWORSKI, *Capitalismo e Social-democracia*, p. 284 e 285.

que depende da exclusão econômica e da desigualdade para sobreviver. O capitalismo vem demonstrando que não fornece meios para suplantar *definitivamente* seu hiato econômico e social. Pelo contrário, se assim o fizesse não teria sido necessário desenvolver, no século XIX, uma proposta de *ruptura* com este sistema!

A solução dada pelos social-democratas foi *lutar por reformas*. Uma luta importante, sem dúvida, que deve ser almejada quase que diariamente.

A luta para melhorar o capitalismo é tão essencial quanto sempre foi. Contudo, não devemos confundir essa luta com a busca do socialismo.¹¹

Esta é a parte da frustração que cabe aos social-democratas: *de dentro do capitalismo não se "consertou" o capitalismo*. Por sua vez, com o revés político ocorrido no leste, uma constatação mais dolorosa se estende, de forma geral, para toda a esquerda: *nem de fora do capitalismo se conseguiu superá-lo*. Diante deste cenário profundamente pessimista, talvez o que reste à esquerda seja mesmo o que propõe a social-democracia sueca: um *reformismo ativo* que ora se expande, ora se contrai no interior de um sistema espoliador por natureza. Comparado às teorizações do velho Marx é, sem dúvida, uma saída parcial. Mas, talvez a única.

b. Partido, Sindicato e Sociedade Civil

De forma geral, os partidos social-democratas se estruturaram sobre três pilares: (1) o próprio *partido*, operário de massa; (2) *os sindicatos*; (3) cooperativas, escolas, clubes e outras instituições sócio-culturais da *sociedade civil*. De acordo com

¹¹ADAM PRZEWORSKI, *Capitalismo e Social-democracia*, p. 282 e 290. Segundo o autor, o reformismo só levaria ao socialismo, se ao mesmo tempo fosse (1) irreversível, (2) cumulativo, (3) conducente a novas reformas e, por fim, (4) orientado para o socialismo.

isso, então, podemos inicialmente inserir estes partidos em dois níveis relacionais não-excludentes: a relação *partido-sindicato* e a relação *partido-sociedade civil*.

Como é do conhecimento, a origem e formação da social-democracia está diretamente relacionada à luta do movimento operário. Pensar o partido social-democrata sem pensar o sindicato seria o mesmo que pensar a Revolução Francesa sem o jacobinismo! No entanto - destaquemos - esta relação não tem a mesma dimensão entre os diversos modelos de social-democracia.¹²

Buci-Glucksmann e Therborn (1983) enumeram dois critérios e três variantes que permitiriam determinar quatro "formas" de partidos operários do começo do século.

Os critérios:

- 1) "aceitar ou não as formas da política existente".
- 2) "assumir ou não as lutas imediatas dos trabalhadores como tarefa partidária".

As variantes:

- a) "assumir a forma 'burguesa' da política e a forma estabelecida das lutas econômicas",
- b) "assumir uma, relegando a outra para formas de organização radicalmente separadas e relativamente autônomas da forma partido (sindicatos, cooperativas, ações espontâneas e violentas parassindicais)",
- c) "recusar ambas".¹³

De acordo com estes critérios e variantes, os autores descrevem quatro tipos de partidos operários: *latino*, *"da Europa Oriental"*, *alemão* e *anglo-saxão*.

¹²Pode parecer um tanto quanto óbvio para um trabalho que se pretende investigativo dedicar algumas linhas a estabelecer a correlação entre social-democracia e movimento operário. Bastaria, talvez, apenas citá-la! Mesmo sendo uma informação já conhecida, sentimos esta necessidade a fim de percebermos como a social-democracia se transformou no decorrer de sua história. Esta nossa preocupação justificar-se-á melhor com a conclusão deste item.

¹³BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 29.

O primeiro destes tipos, a *forma latina*.

... depois de toda uma fase de rejeição da política existente... e de antiestatismo latente, os partidos acabaram por possuir a forma política burguesa existente nos seus aspectos parlamentares e nas suas formas de organização, muito marcadas pelo Estado e pelo modelo saído da Revolução Francesa. (...) eles não assumiram a tarefa de organizadores das lutas imediatas dos trabalhadores contra a sua exploração. A partir daí, os sindicatos, *relativamente autônomos e "independentes"*, situam-se *prioritariamente* no terreno das lutas econômicas capital/trabalho. Daí as oscilações permanentes entre um primado da forma partido que retoma a herança de 89 (traduzindo-se ulteriormente por estratégias frentistas) e uma corrente sindicalista "paneconomista"... que verá o sindicato como o verdadeiro partido político" (o anarco-sindicalismo).¹⁴

O partido operário em sua feição *latina* "aceita as formas da política existente", mas não assume "as lutas imediatas dos trabalhadores". Esta última tarefa, conforme o fragmento citado, foi delegada "prioritariamente" ao sindicato. Portanto, a relação entre estes está pautada mais pela "autonomia" entre as esferas de ação do que propriamente pela "dependência" entre si.

... com diferenças muito grandes entre países, tem-se uma dupla constituição do movimento operário, a qual exclui que o partido "constitua" o sindicato, ou vice-versa.¹⁵

Segundo os autores, a França seria o melhor exemplo deste modelo.

Por sua vez, a forma da *Europa Oriental* está personificada, sobretudo, pelo partido operário russo. Este partido

... recusará... as duas formas da política existente: tanto a do Estado (tsarista) como a dos interesses economistas imediatos. A maior parte das lutas da classe operária desenvolver-se-ão dentro de formas originais,

¹⁴BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 30. (grifo nosso)

¹⁵BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 30. (grifo dos autores)

imediatamente políticas: greves de massas ou soviets que reunificarão o econômico e o político.¹⁶

Já no *exemplo alemão* (que os autores também relacionam ao *modelo sueco*¹⁷) e no *anglo-saxão* (identificado pelo *Labour Party* inglês), a relação entre partido e sindicato é de inequívoca *dependência, mas com sentidos invertidos*.

No primeiro destes,

... a formação tardia de uma classe operária contemporânea do desenvolvimento socialista, será acompanhada pela formação simultânea de partido, sindicatos e cooperativas, que recusarão à partida, de maneira obreirista, as formas da política existente. (...) Se, finalmente, o partido segue o parlamentarismo, serve-se dele de uma maneira absolutamente específica: como representante de uma classe, de uma forma social organizada.¹⁸

Os autores afirmam que o partido e o sindicato, no movimento operário alemão, estão baseados numa clara "divisão de tarefas". Ao sindicato delega-se a luta econômica, e ao partido, a "política e a 'tomada do poder' ". Isto, logicamente, gerou algumas consequências.

A distinção rígida entre luta econômica e luta política, a sua separação, acarretará uma verdadeira institucionalização-reificação das práticas de classe. (...) No quadro deste marxismo muito marcado pela ruptura ideológica liberal entre mercado e Estado, o econômico e o político, a divisão institucional das funções da classe operária revestir-se-á de um caráter cada vez menos técnico ou histórico, e cada vez mais *orgânico*. É por isso que Rosa Luxemburgo, assim como Gramsci aí diagnosticarão a matriz mais profunda do reformismo da II Internacional, a que proíbe toda a produtividade do social, toda a dialética real entre uma espontaneidade das massas, suspeita por natureza, e a direção política.¹⁹

¹⁶BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 32.

¹⁷O Partido social-democrata sueco será tratado no capítulo seguinte.

¹⁸BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 30.

¹⁹BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 31. (grifo dos autores)

Neste caso específico, "ao nível da estruturação histórica do movimento operário", a dependência do sindicato em relação ao partido foi muito maior.

No *exemplo inglês* ocorre justamente o contrário.²⁰ Por sua própria constituição inicial, foi o partido trabalhista que "dependeu" de uma forte estrutura e sustentação sindical.

Muito longe de ter sido o partido a constituir o sindicato, o partido trabalhista foi, *no sentido absoluto do termo*, a criação de um movimento sindical *muito anterior*, contemporâneo da revolução industrial, e contando já 500 000 membros em 1835. (...) Neste tipo de estruturação defasada e complementar, os partidos de tipo anglo-saxônico assumiram as duas formas principais da política existente: a da luta econômica dos trabalhadores e a do Estado existente. Tendo origem nos sindicatos, o partido trabalhista não podia deixar de estar diretamente ligado às lutas imediatas dos trabalhadores. Um sindicato de massas... enraizá-lo-á no mundo do trabalho, deixando-lhe, ao mesmo tempo, a especificidade do campo político, o "socialismo parlamentar".²¹

Diante desta pormenorizada classificação dos autores, importa-nos menos a diversidade de relações entre partidos e sindicatos nela demonstrada.²² Convém

²⁰O *Labour Party* inglês também é caracterizado como um partido social-democrata. No entanto, existe ainda, na Inglaterra, um "outro" Partido Social-Democrata que surgiu em contraposição às duas maiores forças políticas inglesas: o conservadorismo e o próprio trabalhismo. Segundo HOBBSAWN, este partido, apesar de situar-se em oposição ao thatcherismo, teria enfraquecido o Partido Trabalhista nas eleições de 80, uma vez que ambos estariam "brigando pelos eleitores do outro". O objetivo da aliança feita na época entre os Liberais e este Partido Social-Democrata, segundo o mesmo autor, era "manter o equilíbrio entre conservadores e trabalhistas, para depois vender seu apoio a um governo pelo preço da representação proporcional...". Esta aliança por um lado dividiu a oposição anti-thatcherista e, dentre outros fatores, acabou possibilitando uma esmagadora vitória dos conservadores no Parlamento e da própria Thatcher em 1983 [v. E. HOBBSAWN, *Alternativas para uma esquerda racional*, p. 83].

²¹BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 31. (grifo nosso) Entre a constituição do operariado inglês como movimento organizado e a formação de um "grupo político de eleitos sindicais para o parlamento" (segundo os autores, em 1906) há um período intermediário de mais de cinquenta anos. No caso do Brasil, a origem do *Labour Party* constitui-se num verdadeiro "trampolim" para o estudo do Partido dos Trabalhadores. Em conformidade com o fragmento citado, MENEGUELLO, em seu livro sobre o PT, afirma que há "uma certa semelhança entre o processo de formação do PT e a constituição dos partidos trabalhistas, sobretudo o Partido Trabalhista Inglês". [v. RACHEL MENEGUELLO, *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 55].

²²Nossa questão é mais metodológica do que propriamente "de tipologia"!

destacar, isto sim, que apesar de "modelos" e "tipos" diferentes, a social-democracia *na sua origem* foi vinculada de forma quase simbiótica com o operariado.

Apesar de hoje a social-democracia ter perdido o seu caráter classista e, até mesmo, grande parte de sua base sindical, qualquer análise dos partidos social-democratas deve levar em conta, conforme estes fragmentos deixaram explícito, que, *em sua formação original*, os partidos social-democratas assim o foram: *classistas e de base operária*.

Mas, não termina aí! Se o resgate da relação com os sindicatos operários não deixa de ser um elemento caro ao estudo da social-democracia mais ainda o é sob o ângulo de sua relação com a sociedade civil.

Ao tratar do que chama de "organismos anexos", Duverger (1970) assim os define

Sob essa expressão geral de "organismos anexos" designam-se grupamentos diversos criados pelo partido e controlados por ele, de fato ou de direito, que permitem ampliar ou aprofundar a participação: de ampliá-lo, aglomerando em torno do núcleo partidário propriamente dito as associações satélites formadas por simpatizantes; de aprofundá-lo, completando o enquadramento político dos adeptos, realizado no partido, por um enquadramento familiar, social, cultural, etc.²³

No caso da social-democracia, principalmente alemã e escandinava, esta coexistência entre partido e "organismos anexos" chegou a limites sem paralelos na história partidária.²⁴ A social-democracia alemã na realidade era muito mais do que a "forma-partido". Era, isto sim, um "colosso" de instituições e organismos que abraçavam quase todos os aspectos envolvidos na vida cotidiana do cidadão alemão. O SPD

²³v. MAURICE DUVERGER, *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970. p. 142-143.

²⁴ Com exceção, talvez, dos partidos totalitários.

alemão e os organismos a ele ligados acabaram constituindo quase *uma outra sociedade dentro da sociedade alemã*.

... a social-democracia alemã do princípio do século não é apenas uma contra-sociedade. Ela é também uma 'maneira de viver' diferente da sociedade-ambiente.²⁵

Os diversos movimentos sociais (feminista, anti-nucleares, ONGs, etc) são sujeitos políticos de influência considerável. Portanto, hoje, se a realidade do "partido de classe" é quase nenhuma e a relação com a sociedade civil é menos intensa, não deixa de ser importante resgatar esta última instância como espaço de ação de qualquer agremiação partidária, sobretudo social-democrata.

²⁵BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 30.

CAPÍTULO III

ELEMENTOS DO MODELO: O EXEMPLO SUECO

Uma *democracia consolidada*, um *sistema capitalista desenvolvido*, um *partido de origem sindical* e que, ao mesmo tempo, possibilite uma *capilarização social-democrata* pelos meandros da sociedade civil: são estes os condicionantes mais gerais do paradigma social-democrata. Não devemos, porém, esgotar a sua formulação nesta perspectiva. As particularidades de cada modelo são, dentro de seus limites, muito esclarecedoras.

Neste capítulo, dedicar-nos-emos a esmiuçar alguns elementos paradigmáticos mais específicos a uma social-democracia determinada: a *sueca*.

Sem levarmos em conta que a escolha de um caso implica numa certa dose de arbitrariedade, o exemplo sueco nos pareceu um bom objeto de pesquisa devido a duas ordens de fatores.

(1) Fatores nacionais:

- A Suécia responde em sua totalidade aos condicionantes arrolados no capítulo anterior: é um caso típico de *sociedade democrática, capitalista e desenvolvida*.
- *As relações industriais são corporativistas*, com uma forte intermediação estatal.
- Além disso, sob um ponto de vista complementar, analisar algumas características da Suécia possibilitar-nos-á conhecer melhor um país capitalista *há muito globalizado*, ou seja, profundamente atrelado a sua economia externa (o que explica a sua *aparente neutralidade em termos de política internacional*¹).

¹Durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), o mar do Norte e o mar Báltico representaram importantes regiões. De um lado, os ingleses temiam que a Dinamarca e a Noruega, pontos militares estratégicos, capitulassem diante dos nazistas. Para infelicidade inglesa, não apenas os dois países caíram em mãos alemãs, mas também a Holanda, a Bélgica e a própria França (todos em 1940). Fechava-se o círculo em torno da ilha britânica. Pelo lado alemão, a conquista da Dinamarca e Noruega possibilitou o controle quase completo do mar Báltico uma vez que a Alemanha havia assinado um acordo de não-agressão com a URSS (rompido só em 1941), a Finlândia estava praticamente dominada pela URSS e a Suécia - *fornecedora de minério de ferro para os alemães* - mantinha-se "neutra".

(2) Fatores próprios à social-democracia sueca:

- o governo social-democrata de *maior duração*.²
- um governo cuja *estabilidade* manteve-se relativamente constante.³
- é *referência* para as demais correntes social-democratas.⁴
- as especificidades de seu partido: o *SAP (Socialdemokratiska Arbetarepartiet)*.⁵
- responsável pela construção de um *modelo de welfare state* associado às políticas redistributivistas e de teor sócio-igualitário.

Os dois itens, *a* e *b*, deste capítulo foram baseados em alguns destes fatores.⁶

No *item a*, estritamente preocupado com a compreensão de alguns aspectos nacionais, trabalhamos brevemente a "pirâmide corporativista" sueca, ou seja, o sistema tripartite de compromissos político-institucionais estabelecido entre Estado, capital e trabalho.⁷ Para isso, dividimos o *item a* em *dois subitens*. No *primeiro subitem*,

²Entre coalizões e governos majoritários a social-democracia totalizou mais de 50 anos no poder. De forma ininterrupta de 1932 a 1976 e de 1982 a 1991. [v. Anexo 1].

³ Nos anos 50, aponta WILLIAMS (1984:110, 116) "no había un solo partido socialdemócrata fuerte de Europa occidental en el gobierno" e, nos anos 60, "varios de los partidos socialdemócratas entraban y salían de los diferentes gobiernos y coaliciones". Duas exceções arroladas pela autora: a social-democracia na Áustria e na Suécia.

⁴RICHARD LÖWENTHAL, "Da Segunda Internacional aos nossos dias. Idéias básicas e experiências", in *A Social-Democracia Alemã e o Trabalhismo Inglês*, p. 118. "Foram os social-democratas da Suécia, em 1932, os primeiros a conceber a idéia de que um partido social-democrata numa situação dessas [de crise mundial e de catástrofe alemã] não podia restringir-se a atuar em busca de paliativos, mas precisava estabelecer sua meta para superar a crise e relançar a economia mediante uma política oficial (...) Seu exemplo levou à adoção de 'planos' similares por um certo número de partidos idênticos em outros países, embora não com o mesmo sucesso político e nem tão imediatamente; ao lado das lições da derrota alemã, também fez com que o partido norueguês abandonasse sua relutância doutrinária a formar o governo em 1934 e efetivamente tomar o poder com um plano semelhante [ao sueco] em 1935".

⁵Detalhadas no *item b* deste capítulo.

⁶Logicamente, num texto como este, seria sem procedência discutir todos os fatores citados.

⁷ ANGELA ARAÚJO E JORGE TAPIA, *Corporativismo e Neocorporativismo: o exame de duas trajetórias*. *BIB*, n.32, 1991, p. 10. Neste artigo sobre pluralismo e corporativismo, os autores destacam, citando Schmitter, dois tipos de corporativismo. O *corporativismo estatal* que "é definido como aquele no qual as representações dos grandes interesses sociais estão subordinadas à autoridade estatal, quando não são criadas por ela". Caso típico dos países da América Latina, como o Brasil. O *corporativismo societal* "nasce quase

procuramos qualificar “dois tipos” constitutivos do modelo estatal sueco: o *welfare state social-democrata* e o *Estado keynesiano*. No *segundo subitem*, destacamos as relações entre capital e trabalho na sociedade industrial sueca.

Após esta leitura, no *item b* partimos para compreender o partido social-democrata sueco, sua história e suas características. Ao fim deste item, ilustramos com a análise mais atualizada de dois documentos partidários: o *Programa do Partido*, aprovado no seu 31º *Congresso Partidário*, em 1990, e o *Manifesto Eleitoral de 1994*. A importância destes textos está vinculado à contraposição do desempenho da social-democracia sueca no período subsequente a estas duas datas. Um ano após o congresso, em 1991, a social-democracia perderia o governo depois de amargar um de seus piores índices eleitorais (37,6%). Em 1994, a história passa a ser outra: a social-democracia obtém 45,3% dos votos, o que lhe dá uma boa margem para um governo majoritário.⁸

que espontaneamente da dinâmica da sociedade civil, ficando preservada a autonomia fundamental dos atores coletivos envolvidos” onde, ao invés da “coerção”, enfatiza-se “a troca, a negociação e a adaptação recíproca” das organizações de interesse nelas envolvidas. Caso típico dos países de capitalismo avançado, como a Suécia. Esta segunda variante pode ser identificada com o *neocorporativismo*. Trata-se de definições ideais, que apresentam particularidades na análise prática de país a país (o que pode representar um ponto interessante para pesquisas futuras).

⁸Em 1994, o Partido Moderado (ex-Partido Conservador) ficou com 80 cadeiras no Parlamento, ou seja, 50% menos que os social-democratas. Os demais partidos, em termos de porcentagem de votos, não chegaram à casa dos dois dígitos. [v. Anexo 6]

a. Para se entender a Social-Democracia Sueca

. *Welfare State Social-Democrata e Estado Keynesiano*

Muitas vezes, o *welfare state* é identificado unicamente com a proposta social-democrata. Este enfoque é colocado de forma errônea, ou seja, o *welfare state* não é uma exclusividade de governos social-democratas. Há vários tipos de propostas de *welfare state*, algumas completamente destoantes entre si. Como corrige Williams (1984), "gobiernos conservadores habían hecho reformas desde finales del siglo pasado".

A autora enumera quatro fatores que justificariam este "reformismo conservador".⁹ Primeiro, os governos conservadores realizam reformas porque as *condições econômicas são favoráveis*. Em suas palavras, "si la economía lo permite cualquier forma de gobierno puede permitir una redistribución del ingreso". Segundo, porque *o sistema assim o exige*, ou seja, "la modernización de la sociedad puede exigir una mano de obra más calificada, por lo tanto se mejoran los servicios educativos". Terceiro, porque "la ampliación del mercado resulta en un aumento del consumo". Quarto, devido a uma *tradição reformista e reivindicatória*: "las reformas sociales son más probables allá donde ya se ha creado una tradición de éstas, y donde ciertos sectores sociales las exigen".¹⁰

⁹ FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina: una visión crítica*, nota de rodapé, p. 111 e 112.

¹⁰ A Suécia é um exemplo deste quarto ponto. As políticas sociais já estão estabelecidas de tal forma na vida cotidiana dos cidadãos suecos que os governos de direita encontrariam uma enorme resistência se propusessem uma reversão radical deste quadro (e, com certeza, perderiam as eleições!).

A autora tem razão ao afirmar que "qualquer governo", até mesmo os conservadores, desde que com condições permissíveis, *podem* vir a realizar reformas sociais, como muitos assim o fizeram.¹¹ Não significa, contudo, que o reformismo de um governo liberal, por exemplo, será literal ao reformismo social-democrata. Mesmo que ambos, liberais e social-democratas, realizem algumas reformas *idênticas*, não implica *sempre* que o *conteúdo* destas também assim o sejam.

De outra parte, onde foi moldado pela social-democracia, ou por ela fortemente influenciado, o Estado de Bem-estar assumiu feição *institucional e redistributiva*. Caracterizou-se por políticas sociais universalistas e igualitárias, concebidas como direitos da cidadania. Neste sentido, elas se diferenciavam de políticas assistenciais, típicas de uma visão liberal ortodoxa do papel da intervenção pública na área social. Com efeito, a idéia da existência de direitos sociais mínimos intrínsecos à condição cidadã caracteriza e distingue a orientação social-democrata. Ela justifica a intervenção estatal com metas redistributivistas e voltada a compensar as desigualdades promovidas pela operação das forças de mercado.¹²

Numa versão liberal, o Estado é responsável pelo fornecimento de alguns direitos básicos aos indivíduos (saúde, educação, etc). Já numa versão social-democrata, o *welfare state* fica responsável não apenas pelos "direitos básicos", mas também tem a função de intervir de forma a compensar as desigualdades sócio-econômicas existentes entre as classes, intercedendo pelo "elo" mais fraco do sistema, ou seja, a classe trabalhadora e os setores médios. Esta é uma distinção fundamental!¹³

Como alerta Esping-Andersen (1991)

Todo modelo teórico precisa definir de algum modo o *welfare state*. Como saber se - e quando - um *welfare state* responde funcionalmente às

¹¹Bismarck aqui é sempre lembrado!

¹²MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, Reformismo Democrático em Tempos de Crise, *Lua Nova* 22, p. 200.

¹³ Talvez, num governo de coalizão, fique difícil definir o perfil do *welfare state*: se liberal ou se social-democrata. A confusão, nestes casos, geralmente procede!

necessidades da indústria ou à reprodução e legitimação do capitalismo? E como identificar o *welfare state* que corresponda às demandas que teria uma classe trabalhadora mobilizada? ¹⁴

Mas, quais são as características do *welfare state* sueco? Trata-se também, como todo Estado social-democrata, de um *Estado keynesiano*. Vejamos, portanto, alguns aspectos deste Estado.

Primeira aspecto: " 'socialização estatal' da reprodução". O Estado keynesiano, ao assumir os "encargos" referentes à manutenção da força de trabalho, acabou intensificando a dependência da sociedade civil em relação aos "serviços do Estado", direcionando para si todas as demandas dela oriundas. Um Estado-onipresente que, ao procurar respondê-las, desdobrou-se num sistema provedor de serviços, ou seja, um *multi-servidor* que "invadiu tudo"!

O Estado tornou-se uma espécie de "arena decisória" centralizadora, onde os compromissos são estabelecidos. Este caráter do Estado não apenas "desparlamentariza as decisões", mas também afeta o caráter das lutas sociais, tomando-as "dependentes do ciclo político do Estado".

Segundo aspecto: relação entre massas e instituições. O Estado keynesiano, ao enredar as demandas sociais ao seu aparato institucional, acabou "organizando as massas por cima".

... o Estado keynesiano implicou o reconhecimento, absolutamente novo, do poder sindical e contratual da classe operária. Reconhecimento dos sindicatos, desenvolvimento das negociações coletivas, traduzem uma lenta institucionalização/legalização da classe operária, que reforça o seu poder e

¹⁴ GOSTA ESPING-ANDERSEN, *As Três Economias do Welfare State*. *Lua Nova* 24, p. 97. Não nos consta, por exemplo, que Bismarck tenha realizado reformas visando "compensar" algumas das desigualdades sociais da Alemanha Imperial.

o insere num processo mais vasto: o da "massificação" da dimensão política.¹⁵

Se a classe operária (com seus direitos e força política) estava sendo "reconhecida" pelos agentes do Estado keynesiano, simultaneamente sua autonomia de classe vinha sendo corroída *via-institucionalização*.

... a social-democracia sueca construiu uma forma de *democracia corporatista pluralista*, privando permanentemente a classe operária e os movimentos sociais de uma autonomização política hegemônica. (...) Com efeito, esta evolução (corporatista) confirma um paradoxo singular: a social-democracia fracassou no seu próprio *projeto histórico reformador*, com todas as opções para que ele apelava: prioridade do terreno eleitoral, das reformas e de uma estruturação histórica do movimento operário".¹⁶

Este "reconhecimento", é claro, não deixa de ser, até certo ponto, positivo.

Mas formaliza, junto à burguesia e ao próprio Estado, o poder de barganha de *apenas uma parcela* da classe operária.

Sem terror de massas, mantendo as liberdades - pelo menos nas metrópoles -, elas [as social-democracias] concederão a mesma primazia a um Estado enraizado numa divisão despótica-hierárquica do trabalho industrial. Com efeito, contrariamente ao mito de um bom "Estado reformador", redistribuindo os frutos do crescimento, o alargamento do Estado keynesiano baseia-se numa transformação do processo de trabalho que autoriza uma acumulação *interna* intensiva e um agravamento das desigualdades mundiais. O *deal* estabelecido com uma parte das camadas operárias sindicalizadas, protegidas, organizadas, é acompanhado por todo um modelo de *industrialismo produtivista*: o taylorismo-fordismo assente num operário-massa desqualificado sobreexplorado, multinacionalizado. (...) Este caráter dual, a nível nacional e internacional [agravamento do divórcio Norte/ Sul] condiciona as alianças "amplas" do keynesianismo social-democrata... A exploração de uns garante as liberdades relativas dos outros...¹⁷

¹⁵ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 109.

¹⁶ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 203.

¹⁷ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 110 e 111. Nos anos 30, o Estado keynesiano não foi um fenómeno isolado de "inserção das massas por cima". Os Estados fascistas também assim o fizeram, mas através de uma forma "diametralmente oposta" (através do "terror de massas" e da privação das liberdades).

A classe operária é favorecida desde que se encontre numa situação específica ("camadas operárias sindicalizadas, protegidas, organizadas") e também numa região específica (no "Norte"!).

Terceiro aspecto: um ação sócio-estatal incidindo na estrutura cotidiana. Um Estado tão presente como o keynesiano, acaba rearticulando tarefas que antes estavam sendo atribuídas a outras unidades sociais.

Um exemplo clássico: a *família*. O Estado, ao prover, por exemplo, creches, licenças maternidade/paternidade, educação pública em tempo integral, etc, está assumindo funções comumente atribuídas ao âmbito familiar. Em resumo, o Estado está trazendo para si uma co-responsabilidade pelo *bem-estar* de cada membro da família. Um atributo que não seria cabível, por exemplo, num Estado liberal. No caso do Estado social-democrata, estes atributos antes exclusivos ao ambiente doméstico, *privado*, passam a pertencer também ao ambiente *público*.

Pondo fim à separação anterior entre um privado familiar voltado à reprodução afetiva e social da forma de trabalho, e um público relativamente separado do campo da reprodução, o Estado keynesiano, no seu alargamento, deu lugar a um "Estado de família", transformando esta em unidade de consumo, desdobrando-a num espaço novo, marcado pelas entradas financeiras, pelas necessidades "socializadas" e pelos diferentes serviços de Estado. (...) O Estado keynesiano não pôs a família em perigo. Transformou-a, esvaziando-a dos seus aspectos mais hierárquicos e autoritários, rearticulando-a mais imediatamente com a instância política.¹⁸

Na Suécia, um exemplo da magnitude deste "Estado-família" pode ser visto, obviamente, na política familiar adotada por este país. O programa de planejamento familiar está longe de se resumir apenas à manutenção de um bom nível

"Do corporativismo de Mussolini ao *Volk* nazi, passando também pela sociedade sem classes staliniana, há uma mesma base de 'cooperação' estatizada e planificada por cima".

¹⁸ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 111 e 112.

de informação e educação sexual da população.¹⁹ O Estado se faz presente desde consultas médicas, em sua maioria gratuitas ou subvencionadas, até no fornecimento de anticonceptivos. A expansão da participação do setor público no programa de assistência infantil foi considerada, a partir dos anos 70 e 80, como prioridade na política familiar da Suécia. Como consequência, em 1992, o poder municipal respondia por 36% das creches enquanto que a participação dos setores privados (creches, cooperativas de pais, etc.) totalizavam menos de 10%.²⁰

O Estado keynesiano rearticulou, à sua forma, a relação público-privado, ora influenciando em cada um separadamente, ora os sobrepondo. Ainda no exemplo citado, o *Estado* (= público) não substitui a *família* (= privado), mas, pelo contrário, *a* transforma (em "espaço novo") ao mesmo tempo que *se* transforma (em "Estado-família"). A relação de dependência entre sociedade civil e Estado, por certo, será intensa.

. *Capital, Trabalho e Relações de Classe*

O sistema corporativo sueco gira em torno de três vértices: (a) como vimos, um Estado mediador de interesses e provedor de bem-estar; (b) uma classe operária fortemente concentrada e organizada; e (c) uma classe empresarial tecnicamente inovadora, "economicamente eficaz e forte", mas "politicamente fraca, dividida e não hegemônica".²¹

¹⁹ A obrigatoriedade do ensino sexual nas escolas suecas data de 1956. [v. La Planificación familiar en Suecia. *Información sobre a Suecia*, Instituto Sueco, outubro/1993]

²⁰ La asistencia infantil en Suecia. *Información sobre Suecia*. Instituto Sueco, noviembre 1992

²¹ BG&T, *O Desafio Social-democrata*, p. 163 - 165.

As relações industriais suecas, entre capital e trabalho, foram pautadas ora pelo confronto, ora pela negociação. A época conflituosa inicial compreendeu o período entre os anos de 1905 e 1930, quando a Suécia apresentava uma "das mais altas taxas de conflito trabalhista entre os países industrializados do Ocidente".²² Uma resolução mais substantiva em direção à negociação foi o *Acordo de Saltsjöbaden*, em 1938, onde a central sindical social-democrata (LO) e a confederação patronal da Suécia (SAF) estabeleceram os "procedimentos que deveriam orientar a negociação entre empregados e empregadores, a partir de uma concepção de que, salvo alguns campos específicos, a *regulação das condições de trabalho deveria, tanto quanto possível, ser uma questão a ser discutida entre as partes envolvidas e negociada por elas mesmas*".²³

O que representou para o partido social-democrata sueco esta tendência de negociação "pacífica" entre a LO e a SAF?

Graças a um erro tático do partido conservador, a LO conseguiu manter tanto o Estado quanto o SAP longe das atividades sindicais. O modelo de livre negociação foi mantido contra o desejo e as ambições da liderança do partido, que logo teve que aceitá-lo.²⁴

A partir da década de 60, um outro surto grevista atingiria a Suécia redirecionando as estratégias de empregadores e de sindicalistas.

As greves emergiam assim como um vivo testemunho de que a prática da negociação, tal como vinha se realizando, não estava sendo suficiente para eliminar problemas que vinham se alastrando com o desenvolvimento industrial e com o processo de racionalização, na medida em que o patronato não abria mão de suas prerrogativas de dirigir as empresas a partir de seus interesses e objetivos, mostrando-se resistente em dividir com os

²²MÁRCIA DE PAULA LEITE, "O 'modelo sueco' de organização...", p. 146.

²³MÁRCIA DE PAULA LEITE, "O 'modelo sueco' de organização...", p. 147. (grifo nosso)

²⁴KLAS AMARK, "Social Democracy and the Trade Union Movement: Solidarity and the Politics of Self-Interest", in *Creating Social Democracy*, p. 75.

trabalhadores e sindicatos as decisões relativas à organização e ao meio ambiente de trabalho²⁵

Consequentemente, uma nova bandeira veio fortalecer a pauta reivindicatória: a *regulamentação* da democracia industrial. As demandas sindicais por democratização no processo decisório das empresas culminariam na série de leis trabalhistas aprovadas, principalmente, entre 1974 e 1976. Entre estas leis, destacam-se a lei que trata sobre a proteção ao emprego (1974), a da representação na direção das empresas (1976) e a famosa "lei de co-determinação" (1976).²⁶

A SAF decide reagir de duas formas: alardear os efeitos negativos da nova legislação e "contrarestar a ação sindical... através de propostas próprias de mudança na organização empresarial".²⁷

A contra-reação sindical não tardou.

As divergências entre a SAF e a LO a respeito de como deveria ser aplicada a lei de co-determinação forçou o sindicato a explicitar seu ponto de vista, levando-o a traçar uma estratégia mais definida. Na realidade, o desapontamento inicial do sindicato com relação à eficácia da lei foi sendo substituído pela consciência de que não se tratava apenas de reagir aos planos gerenciais, mas de elaborar suas próprias estratégias²⁸

²⁵MÁRCIA DE PAULA LEITE, "O 'modelo sueco' de organização...", p. 149.

²⁶A *lei de proteção ao emprego* legisla contra eventuais abusos de poder demissionário por parte do patronato (para que um empregador possa demitir deve haver "causas objetivas"). A *lei de representação* garante que os sindicatos escolham dois representantes na diretoria da empresa (desde que esta tenha mais de 25 empregados). A última lei, *da co-determinação*, possibilita aos trabalhadores ter não apenas voz ativa, mas também peso decisório na gestão da empresa. Os trabalhadores e patronato deveriam decidir, de comum acordo, questões diretamente ligadas às mudanças no processo de trabalho (planejamento da produção, divisão de tarefas, formação de grupos, tempos, introdução de novas tecnologias,...). [v. Las Relaciones Laborales. *Información sobre Suecia*, Instituto Sueco, jan/1993].

²⁷MÁRCIA DE PAULA LEITE, "O 'modelo sueco' de organização...", p. 155. O empresariado sueco alegava que a legislação elevava os custos, burocratizava a produção e diminuía a eficiência e a competência das decisões. A resposta empresarial foi o Projeto *New Factories* que propunha a substituição da "linha de montagem" (fordista) por "grupos de montagem" que se estendiam ao longo de uma linha de produção. Além disso, propunha a introdução de novas tecnologias, de melhorias no ambiente de trabalho, etc.

²⁸MÁRCIA DE PAULA LEITE, "O 'modelo sueco' de organização...", p. 157.

Perceba-se neste relato breve sobre as relações industriais na Suécia que o operariado (reformista, por certo!) longe de se colocar de forma passiva diante das “investidas” patronais, age ostensivamente no campo da proposição.²⁹ Logicamente, deve-se levar em consideração o peso das centrais sindicais suecas e a existência de instituições mediadoras relativamente independentes, com poder de fato para fazer valer os eventuais acordos e resultados da negociação entre empregados e empregadores.

b. Partido Social-Democrata Sueco (SAP)

. Das Primeiras Décadas aos Dias de Hoje

O SAP é um dos mais sólidos exemplos da ligação dos partidos social-democratas com sindicatos e com organismos da sociedade civil. Como vimos, o SAP tem sua origem histórica muito próxima ao do SPD alemão, ou seja,

... estreita colaboração entre partido e sindicatos, desenvolvimento de um complexo de organizações de massas, intimamente ligadas entre si sob o domínio da “forma partido”. (...) A simultaneidade histórica da construção do sindicato e do partido, permite uma certa forma de prática política, que

²⁹Quando perguntado sobre as diferenças entre a CUT e a Força Sindical, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva (o “Vicentinho”), assim respondeu: “Especificamente entre a CUT e a Força Sindical, a diferença básica é que as posições da Força Sindical se confundem muito com as posições dos empresários e governos que defendem o neoliberalismo”. Por sua vez, o dirigente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, retrucou sobre a mesma pergunta: “A Força Sindical nasceu exatamente por causa da CUT... O mundo mudou, caiu o muro de Berlim, ruiu o chamado socialismo real e a CUT não tomou conhecimento disso. Somos uma central social-democrata, pluralista, democrática e suprapartidária. Queremos construir. A CUT, infelizmente, ainda pratica aquele sindicalismo de confronto, mal humorado, que não dá resultados”. Talvez seja esta grande diferença entre a “social-democracia” assumida pela Força Sindical e a social-democracia “não-assumida” pela CUT: a primeira é partidária de um *reformismo passivo* e, a segunda, de um *reformismo ativo*. [v. Entrevista: Vicentinho e Medeiros. *Momento - ANABB*, ano 1, nº 5, set/out 95]

liga desenvolvimento econômico da classe operária à transposição política dos conflitos para o palco partidário.³⁰

Contudo, esta afinidade *SAP-sindicato* e *SAP-sociedade civil* não foi construída da noite para o dia. Formado em 1889, o SAP constituiu-se em torno de três demandas específicas: o sufrágio universal, a jornada de trabalho de oito horas e, já em 1901, o "anti-militarismo".³¹

O sistema eleitoral sueco, em 1909, sofreu algumas modificações substantivas em direção ao estabelecimento da democracia partidária. O parlamento sueco (*Riksdag*³²) aprovou uma lei eleitoral que, em termos concretos, agiu em detrimento do personalismo político.³³ Nas eleições de 1911, para a Câmara Baixa (*Second Chamber*), os social-democratas recebem 28,5% do total de votos, ficando atrás dos Liberais (40,2%) e dos Conservadores (31,2%). Uma posição limitada.³⁴

³⁰ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 162. Há, logicamente, especificidades concernentes à social-democracia sueca e à alemã. Por exemplo, os suecos não tiveram que lutar contra qualquer legislação radicalmente anti-socialista como a que foi proposta por Bismarck na Alemanha. Pelo contrário, os suecos tiveram que enfrentar [=they were facing] um outro tipo de "inimigo": um "Estado disposto a compromissos e cujas contínuas concessões a Liberais e Social-democratas sobre temas como o direito de voto... acabaram contribuindo para mitigar [=to blunt] o radicalismo do movimento operário". Portanto, percebe-se que, já durante as primeiras décadas de sua existência, o "caráter revolucionário" do SAP era muito menos intenso do que seus "co-irmãos" alemães e russos. As instituições político-representativas burguesas nunca foram colocadas em termos de sua "completa destruição". Pelo contrário, foram aceitas como *meios fundamentais de conquista do socialismo*. Só precisariam sofrer algumas modificações em sua estrutura, de forma que representassem realmente aqueles que detinham o poder: a classe operária. [v. *The Swedish Political Parties, Fact Sheets on Sweden*, Swedish Institute, February/1992]

³¹ Este terceiro ponto é uma reação à introdução do serviço militar obrigatório.

³² A Suécia é um país monárquico. A história da monarquia sueca é a história da disputa entre o poder real e o poder legislativo. Até 1866, o parlamento sueco era dividido em quatro estados (nobreza, clero, campesinato, burguesia). De 1866 até 1969, o *Riksdag* foi bicameral: a Câmara Alta (*First Chamber*) e a Câmara Baixa (*Second Chamber*). Após 1969, o parlamento passa a ser uma única "câmara" representativa.

³³ Apesar de manter o direito de voto diferenciado segundo a renda (=plutocracia), a reforma de 1909 possibilitou que os membros da Câmara Alta fossem indicados por assembleias regionais escolhidas através de eleições gerais, adotou o voto proporcional e aumentou a representatividade dos distritos.

³⁴ v. Anexo 2 [Para uma visão geral do desempenho social-democrata em relação aos principais partidos suecos v. Anexos 3, 4].

Com a eleição de 1911, o Partido Social-Democrata tornou-se uma importante força política, mas ainda era, por si só, incapaz de obter resultados políticos concretos.³⁵

Os social-democratas, diante dos fatos, perceberam a necessidade de alianças para fazer valer suas cadeiras. A decisão parecia simples: entre conservadores e liberais, "o partido Liberal tendencialmente reformista era a opção natural de parceria".³⁶

Contudo, tal opção não encontraria unanimidade no SAP. O apoio aos liberais não foi bem recebido pela ala mais radical do partido. Mesmo com o empenho de seu líder, Hjalmar Branting, a cisão foi inevitável. A esquerda da ruptura com o partido em 1917 é a que fundará o *Partido Comunista sueco*.

A coalizão SAP-Liberais sai vencedora nas eleições de 1917, pondo um fim definitivo na oscilação entre rei e *Riksdag*. O parlamentarismo na Suécia está definitivamente implantado.

As eleições gerais de 1917 foram ganhas pelos partidos de esquerda, ou seja, os liberais e os social-democratas... (...) Desde então tem sido o Parlamento e não o Rei quem decide que Governo a Suécia deverá ter. Depois da Primeira Guerra Mundial, foram feitas algumas alterações na Constituição, enfraquecendo ainda mais a posição do rei. No seu conjunto, podem ser consideradas como a instalação definitiva da democracia.³⁷

³⁵KARL MOLIN, "Historical Orientation", in *Creating Social Democracy...* xx.

³⁶s/a, *A Monarquia na Suécia*, p. 13. Três anos após as eleições, em 1914, o rei Gustavo V entrou em atrito com o governo liberal, a princípio, devido a questões militares. Por seu lado, com o apoio direto dos conservadores, o rei defendia o fortalecimento das forças armadas enquanto que, pelo lado dos liberais, predominava o discurso pelo desarmamento. Por trás desta polêmica havia sempre o "antigo" motivo: a manutenção ou não do poder real. Os liberais eram partidários de um parlamentarismo à inglesa, com peso político pendendo favoravelmente ao parlamento. Já os conservadores "...queriam outorgar à monarquia sueca um poder e uma autoridade similares ao do kaiser alemão e desejariam demarcar claramente os limites do avanço democrático". [v. KARL MOLIN, "Historical Orientation", in *Creating Social Democracy...*, xx]

³⁷s/a, *A Monarquia na Suécia*, p. 14. Na realidade, o parlamentarismo só seria peça constitucional em 1975. O rei Carlos XVI Gustavo, que iniciou seu reinado em 1973, estava ainda sob a Constituição de 1809. Esta constituição ditava que "o Rei governará sozinho o Reino" (desde 1917 é "letra morta" tanto para o rei como

Nos anos 20, o espectro político sueco encontrava-se dividido em um "bloco socialista" (social-democratas e comunistas) e um "bloco burguês" (conservadores, liberais e o Partido Agrário).

Os anos da crise, a década de 30, representaram um "marco ideológico" na política do SAP. O partido sofrerá uma "verdadeira *refundação* da ideologia social-democrata". De *partido de classe*, o SAP tornar-se-á *partido do povo*.

Assim, antes dos primeiros encontros entre social-democracia e keynesianismo,... a nova linha ideológica do SAP, centrada no povo, na cooperação e na igualdade, em prejuízo das classes, criava condições para um consenso de novo tipo, com uma política de reformas, quebrando o "bloco burguês" e criando novas alianças (com o campesinato).³⁸

O partido apresenta em 1930 um "programa anti-crise" que lhe permite uma vitória folgada em 1932: 41,7% do total de votantes. Após um ano de governo, os social-democratas recebem apoio do Partido Agrário em troca de medidas protecionistas.³⁹ Este apoio daria origem ao governo de coalizão de 1936.

Esta aliança, entre social-democracia e campesinato, foi fundamental na história do SAP. Por um lado, ela desestruturava qualquer eventual aliança entre burguesia e campesinato (o que lhe seria eventualmente perigoso!). Por outro lado, representava uma "convergência de interesses" que fortalecia a presença estatal na vida econômica da Suécia. No entanto, para que esta aliança fosse garantida, o SAP teve

para seus súditos!). Após a Constituição de 1975 ficou estabelecido formalmente as funções reais que se resumiam às tarefas cerimoniais e de representação oficial.

³⁸ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 160.

³⁹ Oficialmente fundado em 1910, o Partido Agrário é atualmente identificado com a denominação de Partido do Centro. O Partido Agrário recebeu 14,1% dos votos. Conservadores, 23,5%. Liberais, 11,7%. Comunistas, 8,3%.

que "sacrificar interesses corporatistas imediatos a favor de um projeto político potencialmente hegemônico".

Os camponeses... reclamavam uma política protecionista contra a concorrência internacional (muito particularmente para o trigo) e uma regulamentação global do mercado interior (no caso dos laticínios ou da carne, por exemplo). Neste terreno de luta por uma política expansionista com aumento do papel do Estado, e contra uma política deflacionista anti-operária, a liga camponesa e a social-democracia podiam encontrar-se.⁴⁰

Avolumava-se o processo de "abandono do marxismo" pelo SAP.

Este abandono do marxismo pelo partido social-democrata sueco, cujos primeiros sinais já podiam ser percebidos antes mesmo da segunda guerra, será concluído nas décadas de 50 e 60. Um abandono realizado a sua maneira: gradativamente.

Depois de todos estes Bad-Godsberg diluídos, o *boom* econômico dos anos 1950-60 resolveu definitivamente o caminho desta longa história "não revolucionista" dos enfrentamentos ideológicos do SAP. A social-democracia sueca terá em 1960 o seu verdadeiro Bad-Godesberg. Abandona definitivamente o seu marxismo evolucionista a favor de uma versão social-igualitária de Welfare. Adota o seu novo credo: 'A sociedade do bem-estar sucede à da pobreza de massas, à insegurança e às contradições de classe agudas'. Mesmo que 'se mantenham, na sociedade do bem-estar, muitas características originais do capitalismo, como a desigualdade ou o autoritarismo' ".⁴¹

Este seria o "novo SAP". Agora, um partido social-democrata distanciado do marxismo, mas defensor de uma proposta social-igualitária de *welfare state*.

⁴⁰ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 172.

⁴¹ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 161.

No final da década, em 1969, a Constituição sueca passa por uma revisão⁴²e, em 1974, é substituída por outra que tinha como principal objetivo o fortalecimento da democracia partidária no país. O decorrer da década de 70 seria marcado por dois impactos políticos: o conflito sobre a legislação trabalhista⁴³e o início da polêmica sobre os fundos de assalariados [=wage earners' funds].⁴⁴

Sobre este segundo ponto, em 1976 a LO adota como proposta de reivindicação a formação de fundos de assalariados, que seriam provenientes de parte dos lucros das empresas. A idéia era tornar possível com estes fundos, a compra de ações de empresas privadas e, com isso, realizar uma política de transferência do poder econômico para as mãos dos funcionários. Apesar da reação contrária dos partidos burgueses e das organizações patronais, o Riksdag aprovou, em 1983, a criação de cinco destes fundos de investimento.

... cada uno de ellos dirigido por un consejo de administración compuesto por nueve miembros, de los cuales cinco eran representantes sindicales. Cada año fueron recaudados [=arrecadados] unos 2000 millones de c.s. [coroas] de las empresas en forma de un 20% de los beneficios netos que excedían de cierto nivel..., más un impuesto patronal del 0,2% de la masa salarial. (...) El diñeiro de ese sistema fue recaudado durante un periodo de siete años (1984-90); hoy día su valor asciende a unos 1700 millones de c.s. El nuevo Gobierno formado a raíz de las elecciones de septiembre de 1991 decidió abolir los fondos desde 1992.⁴⁵

Tanto a questão da nova legislatura trabalhista como a questão dos fundos de assalariados obtiveram apoio do partido social-democrata. As leis trabalhistas de maior relevância para os trabalhadores suecos foram aprovadas durante o primeiro

⁴²O Riksdag passa a ser unicameral com 349 representantes eleitos diretamente de forma proporcional. É estabelecido uma barreira eleitoral de 4% dos votos.

⁴³v. item a neste capítulo.

⁴⁴KARL MOLIN, "Historical Orientation", in *Creating Social Democracy...* xxvii.

⁴⁵Las Relaciones Laborales. *Información sobre Suecia*, Instituto Sueco, janeiro/1993.

governo social-democrata de Olof Palme.⁴⁶ Por sua vez, à criação dos fundos, em 1983, e ao período de arrecadação (1984-1990) corresponde o governo social-democrata de Olof Palme/Ingvar Carlsson.⁴⁷

. *Características Finais*

Numa primeira fase, um partido de *origem operária*, baseado tanto *nos sindicatos* como *nas organizações da sociedade civil*. Lutando pelo *sufrágio universal* desde sua formação, até o estabelecimento deste em 1917, o SAP, em termos ideológicos, surgiu *socialista e democrático*. Alavancado eleitoralmente por esta luta inicial, soube manter-se no poder através de uma *política de alianças* articulada principalmente com os partidos Liberal e Agrário.

No decorrer de sua história, no entanto, o SAP *manteve-se democrático*, *mas perdeu o seu caráter marxista*. O SAP, portanto, é um *partido* que coaduna com o tipo social-democrata traçado anteriormente: *um perfil reformista-social e democrático; que arrefeceu a prática, mas manteve o discurso socialista; dependente do capitalismo ao mesmo tempo que procura manter-se como proposta distinta e divergente*.⁴⁸

Outras características do partido:

⁴⁶De 1969, quando Olof Palme assume a função de primeiro-ministro no lugar de seu companheiro de partido, Tage Erlander, até 1976, quando é eleita uma coalizão de centro-direita (Centro, Conservadores, Liberais).

⁴⁷Olof Palme assume seu segundo mandato em 1982, sendo assassinado quatro anos mais tarde. O governo de Ingvar Carlsson duraria até outubro de 1991, ano que uma nova coalizão burguesa conquista o poder na Suécia.

⁴⁸INGVAR CARLSSON, The Welfare State is one form of socialism. *Inse de Sweden*, n.2, may 1989. Nas palavras de Ingvar Carlsson (*chairman* do SAP), referindo-se ao socialismo de seu partido: "Muitas pessoas relacionam *socialismo* com *socialização* (nacionalização de empresas). Nós temos rejeitado esta política. Ao invés disso, nós enfatizamos a justa distribuição dos resultados da produção e a transferência de uma grande volume de recursos para o setor público". Ao afirmar que o capitalismo ainda continuava forte, Carlsson ressalta, no entanto, que "há sinais claros de que a alternativa social-democrata também está ganhando terreno [=gaining ground]".

- um partido sem grandes divisões ideológicas, sem grandes “cismas” internos.⁴⁹
- um certo “paralelismo” na variação do número de membros do partido e na variação do número de membros filiados ao aparelho sindical social-democrata.⁵⁰
- uma estreita proximidade, também já assinalada, do SAP e da sociedade civil, através de cooperativas, seções empresariais, imprensa sindical, rede cultural, etc.⁵¹
- uma alta identificação - perniciosa até! - entre o partido e o Estado.⁵²

. Programa de 1990 e Manifesto Eleitoral de 1994

O *Programa do Partido Social-Democrata Sueco (1990)* é dividido em duas partes. A primeira (*Princípios Gerais*), composta por cinco itens, é dedicada a temas de natureza mais ideológica. A outra (*Suécia Social-Democrata - O Programa Político*) é composta de 35 tópicos que tratam de assuntos mais localizados (por

⁴⁹ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 154. “... o SAP tem sido sempre um partido unido sem cisões, nem frações ou tendências. A ponto de o famoso debate sobre a noção de tendência, a organização em tendências, verdadeira panacéia da democracia para numerosos partidos socialistas, não tem praticamente qualquer sentido na social-democracia sueca. O mais que aconteceu, foi em 1933, ter sido excluído um grupo de esquerda implantado em Göterborg”. Além, é claro, da divisão que originou o PC sueco.

⁵⁰ Há também uma forte integração entre as diversas centrais sindicais que independe, muitas vezes, de sua filiação ideológica-partidária. [v. Anexo 5]

⁵¹ BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 157. “Um verdadeiro partido-sociedade, que lembra a social-democracia alemã clássica, ou, numa perspectiva política e organizacional diferente, o Partido Comunista Italiano. (...) Partido-Estado, ela [a social-democracia sueca] é também um partido-sociedade, produtor de consensos”.

⁵² BG&T, *O Desafio Social-Democrata*, p. 197. Vale aqui o balanço crítico dos autores: “Quanto ao SAP, cuja organização acompanha as próprias estruturas do Estado... reproduz todos os seus recortes e modalidades. Como ‘partido parlamentar’, o povo soberano continua pouco associado à elaboração de uma política que é decidida por cima e isento de controle das eleições. Como ‘partido governo’, ele interiorizou, na materialidade do seu aparelho, o funcionamento ‘burguês’ da política e do Estado: estreiteza da reprodução das elites, práticas tecnocráticas e hierárquicas, unidade de uma direção pouco posta em causa e que se apóia em toda uma rede de ‘profissionais da política’, bons gestores do Estado. A prática do poder acentuou o peso destes gestores e tecnocratas de Estado, cada vez mais independentes do próprio partido...”

exemplo: sistema legal, municipalidades, movimentos populares, deficientes, educação, etc).⁵³

Vejamos os itens da primeira parte.

No *item 1 (Os Objetivos da Social Democracia)* o programa deixa claro a quem se dirige.

... o Partido Social Democrata deseja transformar a sociedade de tal forma que o direito de decisão sobre a produção e sua distribuição seja colocado nas mãos de *toda a nação*, que os membros da sociedade estejam livres da dependência e do controle de qualquer grupo de pressão e que *uma ordem social baseada em classes seja substituída por uma ordem comunitária fundamentada por princípios de cooperação, liberdade e igualdade*.⁵⁴

A emancipação econômica, cultural e social é uma das principais tarefas colocadas pelo programa. Não é associada, no entanto, a uma classe determinada, mas como sendo a "emancipação de todas as pessoas" ou "de toda a nação". Portanto, é um programa que mantém um discurso generalista, sem nenhum intuito de ser unicamente "de uma classe".

O *item 2 (Um Mundo diante de Problemas e Oportunidades Comuns)* e o *item 5 (A Liberdade de todas as Nações, A Paz do Mundo)* ocupam-se de aspectos relacionados ao ambiente internacional, sendo que este último prioriza a discussão sobre os países do Terceiro Mundo.

No *item 3 (Da Sociedade de Classes para o Welfare State)* podemos até perceber fragmentos de um discurso socialista de "velha ordem" somados a uma moderna defesa de socialismo com democracia. Porém, o que pode parecer, a princípio,

⁵³Não vamos estudar todos os temas arrolados pelo documento. Apenas separamos alguns pontos que nos chamaram mais atenção. [v. Anexo 7]

⁵⁴*Programa do Partido Social Democrata Sueco -1990*, p. 03. (grifo nosso) Este documento será referido neste texto sob a sigla *PP/1990*.

exclusivamente um discurso operário-classista na realidade encontra-se inserido em dois outros contextos: o da *sociedade de consumo* e o da "*sociedade de cidadãos*".

Os trabalhadores ergueram-se contra este sistema capitalista numa luta por melhores condições de vida, direitos civis e uma sociedade de ordem socialista. Esta ordem social era para ser democrática. *Seu objetivo era a sociedade sem classes.* (...) A classe operária organizou-se *como trabalhadores* nos sindicatos, *como consumidores* nas cooperativas e *como cidadãos* no Partido Social-Democrata.⁵⁵

A classe operária está presente *simultaneamente* nestes três "ambientes" e é assim tratada pelo programa: como operariado, como consumidores e como cidadãos.

Ainda neste item, o SAP realiza um "balanço" do *welfare state*. Apesar de ser até muito crítico, não nega obviamente os atributos positivos do modelo de Estado de bem-estar implantado na Suécia.

Apesar do progresso feito em direção a um Estado de bem-estar social [=welfare state], a sociedade ainda hoje exhibe muitas das características primitivas do capitalismo, tais como a distribuição desigual de renda e de riqueza e a concentração do poder econômico. (...) Novos tipos de capitalismo especulativo têm surgido, gerando o lucro às custas da maioria, sem fomentar a produção ou outros valores comunitários. (...) A internacionalização do capital está dificultando a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores pelos sindicatos. Ela está limitando a habilidade do Governo, do Banco Sueco e do *Riksdag* em alcançar os objetivos nacionais que foram definidos democraticamente.⁵⁶

O SAP constata os limites impostos pelo capitalismo contemporâneo ao seu modelo de *welfare state*. Aos novos problemas e desafios colocados por este capitalismo "de nova cara", o *welfare state* não está conseguindo responder à altura. Ao

⁵⁵pp/1990, p. 12. (grifo nosso)

⁵⁶pp/1990, p. 17.

contrário, há uma grande camada da população que foi deixada à margem das políticas de bem-estar. Uma das novas tarefas é justamente encontrar meios de preencher este vazio.

Essas pessoas, freqüentemente com sua educação básica incompleta, são aquelas que têm se dirigido para ocupações mal remuneradas, muitas das quais fisicamente destrutivas e oferecendo pouca oportunidade para o desenvolvimento pessoal e vocacional. Esta posição de inferioridade no mercado de trabalho cria, tanto economicamente quanto socialmente, condições inadequadas de vida. (...) A política de equidade deve ser feita de modo a focalizar especialmente estas novas e potenciais desigualdades de classe. A exigência social-democrata por segurança, por condições dignas de trabalho e por uma organização do trabalho que permita ao indivíduo influenciar seu próprio meio, opera ordinariamente nesta direção. Além disso, ações especiais devem ser tomadas para melhorar as condições desses grupos menos privilegiados. Por exemplo, melhorias salariais, treinamento pessoal e educação de adultos, medidas na área de habitação e transporte público (para aperfeiçoar as condições gerais do dia-a-dia) e também ações no campo da medicina ocupacional (a fim de dar auxílio para aqueles que sofreram acidentes no trabalho).⁵⁷

Um terceiro ponto interessante é a preocupação do partido com as modificações do perfil eleitoral nas eleições suecas.

...os eleitores estão se tornando mais inconstantes. A votação por classe está diminuindo, a votação por opinião está em ascensão. A geração mais jovem é menos comprometida com a tradição.⁵⁸

Esta preocupação mostra indícios de como o SAP "resolveu" definitivamente o *dilema eleitoral* atribuído por Przeworski (1991) aos antigos partidos operários e socialistas.

⁵⁷PP/1990, p. 34.

⁵⁸PP/1990, p. 18.

... ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe mas condenado à perpétua derrota eleitoral ou um partido que luta pelo êxito eleitoral às custas da diluição de seu caráter de classe.⁵⁹

O SAP é um partido que se encontra no auge desta "diluição".

Por fim, o programa faz juz ao "lugar comum" mantido pelo discurso social-democrata: a crítica tanto ao capitalismo como ao comunismo.

Sob ambos sistemas, os recursos econômicos estão distribuídos desigualmente e sem qualquer controle popular. Em um caso [no capitalismo] isto é parte do sistema. Em outro [no socialismo] isto ocorre em desacordo com os declarados ideais de igualdade. Mas esta situação [no socialismo] é resultado da centralização de poder e da ausência de democracia.⁶⁰

O partido se mostra como uma "outra opção", ou seja, nem capitalismo, nem comunismo, mas sim o *socialismo democrático*.

Este é todo o assunto do item 4 (*Socialismo Democrático*): apresentar o socialismo do SAP. Nestas linhas, o programa caracteriza os objetivos e as estratégias a serem adotadas para sua plena realização.⁶¹

- *Reformismo com participação popular.*

... um esforço para assegurar a participação ativa da maioria na construção da sociedade [=shaping of society]. Esta é também a meta do socialismo democrático, o qual procura estabelecer uma ordem econômica que não seja governada por interesses particulares de lucro [=private consideration of profit] e pela busca pessoal de poder [=private pursuit of power].⁶²

⁵⁹ADAM PRZERWORSKI, *Capitalismo e Social-Democracia*, p. 39.

⁶⁰PP/1990, p. 21.

⁶¹Para facilitar nossa leitura dividimos este item em quatro títulos: *Reformismo com participação popular*; *Equalização da capacidade de influência*; *Controle popular e público*; *Nem só o mercado, nem só o Estado*, mas ambos.

⁶²PP/1990, p. 22.

Por que esta preocupação em combinar "participação" e "construção da sociedade"? Primeiro, porque o desenvolvimento social não pode ser alcançado sem a ajuda da população. Segundo, porque só a participação popular *efetiva e contínua* pode garantir os resultados eventualmente obtidos (as reformas).

A mudança social democrática ... requer cidadãos ativos. Cidadãos passivos são uma ameaça à democracia.⁶³

- *Equalização da capacidade de influência.*

De nada adiantaria garantir a participação de todos, se a capacidade de influenciar as decisões se mantivesse diferenciada entre os envolvidos. É por isso que o SAP defende tão raivosamente a democracia no seu aspecto político e também no econômico-produtivo (*democracia industrial*).

Para o SAP, a antiga proposta socialista, gerada na "infância do movimento operário" e decorrente de situações políticas particulares, não tem mais sentido. Com o sufrágio universal e a democracia, o "poder político está agora vinculado à cidadania e não à propriedade dos meios de produção". Antes, a tarefa era tornar uma classe possuidora dos meios de produção desapropriando-os de uma outra. Com a democracia, a tarefa do partido é criar condições para que *todos* possam exercer plenamente sua *condição de cidadania*, com direitos e deveres garantidos, independente de credo, raça, sexo, cor e classe. O SAP está com isso decretando o "fim da propriedade privada"? Não. Apenas está alertando que o sistema capitalista mudou. E, com ele, deve-se mudar as estratégias ou manter-se obsoleto.

⁶³ PP/1990, p. 22.

A propriedade privada permaneceu, isto é verdade, mas o sistema capitalista-privado de produção, que leva em conta o lucro privado com prioridade sobre todos os outros interesses, foi essencialmente transformado.⁶⁴

Mas, se é certo que o capitalismo mudou, também é certo que não deixou de ser um sistema econômico conflituoso, onde os interesses particulares se sobrepõem aos interesses coletivos. O que o SAP propõe para enfrentar esta situação?

- *Controle popular e público.*

O SAP reconhece a impossibilidade não apenas do capitalismo, mas de qualquer sistema econômico operar "em harmonia perpétua". Esta situação impossível leva à necessidade de controlar o sistema democraticamente. Este último, o controle democrático, segundo o SAP, só pode ser eficiente se for realizado *através e em parceria* com o setor público.

O Estado, portanto, deve ser um organismo que, obviamente, seja capaz de agir ao nível público...

Em muitos casos, o princípio da democracia econômica exige que os órgãos públicos sejam capazes de influenciar a produção e a distribuição dos resultados. Isto se aplica à questão do bem-estar de todo o país. Por exemplo, a proteção ao meio ambiente, a distribuição regional das empresas e das oportunidades de trabalho pelo país, os serviços sociais (que devem estar disponíveis para todos os membros da comunidade) e, por estas razões, a exigência de *redistribuição de recursos através das instituições públicas*.⁶⁵

... mas que também seja capaz de *não agir* nos níveis onde a sua ação é

"desnecessária".

⁶⁴PP/1990, p. 24.

⁶⁵PP/1990, p. 25. (grifo nosso)

Os trabalhadores estão aptos a influenciar no local de trabalho e nas próprias condições de vida no trabalho. Essa influência deve ser exercida diretamente no "chão de fábrica" [=shop floor], através das organizações dos trabalhadores. Os consumidores estão aptos a influenciar o abastecimento de bens e serviços de acordo com suas exigências e essa influência deve ser realizada, de forma definitiva [=ultimately], por eles mesmos, diretamente ao nível dos consumidores.⁶⁶

Portanto, o papel do setor público-estatal é, ao mesmo tempo, o de:

- (1) distribuir o poder político avalizando as esferas não-estatais de tomada de decisão e as decisões dali provenientes, tornando o *direito cívico* superior ao *direito de propriedade* ;
- (2) distribuir os resultados econômicos através do *controle da produção* e não do *controle da propriedade*.

Como garantir o desfecho positivo destas tarefas? As medidas são inúmeras.

Isto é realizado através de alavancas legais e de política econômica, definindo a estrutura para as atividades comerciais e *guiando os mecanismos de mercado por uma direção socialmente conveniente*. Isto é realizado através de inúmeras formas de disposição coletiva do capital. Isto é realizado através de medidas que visem obter uma distribuição mais igualitária da renda, capacitando os interesses populares a influenciar nos rumos dos investimentos de capital (o que é uma atitude vital quando se considera isto sob a perspectiva do andamento da economia). Outro meio de se chegar ao mesmo fim é assegurar aos assalariados [=wage earners] o poder de decisão no local de trabalho e nas empresas, fortalecer a posição dos consumidores em relação aos produtores, e, assegurar aos próprios consumidores oportunidades mais igualitárias de influenciar a produção.⁶⁷

E, se preciso for, o SAP deixa aberta até a possibilidade do "confisco".

A social democracia também está preparada para transformar em propriedades públicas ou propriedades sob controle público as propriedades

⁶⁶PP/1990, p. 25 e 26.

⁶⁷PP/1990, p. 26. (grifo nosso)

privadas [=natural assets], as instituições de crédito ou as empresas particulares à medida que [=insofar] os interesses comuns tornem isto necessário.⁶⁸

- *Nem só o mercado, nem só o Estado, mas ambos.*

O que o SAP está procurando construir não é uma economia *puramente* de mercado e nem uma *absolutamente* planificada. Para o partido, o mercado por si é imperfeito e, por isso, necessita de controle externo. Por sua vez, o Estado sozinho não consegue responder à totalidade das demandas produtivas e, por isso, necessita do mercado.

A economia de mercado e a economia estatal estão longe de serem sistemas antagônicos e, portanto, contrapô-los é um equívoco. Ambas dependem uma da outra e devem ser olhadas como "métodos complementares". O SAP assim conclui e assim o faz durante todo o seu programa.

Na segunda parte, por fim, o programa trata sobre temas mais específicos.

Resumimos a seguir alguns tópicos:

- *Municípios e conselhos distritais.* Ressalta a importância da autonomia dos municípios e distritos ("autonomy presupposes independent powers of taxation"), mas também a parceria entre estes e o governo central (em questões sociais, por exemplo). Delega ao governo central a responsabilidade por macropolíticas de equalização econômica entre as municipalidades e distritos.
- *Movimentos populares.* Destaca, da mesma forma, a contribuição destes movimentos na construção da "vida democrática" sueca e também o papel do Estado no desenvolvimento destas organizações.

⁶⁸PP/1990, p. 27.

A social democracia, agindo em parceria com os movimentos populares, os movimentos cooperativos e as organizações não-governamentais, deseja promover *dentro do Estado, das municipalidades e dos conselhos distritais* [=county council] uma política que facilitará o desenvolvimento das atividades e das funções destas organizações.⁶⁹

- *Administrações públicas.* Enfatiza, dentre outros pontos, que estas devem estar sujeitas ao controle democrático por parte da sociedade.
- *Propriedade e disposição do capital.* A propriedade é colocada a serviço do interesse comum. Por exemplo: os empregados, através de suas organizações, devem estar habilitados a influenciar o gerenciamento das companhias onde trabalham; o setor público deve supervisionar as atividades de bancos, instituições de crédito e de seguro; a concentração de poder econômico e o estabelecimento de oligopólios devem ser combatidos; a propriedade estatal e cooperativa devem ser usadas como forma de promover a diversidade e a competição; acordos empresariais que lesem aos consumidores devem ser impedidos legalmente; como vimos, propriedades, instituições de crédito ou empresas individuais tornar-se-ão propriedades estatais ou serão transferidas para o controle estatal quando houver motivos de interesse público que assim determinem.
- *Política econômica e impostos.* Estas políticas devem ser planejadas em função de objetivos distributivistas.

A política econômica será estruturada para a universalização do emprego, para o desenvolvimento técnico, econômico e industrial com a adequada consideração pelo meio ambiente, pelo equilíbrio regional e pela estabilidade monetária. Nesse caso, a política econômica tem, também, um importante ponto de apoio na política de distribuição.⁷⁰

⁶⁹pp/1990, p. 47. (grifo nosso)

⁷⁰pp/1990, p. 52.

- *Trabalho*⁷¹. O programa trata sobre políticas de co-determinação na empresa; sobre as atividades e direitos dos sindicatos (tanto no setor privado como público); sobre a igualdade e a não-discriminação (por sexo ou raça) no trabalho; sobre a questão do desemprego⁷²; sobre políticas de especialização e recolocação; sobre a proposta - "a longo prazo" - de redução da jornada de trabalho para 06h/dia; sobre melhorias no ambiente de trabalho; etc.
- *Consumidores*. Uma frase resume a idéia central deste tópico: "Production must be governed by consumers' interests". Segurança, qualidade e higiene dos produtos e serviços oferecidos devem ser objeto de preocupação constante por parte das empresas. As organizações de consumidores devem agir de forma autônoma, exigindo estes requisitos. O governo deve tomar medidas no sentido de garantir e fortalecer estas organizações.
- *Políticas públicas*. O programa aborda diversos níveis de políticas públicas: imigrantes e refugiados, deficientes, crianças, idosos, educação, habitação, saúde e assistência médica, seguridade social, serviços sociais.

Passados quatro anos, o SAP lança o seu *Manifesto Eleitoral (agosto, 1994)* e, com ele, ganha as eleições parlamentares. Este documento é formado por cinco itens.⁷³

O SAP faz uma brevíssima introdução à crise sueca, dando especial destaque ao "mal do próximo século": o *desemprego*. Este problema acarreta maior

⁷¹PP/1990, p. 55 - 57. Na realidade este não é um tópico apenas, mas sim quatro: *Workplace democracy, Labour market, Working hours, Working environment*.

⁷²Na primeira parte há um tópico exclusivo sobre este tema. No entanto, é no *Manifesto Eleitoral de 1994* que o assunto, juntamente com as finanças do Estado, será debatido mais intensamente. A taxa de desemprego na Suécia variou, na década de 70, entre 1,5% e 2,7% da PEA. Nos anos 80, esta variação ficou entre 1,4% e 3,5%. Em 1993, a taxa de desemprego já estava em níveis superiores a 6%.

⁷³v. Anexo 8

dependência em relação aos benefícios sociais e, como consequência, faz sangrar as finanças do Estado a fim de prover este aumento da demanda. Diante disso, o partido enumera os principais objetivos para os próximos anos: estimular o crescimento econômico, reduzir o desemprego, equilibrar as finanças públicas, estabilizar a dívida interna e conseguir pagar o sistema de bem-estar.

A Suécia pode pagar pelo seu sistema de bem-estar se nós pudermos restaurar a ordem em nossas finanças públicas. A Suécia pode solucionar sua desordem financeira se nós tivermos sucesso na contenção do nível de desemprego. A Suécia pode conter o desemprego se nós pudermos estimular a construção do futuro, os investimentos e estabelecer um nível sustentável de crescimento econômico.⁷⁴

Como os social-democratas irão agir?

- Fortalecer os laços internacionais, principalmente com a Comunidade Européia, a fim de unir forças contra o desemprego e manter políticas conjuntas pela paz e pela preservação do meio ambiente.⁷⁵

- Fomentar a participação e a cooperação para enfrentar a crise econômica. O partido enumera quatro "áreas" que precisam de "novas formas de cooperação":

. Empresas e empresários

O número de indústrias deve crescer. As condições para os empreendimentos de menor porte [=small businesses] devem ser aperfeiçoadas, especialmente quando isto envolve o capital de risco. Os impostos [=corporate taxes] deveriam ser reduzidos. A comissão de energia deveria preparar uma estratégia para satisfazer as necessidades futuras neste campo, em consonância com a decisão tomada no *referendum*. Um governo social

⁷⁴Manifesto Eleitoral - 1994, p. 03. Sob a sigla: ME/94

⁷⁵É bom ressaltar que as relações internacionais são tão importantes para o SAP, bem como para toda sociedade sueca, que o partido chegou ao ponto de formular, em junho de 1994, um "programa internacional" (*Democracia Sem Fronteiras - Segurança e Solidariedade para o Século XXI*).

democrata trabalhará por um amplo acordo sobre as circunstâncias que dirigem as empresas comerciais.⁷⁶

. Direitos trabalhistas

As diferentes partes envolvidas no mercado de trabalho devem ser responsáveis [= *must shoulder responsibility*] pelas melhorias no ambiente de trabalho, pela maior igualdade entre homens e mulheres, pelo desenvolvimento das habilidades e pelo desenvolvimento da legislação do trabalho.⁷⁷

. Responsabilidade igual entre os sexos

O direito ao trabalho, uma boa política familiar e um forte setor público são as bases fundamentais [= *foundation stones*] para a igualdade entre homens e mulheres.⁷⁸

. Seguridade Social⁷⁹

A política de bem-estar não é apenas socialmente justa. É também eficaz em termos econômicos e pode ser combinada com a necessidade crescente de austeridade nos gastos públicos exigida pela crise econômica. Um governo social-democrata fará todo o esforço para realizar amplos acordos, na escolha do sistema de bem-estar para o futuro.⁸⁰

- Aumentar os investimentos e fornecer a infra-estrutura necessária para o progresso econômico. Para tanto, os social-democratas pretendem reduzir o déficit orçamentário, estabilizar os preços num "patamar médio europeu" [= *acceptable European level*], além de investir nos setores de telecomunicações, habitação, educação, energia, etc.

⁷⁶ME/94, p. 06.

⁷⁷ME/94, p. 06.

⁷⁸ME/94, p. 06.

⁷⁹De forma mais específica, de acordo com o texto: "A proteção dos cidadãos em caso de enfermidade, velhice, acidente [= *injury*] ou invalidez".

⁸⁰ME/94, p. 06.

- Formular um programa nacional de educação. Na fase pré-escolar e primária, a tarefa central é capacitar os estudantes para um futura “sociedade tecnológica”.⁸¹ Além disso, o SAP propõe aumentar o número de vagas nas universidades, expandir a educação para adultos (tendo como prioridade os desempregados) e desenvolver o treinamento profissional em direção às novas demandas empresariais.
- Promover mudanças na política de mercado de trabalho. Para combater o desemprego, os social democratas pretendem estimular a contratação de empregados pelas empresas e o envolvimento dos desempregados com programas de recolocação [=job hunting programmes], de treinamento, trabalhos temporários, etc. Além disso, o SAP procurará tornar o seguro desemprego mais efetivo.
- Restaurar as finanças públicas, através de uma política de emprego, do aumento da arrecadação e da redução dos gastos do governo.⁸²

E, por fim, o manifesto termina resumindo em uma frase a direção escolhida pelo SAP.

Nós acreditamos que as pessoas querem trabalhar e se sustentar - *nós não acreditamos no contínuo desemprego em massa e na dependência do Estado* [=welfare dependency].⁸³

⁸¹ME/94, p. 08. Nas palavras do manifesto: “every pupil should have access to a computer”.

⁸²ME/94, p. 10 e 11. O aumento dos impostos é justificado pelos social-democratas por três princípios: (1) *responsabilidade*: a crise é um fenômeno que atinge toda a Suécia e, portanto, todos devem dar sua contribuição para vencê-la, (2) *solidariedade*: quem “tem emprego” e “uma renda decente” certamente deverá dar uma parcela maior de esforço (=carry brunt of the effort), (3) *necessidade*: atenção às crianças e idosos, formação escolar,... são prioridades sobre os demais benefícios.

⁸³ME/94, p. 12 e 13.

SEGUNDA PARTE

MODELO SOCIAL-DEMOCRATA PARA O BRASIL

CAPÍTULO IV

DOIS NOVOS AMBIENTES

Fazendo uma ligeira retrospectiva podemos concluir, sobre o nosso paradigma, que este nos foi apresentado como um conceito complexo, mas historicamente identificável.

Em termos ideológicos, a social-democracia propõe uma prática democrática e reformista agregada a um discurso socialista. Não há, no entanto, muito de marxista nesta combinação social-democrata! Pelo contrário, apesar de manter-se crítica ao capitalismo e ao (extinto) "socialismo burocrático", a social-democracia acabou por criar laços de dependência com o primeiro destes sistemas, mesmo que não-voluntariamente.

Disto, percebemos que, para uma proposta social-democrata progredir satisfatoriamente, é necessário uma democracia a plena carga concomitante a um capitalismo desenvolvido.

Como partido social-democrata, ela apresenta, em sua origem, uma estreita ligação com os sindicatos e com a sociedade civil. Hoje, no entanto, o seu carácter classista perde terreno para um discurso eleitoral mais voltado para as formas genéricas de *consumidor* e de *cidadão*. De *partido-operário* a social-democracia passou a ser *partido-cidadão*, *partido do povo*. Por fim, vimos como o partido social-democrata sueco é um exemplo que se encaixa perfeitamente nesta construção inicial.

Resta-nos, portanto, trazer estas observações para dois ambientes que nos são mais próximos: a *América Latina* e, como tarefa principal desta segunda parte, o *Brasil*.¹

¹É uma preocupação constante deste trabalho, ainda mais nesta parte, não importar os modelos europeus pré-estabelecidos. Já deixamos claro que não pretendemos forjar uma "fôrma social-democrata" onde colocamos este ou aquele país ou este ou aquele partido. Sabemos, com todas as letras, que a América Latina e o Brasil não são a Europa ou a Suécia!

No *item a* deste capítulo, nossa atenção estará centrada em alguns aspectos históricos da ligação entre a Internacional Socialista (IS) e a América Latina e também na possibilidade ou não de uma proposta social-democrata encontrar sustentação numa região tão heterogênea e tão particular. Quais os elementos que lhe são favoráveis e quais os que não são?

No *item b*, procuramos "abrir algumas portas" sobre uma eventual relação entre o PSDB e o PT com a proposta social-democrata, para "fechá-las" nos capítulos posteriores.²

a. América Latina: Do Primeiro para o Terceiro Mundo

Como se realizou historicamente o relacionamento entre o movimento socialista europeu e a América Latina?

Williams (1984) assim resume esta relação.

... América Latina no jugó un papel importante en cuanto al movimiento socialista hasta después de la Primeira Guerra Mundial, y... era una región que pasó casi inadvertida por parte de la II Internacional. De hecho, la última parte de esta afirmación podía extenderse aún más en el tiempo para aseverar que el área de América Latina no sólo fue de poco interés para la II Internacional, sino tampoco para la III y la Internacional Obrera Socialista (1929-1938), y sólo de manera ocasional para la Internacional Socialista en sus primeros años de existencia, (1951-).³

²Neste ponto, fomos alertados para duas abordagens metodológicas possíveis. Uma delas seria inicialmente delimitar nossos objetos de pesquisa - PSDB e PT - para em seguida verificarmos os componentes social-democratas neles presentes. A outra, seria traçar um histórico partidário brasileiro, a fim de encontrarmos eventuais propostas social-democratas anteriores ao PSDB e PT, para depois desembocarmos nestes dois partidos. As duas possibilidades se excluem, o que nos obrigou a escolher uma. Decidimos pela primeira, ou seja, tratar exclusivamente sobre o PSDB e o PT. No entanto, achamos por bem deixar em aberto algumas questões sobre a social-democracia e os partidos brasileiros a fim de aguçar o interesse sobre o tema e fomentar novas pesquisas.

³FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina*, p. 163. A Internacional Socialista foi fundada em Londres em 1864. Desde então teve várias cisões e configurações. A II Internacional foi

As razões deste “desinteresse” por parte do socialismo europeu, segundo a autora, são inúmeras. Por exemplo, a constituição econômica e política da América Latina (“una región agrícola donde coexistan relaciones sociales de producción de tipo capitalista y precapitalista y sus estados toman la forma oligárquica”), bem como a própria geografia latino-americana (“en las primeras reuniones de inmigrantes socialistas y anarquistas en Buenos Aires, había que usar al menos cuatro o más idiomas al mismo tiempo”).⁴ Em termos comparativos, na Europa, já na segunda metade do século XIX, o capitalismo desenvolvia-se rapidamente e, com ele, emergia um movimento operário urbano e homogêneo.

Além disso, a autora ainda destaca o fato de que o reformismo na América Latina foi muito mais uma realização de “grupos que expresaban a la pequeña burguesía y fracciones de la burguesía industrial”, com o “apoyo fluctuante de la pequeña clase obrera” e que “no sentían, necesariamente, afinidad ni con el reformismo europeo ni su internacionalismo”.⁵ Inclusive as duas grandes guerras também contribuíram para amortecer o relacionamento entre a IS e o socialismo latino, pois “significó la ruptura de casi cualquier comunicación efectiva entre el movimiento socialdemócrata europeo y los grupos latinoamericanos”.⁶ Por fim, a tendência populista das lideranças locais vieram a obstaculizar uma ligação mais forte com os partidos social-democratas.⁷

constituída em 1889 e durou até o início da I Grande Guerra, em 1914. Após a divisão do movimento operário durante os anos da guerra, foram constituídas a III Internacional (1919 - 1943), de inspiração comunista e pró-soviética, e a Internacional Trabalhista-Socialista (1923), aglutinando os partidos social-democratas e reformistas. Com a II Grande Guerra, a IS se dissolve em 1940 e só vai ser reestabelecida em 1951. [v. Qué es la Internacional Socialista, *Nueva Sociedad* 103, p. 122].

⁴FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina*, p. 164 e 167.

⁵FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina*, p. 172.

⁶FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina*, p. 174.

⁷ Voltaremos a este assunto mais à frente.

Após a Segunda Grande Guerra, mais especificamente em fins de 40 e início de 50, a preocupação dos social-democratas era reconstituir-se politicamente, reconstruir a Europa devastada e definir uma posição em relação aos dois blocos oriundos na nascente Guerra Fria. Deste terceiro ponto decorre o seu discurso de não afiliar-se nem ao comunismo e nem ao capitalismo.

Em termos de América Latina, somente em 1955 é criada uma ponte mais formalmente sustentável entre os social-democratas europeus e a esquerda latino-americana: o *Secretariado Latino-Americano da Internacional Socialista (SLIS)*.⁸

Os objetivos do SLIS eram basicamente o de promover o intercâmbio entre os partidos socialistas latinos e entre estes e os demais partidos socialistas do mundo. No entanto, apesar de manter contatos importantes com grupos de esquerda e partidos socialistas no Brasil, Colômbia, Cuba⁹, Peru, Panamá, Equador, México, Venezuela, Costa Rica, Bolívia, Paraguai, etc, foi um organismo de vida efêmera. O SLIS durou apenas seis anos (1955 - 1961). As contradições internas, a pouca aceitação na América Latina de uma proposta de esquerda que não tivesse como um de seus pontos centrais o anti-imperialismo e o anti-americanismo, a incompatibilidade entre o anti-comunismo da IS e a proximidade de alguns partidos socialistas latinos com os partidos comunistas¹⁰, são alguns dos motivos que explicam a dissolução do SLIS.

Na década de 60, a base mais promissora (e a que chegou mais próxima!) da social-democracia na América Latina é encontrada em dois tipos de organização: os

⁸A criação do SLIS decorre das iniciativas do Partido Socialista da Argentina (filiado a II IS desde 1896) e do Partido Socialista do Uruguai (fundado oficialmente em 1910), até então as duas principais "representações" da IS na América do Sul.

⁹Segundo a autora, o SLIS - apesar de "progressista, mas burguês" - chegou a se solidarizar com a luta de Fidel Castro que culminaria na revolução cubana em 1959.

¹⁰Por exemplo, o Partido Socialista Chileno.

“partidos populares” e os organismos social-democratas alemães cujas ações estavam vinculadas ao Terceiro Mundo.¹¹

Para Williams, os quatro mais importantes “partidos populares” são a *Alianza Popular Revolucionaria Americana - APRA* (fundado em 1924, no Peru), o *Movimiento Nacional Revolucionario - MNR* (1943, Bolívia), a *Acción Democrática - AD* (início da década de 40, Venezuela) e o *Partido Liberación Nacional - PLN* (1952, Costa Rica). Segundo a autora, estes partidos

Quiéren, básicamente, modernizar a sus países a través del capitalismo y realizar algunas reformas sociales. Son adversos al comunismo y ellos se autoproclaman con frecuencia, como “de la izquierda democrática”. Son pluriclasistas y sus cuadros dirigentes incluyeron numerosos miembros de la clase media, aunque pueden haber estrechos vínculos con sindicatos de tipo tradeunionista. Todos empiezan como radicales: en diferentes ocasiones han llegado a definirse como “revolucionarios”, para volverse sólo reformistas con el tiempo.¹²

Já nesta fase reformista, os “partidos populares” teriam as seguintes características¹³: (1) defesa da democracia representativa e de suas instituições; (2) oposição às oligarquias; (3) coexistência da propriedade privada com “una economía nacional programada y regulada”; (4) reformismo social; (5) anti-comunistas; (6) favoráveis ao capital estrangeiro como estímulo ao desenvolvimento (“se oponen al estilo y no al contenido del imperialismo”); (7) identificação com o “mundo occidental y libre” e uma “actitud pro-norteamericana”.

¹¹Um exemplo destes organismos é a *Fundação Friedrich Ebert*, criada em 1925 na Alemanha e tendo como funções promover o intercâmbio acadêmico e de pesquisa, patrocinar publicações e periódicos (por exemplo, a revista *Nueva Sociedad*), propagar os ideais de um “socialismo-reformista”, etc.

¹²FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina*, p. 203.

¹³A referência utilizada pela autora aqui é: SUSANNE BODENHEIMER, “La Crisis del Movimiento Socialdemócrata en América Latina”. *Estudios Internacionales*, n.12, 1979.

Mas, podemos considerar estes "partidos populares" como partidos social-democratas?

Todos los partidos "populares"... querían llevar a cabo un capitalismo de tipo reformista, pero no disfrutaban de la misma historia ni de las mismas condiciones objetivas como la socialdemocracia clásica europea, así que sólo podrían efectuar algunas de las funciones de un partido socialdemócrata europeo. Cualquier redistribución económica, dentro del contexto del capitalismo dependiente, sólo podría ser una réplica débil de lo que era posible en Europa... Por otro lado, los partidos "populares" no tenían, sencillamente una base obrera equivalente, así que nosotros seguimos considerando que las similitudes entre los partidos "populares" y los partidos socialdemócratas europeos, eran, y son, sólo más bien a nivel ideológico.¹⁴

Por estes partidos não terem uma história similar à europeia qualquer aproximação é inviável se acrítica. Além disso, os social-democratas europeus na década de 60 "ya eran... pluriclasistas, representaban al capitalismo reformista y hacían concesiones a la burguesía europea", mas, ao mesmo tempo, "no eran esencialmente de clase media, sino que, conservaban una gran base obrera, así que no podían actuar tan fácilmente dentro de los intereses de las clases altas". Por fim, havia também o empecilho da pouca tradição do movimento operário na América Latina.¹⁵

Os contatos entre a IS e a América Latina adquirem maior projeção a partir de meados da década de 70, principalmente após a ascensão de Willy Brant como presidente da entidade em 1976. As atividades e reuniões patrocinadas pela IS foram inúmeras. De forma geral, o objetivo da IS era apoiar a democratização do continente sul-americano, ainda assolado pela violência de regimes ditatoriais.¹⁶

¹⁴FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina*, nota de rodapé, p. 208 e 209.

¹⁵FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina*, p. 216 e 217.

¹⁶Dentre estas atividades, por exemplo, houve uma reunião em Hamburgo (fevereiro, 1978) que, apesar da "temática essencialmente europeia", contou com a presença de líderes latino-americanos (entre eles, Leonel Brizola). Neste mesmo ano, uma importante missão da IS foi incumbida de visitar alguns países da América Latina. Esta missão, segundo a autora, teria entrado em contato com o partido (ainda não afiliado à IS) do

Mas, apesar destas tentativas mais atuais da IS na América Latina, é possível que uma proposta social-democrata venha a ser realizada no continente sul-americano?

Da mesma forma, para Vasconi (1990) a origem de uma proposta social-democrata mais sólida para a América Latina só poderia tomar corpo após um passado pouco distante: segunda metade da década de 70 e anos 80. Tal afirmação se justifica pelo fato de que foram nestes anos que as ditaduras latino-americanas começaram a se esvaziar. Estas não conseguiram reagir diante da aguda crise econômica que se estendia por todo o continente. A pressão da sociedade civil por mudanças políticas era muito intensa, o que obrigou a lentos, mas progressivos processos de abertura. A democracia latino-americana, no final da década, levantava vôo.

Quando se encerrar o ano de 1989, dez importantes eleições terão sido realizadas na América Latina. No contexto da discussão sobre a redemocratização ou da possibilidade de consolidação democrática, esse fato assume uma importância crucial. Muito embora o significado das eleições varie de acordo com o sistema político, trata-se de uma prática que, em qualquer de suas manifestações, ao mesmo tempo reflete e produz consequências, ainda que não imediatas, na estrutura de poder de uma dada sociedade.¹⁷

Portanto, uma nova estrutura exigia novas estratégias. A social-democracia pode ser inserida neste istmo, como uma proposta "menos radical" da esquerda para uma "América democratizante".

mesmo Leonel Brizola. Ainda neste mesmo ano, em outubro, é realizada uma nova reunião da IS em Lisboa cujo tema era "Processos de Democratização na Península Ibérica e América Latina". Novamente, Leonel Brizola esteve presente. Em 1980, por ocasião da constituição do *Comitê para a América Latina e Caribe da IS*, Brizola é nomeado Coordenador Geral para a América do Sul.

¹⁷MARIA TEREZA SADEK, "Administração do Processo Eleitoral", in *Cem Anos de Eleições Presidenciais. Textos do IDESP*, n. 36, p. 25.

No entanto, ainda existem inúmeros problemas que atravancam a análise e a viabilidade de uma proposta social-democrata para o continente latino.

Primeiro, é preciso anotar a própria dificuldade ao definir o conceito e delimitar os exemplos de partidos social-democratas na região. Se os obstáculos conceituais e de exemplificação, como vimos, foram latentes na discussão sobre a tão arraigada social-democracia europeia, o que dir-se-á sobre os fragmentados e instáveis partidos latino-americanos.

... no resulta fácil en nuestra región, aun hoy, hacer una clasificación completa y exacta de lo que aquí podrían calificarse de organizaciones y partidos socialdemócratas. Podríamos atenemos fundamentalmente a lo formal, es decir, a la pertenencia plena a la Internacional Socialista, y encontraríamos aquí, entre otros, a Acción Democrática de Venezuela, el Partido Radical de Chile, el Partido Aprista Peruano, la Izquierda Democrática en Ecuador, Liberación Nacional en Costa Rica, etc. Pero es que existe también otro conjunto de partidos políticos que, sin ser miembros plenos, actúan como miembros consultivos; y aquí tenemos el Partido Democrático Trabalhista del Brasil, el Movimiento Electoral del Pueblo en Venezuela, etc. Y aun así, no agotamos la lista, pues existen organizaciones que, sin pertenecer a ninguna de las categorías mencionadas, practican una política socialdemócrata y/o reciben apoyo de la Internacional Socialista. Tal el caso de algunas fracciones del hasta poco dividido Partido Socialista de Chile, algunas tendencias dentro de la Unión Cívica Radical en Argentina o del Partido de los Trabajadores del Brasil, etc.¹⁸

Segundo, de acordo com Vasconi, a proposta social-democrata não encontraria facilidades em sua implantação na América Latina devido a problemas estruturais enraizados em pelo menos quatro campos: econômico, social, institucional e ideológico.

Na história econômica da América Latina a crise ainda não é uma página virada. Alguns gargalos ainda são muito sérios e de difícil resolução. Além do que, os

¹⁸TOMAS AMADEO VASCONI, Socialdemocracia Irrealizable. *Nueva Sociedad*. 107, p. 18. (grifo nosso)

poucos resultados positivos parecem ser muito voláteis. A imensa dívida externa destes países, por exemplo, não só impede “la acumulación nacional de capital” como restringe a “margen de autonomía de los gobiernos nacionales”. Por este ângulo, as políticas econômicas nacionais seriam definidas a mando do “sistema financiero internacional, sus bancos y agencias especializadas”, ou seja, entidades longe de terem um perfil social-democrata.

No campo social, o autor resume que

... no existe - *com la excepción acaso de Brasil*, y esta seria una de las razones de las diferencias en los procesos sociales y políticos que presenta este país con otros de la región [América Latina] - un movimiento obrero moderno y organizado.¹⁹

Pelo lado institucional, Vasconi aponta a inexistência de uma aparato estatal eficiente, “en condiciones de cumplir con las funciones que la aplicación de un programa socialdemócrata exigiria de él”.

Por fim, no âmbito político-ideológico, “se carece en estos países de lo que, en buen europeo, se llamaria una tradición democrática como componente importante de su cultura”.

Tomadas em conjunto, as observações destes dois autores promovem algumas questões que podemos assim classificar como “desconfortáveis”. Por exemplo, tais obstáculos levantados por Vasconi ainda persistem nestes anos 90? No nosso caso, a pergunta é mais específica: estes entraves são tão agudos no Brasil a ponto de inviabilizar qualquer proposta social-democrata? Infelizmente, respondê-las significaria fazer uma análise esmiuçada das condições latinas e brasileiras. Destacamos, no

¹⁹TOMAS AMADEO VASCONI, *Socialdemocracia Irrealizable*. *Nueva Sociedad*. 107, p. 20. (grifo nosso)

entanto, que em muitos destes aspectos os problemas ainda não foram aqui resolvidos (principalmente o déficit social), apesar de que em outros a situação parece muito mais propícia do que antigamente (por exemplo, o desfalecimento das ditaduras e a democratização).

Coloquemos, portanto, outras questões mais diretas.

b. Brasil Social-Democrata?

. Três Questões Preliminares sobre o PSDB e o PT

Muitos dos políticos fundadores do PSDB pertenceram ao movimento de resistência à ditadura de 64, o que lhe configura uma contribuição real com a democratização do país.

No entanto, o PSDB originalmente apresenta duas características que devem ser ressaltadas. Primeiro, ele nunca se colocou como um "partido socialista". Desde sua fundação o PSDB se comprometeu *deliberadamente* com uma proposta social-democrata, ou seja, a social-democracia é seu cerne programático. A leitura dos documentos iniciais do PSDB fazem referências diretas a esta proposta. Segundo, o PSDB é um partido que surgiu "de cima para baixo", oriundo de uma cisão interna ao PMDB. Esta segunda característica lhe dá pouca identidade com bases populares ou sindicais.

Passados mais de cinco anos de seu surgimento, um novo fato aguça a curiosidade sobre o atual perfil ideológico do PSDB: no programa de governo para a eleição de 1994, tendo como candidato o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o

partido quase não faz referência à social-democracia. A pergunta, portanto, é clara: *diante deste discurso pouco estável, qual social-democracia nos propõe o PSDB?*

Por sua vez, o Partido dos Trabalhadores, desde sua origem sempre se colocou como um partido comprometido, mesmo que de forma pouco definida, com o socialismo (o "socialismo petista").

Podemos notar três aspectos interessantes na proposta do PT. Primeiro, em virtude da sua própria constituição política, na contracorrente do regime militar, não seria possível pensar no "socialismo petista" desvinculando-o das lutas pela democratização do Brasil. Segundo, o PT tem em sua origem uma base social substancialmente operária, sindical. Este talvez venha a ser o ponto que potencialmente o aproxima de uma proposta social-democrata. Por fim, o próprio discurso petista favorável a um "socialismo democrático".

Estes aspectos iniciais nos levam a formular uma pergunta crucial sobre o partido: *diante de seu "socialismo pouco definido", qual socialismo-democrático é colocado pelo PT?*

Antes de continuarmos, porém, façamos um parêntese...

. Questões Abertas: Partidos Brasileiros e Social-Democracia

Uma das características peculiares ao sistema partidário brasileiro, dentre outras, se encontra na histórica volatilidade de seu espectro de partidos. Segundo Kinzo (1993), esta trajetória partidária, desde o Império, já enfrentou oito configurações. Com

base nesta informação, e desconsiderando o período de 1964 - 65, visualizamos as sete configurações na Tabela seguinte.²⁰

Tabela I - Configurações do Sistema Partidário

1	Período Imperial	1837 - 1889
2	Primeira República	1889 - 1930
3	Assembléia Nac. Constituinte até o Estado Novo (1937-45)	1934 - 1945
4	Regime Democrático	1945 - 1964
5	Regime Militar	1965 - 1979
6	Reforma Partidária até a Nova República	1979 - 1985
7	o sistema vigente	1985 -

Apesar desta diversidade, segundo a autora, é apenas a partir de 1945, ou seja, com o fim da ditadura do Estado Novo, que o sistema partidário brasileiro ver-se-á diante de "perspectivas de modernização".

No período monárquico, a pouca representatividade do sistema era perceptível não apenas na baixa inserção da população no cenário eleitoral, tornando a política uma luta intra-elites, mas também no parlamentarismo ditado pelo Imperador (poder Moderador), que atuava como "árbitro nas disputas entre os diferentes segmentos da elite". Na Primeira República, se comparada ao período anterior, houve alguns avanços positivos, mas *de fato* ineficazes sob o ponto de vista da solidificação do sistema.²¹ Pelo contrário, a acentuada oligarquização do jogo político, através da

²⁰ MARIA D'ALVA KINZO, *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*, p. 05 - 06. Na realidade, a autora enumera sete configurações. Nas suas próprias palavras, a configuração partidária de 1964 - 65 apenas "conservou após o golpe de 1964 o multipartidarismo anterior sob um regime militar-autoritário, até que aquele fosse extinto pelo Ato Institucional n.2 em outubro de 1965". O período 1964 - 65 nada mais foi do que uma "sobrevida" da configuração anterior.

²¹ Por exemplo: presidencialismo e a extinção do Poder Moderador; eleições diretas para a presidência da República e fim do voto censitário, extensão do voto para os alfabetizados maiores de 21 anos.

"política dos governadores", só veio contribuir para o agravamento da situação partidária nacional.

... o controle sobre o processo eleitoral não mais se ateu à eleição propriamente dita, ou seja, ao processo de votação e apuração dos votos, com todas as suas práticas viciadas. Estendeu-se à diplomação dos eleitos, eventualmente impedindo-os de tomar assento na Câmara dos Deputados. Essa tarefa ficou a cargo da chamada Comissão de Verificação dos Poderes: ela é que decidia, de fato, quem eram os eleitos, barrando aqueles que não tivessem o apoio da oligarquia dominante em seus respectivos estados.²²

No entanto, não eram apenas estas particularidades do ordenamento político que impossibilitavam uma madura formação partidária no Brasil. Havia outras circunstâncias, sociais e econômicas, que para isso também contribuíam.

É fácil compreender por que, no Império e na Primeira República, não tivemos partidos modernos. Esta expressão sugere uma atuação contínua, um mínimo de complexidade organizacional e burocrática, alguma orientação ideológica e certa impessoalidade no que se refere ao acesso a posições de liderança. Basta lembrar que, até 1930, a grande massa da população vivia dispersa em pequenas aglomerações ou em áreas rurais; que o campesinato pobre e analfabeto, confinado nas grandes propriedades, representava uma parte substancial dessa maioria não mobilizada; e que não tivemos, nesse período, nem os conflitos religiosos nem os de classe que levaram à sedimentação dos primeiros sistemas partidários na Europa.²³

Por sua vez, o período 1930 - 1945 caracterizou-se pela centralização do poder na burocracia estatal e pelo conseqüente atrofiamento do poder Legislativo. O sistema de interventorias criado logo após a revolução de 30, o *Departamento Administrativo do Serviço Público* (o DASP, fundado em 1938), seus congêneres estaduais (os "daspinhos") e, ainda, uma série de *institutos/autarquias/grupos técnicos*

²² MARIA D'ALVA KINZO. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*, p. 09.

²³ BOLIVAR LAMOUNIER e RACHEL MENEGUELLO, *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*, p. 26.

no decorrer dos anos 30 e início de 40, ou seja, todo este aparato burocrático-institucional, vinculando qualquer ação política e econômica ao governo varguista, manteve-se distante de um eventual controle efetivo por parte das instâncias representativas, angariando para si as funções que deveriam competir a estas mesmas instâncias. Conforme nos coloca Maria do Carmo C. de Souza (1983)

... a expansão burocrática posterior à revolução de 1930, e especialmente a verificada sob o Estado Novo, institucionalizou e legitimou a atuação direta dos interesses econômicos junto à burocracia. Inquestionavelmente, esse procedimento tornou-se a regra, e a atuação em associações representativas de caráter autônomo e público, como a que em princípio se supõe que ocorra através dos partidos políticos, a exceção.²⁴

É por estes aspectos que concordamos com Kinzo (1993) ao estipular o ano de 1945 como o marco-zero na *possibilidade* de experiências "modernas" de partido.

De fato, o partido político, na acepção moderna, apenas emerge quando a arena política nacional e comum é efetivamente constituída, o que já é uma indicação da existência de um mínimo de *consenso* sobre o qual a disputa e a negociação política podem ter lugar. Para que essa arena política se constitua e os partidos se desenvolvam, é também necessário que o processo decisório das políticas públicas efetivamente envolva o *poder Legislativo*, que é onde a vontade popular encontra ressonância, onde o jogo dos interesses se processa acima de tudo, onde a *oposição pode ter voz*. (...) Com a Constituição de 1946 que ampliou a cidadania política e procurou assegurar a autonomia do eleitor através da criação da Justiça Eleitoral, que instaurou a liberdade de organização partidária e as prerrogativas do Poder Legislativo, criava-se condições para a emergência de um sistema partidário

²⁴A autora ainda destaca o importante papel das forças armadas nesta engenharia da centralização. Por um lado, como "avalista final de toda a estrutura baseada no binômio interventores-burocracia" e, por outro, como agente técnico-político "notadamente na formulação e implementação das decisões e planos relativos ao desenvolvimento industrial, como no caso da siderurgia e do petróleo". [Para maiores esclarecimentos sobre a dinâmica funcional da burocracia pós-30 v. MARIA DO CARMO C. DE SOUZA, "Os Mecanismos da Centralização", in *Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 - 1964*, p. 83 - 104]. Ressaltamos, também, que mesmo o tenentismo, a Ação Integralista Brasileira (1932-37) e a Aliança Nacional Libertadora (1935), organizações de vital importância no período, devem ser tomadas menos como partidos constituídos do que como "clubes" ou "frentes amplas" de ação política. Mas, observemos que, segundo MENEGUELO e LAMOUNIER (1986:33), tanto a AIB como a ANL "configuravam finalmente o início da política de massas".

efetivo. E, de fato, partidos logo surgiram; uma arena política nacional pela primeira vez começou a tomar forma definida, com o Legislativo aos poucos se institucionalizando como poder atuante.²⁵

No período pré-45, como vimos, a conjuntura política e eleitoral praticamente impossibilitava a construção de autênticos "partidos modernos". Porém, não significa que propostas de corte socialista-democrático não pudessem ter aparecido.

Uma demonstração desta possibilidade nos dá Murilo de Carvalho (1987). Ao deitar os olhos sobre o período republicano, por exemplo, o autor nos relata que já em 1890 houve tentativas de organizar um partido operário.

Estabeleceu-se uma disputa entre os líderes operários, como França e Silva, que lutava por um partido controlado pelos próprios operários, e o tenente José Augusto Vinhaes, da Marinha, que organizou um partido sob sua liderança.²⁶

É justamente no grupo de França e Silva que podemos encontrar vestígios do que o autor chama de socialismo-democrático.

No Rio, houve em 1892 um Congresso Socialista organizado por iniciativa de França e Silva, com a participação de 400 operários, do qual resultou o Partido Operário do Brasil. Em 1895, com a participação de Evaristo de Moraes, foi fundado um Partido Socialista Operário. Em 1899 surgiu um Centro Socialista, e em 1902 foi criado por Gustavo de Lacerda e Vicente de Souza o Partido Socialista Coletivista. Finalmente, em 1908, estivadores e cocheiros fundaram o Partido Operário Socialista, em que de novo se verificou a presença de Evaristo de Moraes. *As propostas de todas estas*

²⁵ MARIA D'ALVA KINZO. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*, p. 07, 11 e 13. (grifo da autora). Nossa concordância diz respeito ao fato de que no período 45-64, em comparação com os anteriores, as "condições" para a efetiva construção de um sistema partidário moderno *começavam a ser postas*. A embrionária institucionalização do Legislativo somada à uma relativa ampliação do eleitorado, são aspectos importantes neste sentido. Se os agentes políticos conseguiram responder satisfatoriamente a estas condições não é objeto central de nossa discussão. Como a própria autora observa: "É certo que a redemocratização de 1945 conferiu ao Legislativo uma importância significativa no processo político; mas os partidos que emergiram em 1945 foram gerados e se desenvolveram sob uma estrutura política ainda firmemente ancorada no aparato estatal". Esta relação de dependência entre sistema burocrático e partidos, sem entrarmos no mérito de se mais ou menos fortalecida, perdura até hoje.

²⁶ JOSÉ MURILO DE CARVALHO, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 53.

*organizações eram as do socialismo democrático, isto é, lutar por maior participação e conseguir reformas, especialmente sociais, através do mecanismo representativo. Nenhuma delas teve longa vida, muitas não chegaram a completar um ano.*²⁷

Com a II Guerra desenhando o seu fim e a ditadura varguista enfrentando uma aguda crise, era de se esperar que os anseios por democracia se cristalizassem no período subsequente. Mesmo que alguns partidos tenham sido criados no bojo do getulismo e da burocracia-estatal e mesmo com o negativo retrocesso em 1964, é inegável o avanço que os dezenove anos de regime democrático trouxeram em direção à consolidação do sistema partidário.

O período de 1945 - 1964 apresentava uma extensa gama de partidos. Os três maiores e mais influentes partidos da época foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Em torno deles "giravam" os demais partidos. Algumas destas siglas: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Rural Trabalhista (PRT), Partido Social Progressista (PSP), Partido Republicano (PR), Partido Libertador, Partido Democrata Cristão (PDC), Esquerda Democrática.

Em termos de composição política como estes partidos se dispunham?

Na arena bipartida encontravam-se, portanto, do lado getulista o PSD - o partido no poder; o PTB (e os pequenos partidos trabalhistas que Getúlio ironizava como "as bijuterias políticas, os partidos de Sloper") e o Partido Comunista, abrigado na sigla petebista e "legitimado" pela participação atuante na campanha "queremista" e da "Constituinte com Getúlio" em 1945. Do outro lado a UDN e seus aliados, os partidos anciliares ou satélites, como o Partido Libertador (a ala "angélica" da UDN, como dizia Audaucto Lúcio Cardoso); o Partido Democrata Cristão (a UDN "confessional") e os

²⁷ JOSÉ MURILO DE CARVALHO, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 56 (grifo nosso).

socialistas da Esquerda Democrática. O espaço do centro não era, em si, ocupado partidariamente, pois *o centro era o próprio Getúlio Vargas*.²⁸

E em termos ideológicos? Observando esta lista, há um bloco de partidos - encabeçado pelo PTB - que se pretende vinculado ao trabalhismo. Um outro ponto é o PSD, o Partido *Social Democrático*. Contudo, é preciso fazer alguns destaques!

É uma realidade que o PTB se inspirava oficialmente, já na sua origem em 1945, como um partido trabalhista nos moldes do *Labour Party* inglês. Favoreciam esta identificação os quadros intelectuais petebistas²⁹ que lhe conferiam um lastro teórico autêntico com o trabalhismo clássico, ou seja, ao falar de trabalhismo o PTB sabia o que estava dizendo! Havia, também, uma real base sindical que, apesar de estar sob as mãos do Estado, estava vinculada ao partido.

Mas havia alguns fatores que tornavam um tanto quanto opaca a relação do PTB com o trabalhismo.

Primeiro, como vimos, tanto o PTB como o PSD e a UDN agiam, seja pró ou contra, em função de seu "centro político": o *getulismo*.

Costumava-se dizer que Getúlio criou o Partido Social Democrático com a mão direita e o Partido Trabalhista Brasileiro com a mão esquerda. A União Democrática Nacional, por sua vez - e reunindo esquerda e direita - só foi criada para derrubar Getúlio e vingar a ditadura estadonovista. É nesse

²⁸ MARIA VITÓRIA BENEVIDES, *O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*, p. 32 (grifo da autora). Não deixa de haver um certo exagero, de nossa parte, ao afirmar que todos os demais partidos - excluindo-se PTB, PSD e UDN - "giravam" em torno destas siglas maiores, como se os mesmos não tivessem nenhuma liberdade programática ou bases diferenciadas. A "dependência", contudo, não deixa de ser uma realidade para alguns destes partidos menores. Mas, os motivos para tal "apoio" não podem ser generalizados. Por exemplo, o PCB necessitava de uma outra legenda (PTB) como meio de se fazer institucionalmente presente, uma vez que manteve-se na legalidade no exíguo espaço entre 1945-47. Inclusive lançou, nesta condição, "candidato próprio" à presidência da República, em 1950. Interessa-nos aqui o fato, este sim, de que todos os partidos, maiores ou menores, "giravam" em torno de Getúlio!

²⁹ Dos quais, os mais expressivos eram Alberto Pasqualini (1901-1960), Lúcio Bittencourt (?) e San Tiago Dantas (1911-1964).

sentido que, por paradoxal e perverso que pareça, a UDN da "eterna vigilância" acaba sendo, também, uma criatura de Getúlio Vargas.

No caso específico do PTB,

Esse getulismo acaba sendo identificado com o próprio trabalhismo, o que significava compensar a extrema vaguidão ideológica da pretensa doutrina com a exaltação da obra de Getúlio 'em favor dos trabalhadores'.³⁰

Segundo, o *populismo*. Além do getulismo, tradicionalmente lembrado, o fenômeno que caracterizou a chamada "democracia populista" pode ser também identificado na sua vertente janista e ademarista.³¹ Não tendo sido exclusividade deste ou daquele partido, o populismo foi um fenômeno que circundou todo o nosso passado político (desde 1930) e que, de alguma forma, ainda se reproduz na presente política partidária brasileira.

Em sua análise comparativa sobre a Europa e a América Latina, Williams (1984) ressalta a inicial "aversão" da social-democracia europeia pelos fenômenos populistas latino-americanos. Segundo a autora,

Una necesidad histórica, el "populismo", no es entendido como tal por la socialdemocracia europea que sólo ve en aquello 'un nuevo tipo de dictadura basada en la demagogia nacionalista y tratando de lograr el apoyo de la clase

³⁰ MARIA VITÓRIA BENEVIDES, *O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*, p. 35 e 153. Além disso, tanto PSD como a UDN "eram ambos *partidos da ordem*, defensores da mesma política agrária, da mesma política salarial". Apesar de algumas divergências em questões relativas à intervenção estatal e ao capital estrangeiro, a polarização entre estes dois partidos se colocava em termos de ser oposição ou não a Getúlio.

³¹ Tanto Getúlio Vargas (1883 - 1954), como Ademar de Barros (1901 - 1969) e Jânio Quadros (1917 - *) representaram personalidades inspiradoras para qualquer estudo sobre partidos e populismo no Brasil. No entanto, este trabalho passa ao largo do tema, visando com isso não sobrecarregar o que por nós foi estabelecido. De forma breve, apesar das enormes variâncias que este conceito produz (peronismo, getulismo e até elementos do castrismo e do fascismo) poderíamos separar algumas características que evidenciaríamos o populismo: fenômenos de massa; mitificação do conceito de "povo" em detrimento do conceito de "classe"; a figura de um líder-herói, defensor deste mesmo "povo"; eventualmente, um forte sentimento nacional; e, uma politização "marginal" via-cooptação popular (muitas vezes traduzida pelo sentimento anti-partidário e anti-instituições políticas). [v. Populismo, in BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, 1991]

trabajadora con una mezcla de incentivos de anti-extranjerismo y ofertas materiales, y que llegó a su culminación sólo después de la Segunda Guerra Mundial".³²

Retornando um pouco, podemos dizer que se houve, como de fato houve, alguma posição reformista entre 1930 e 1964, este reformismo nos pareceu, de acordo com a literatura consultada, *encoberto por uma espessa nuvem populista*. Este reformismo-populista contribuiu para inserir a classe trabalhadora naquilo que Paulo Sérgio Pinheiro chamou de "normatização através da representação".

Notáveis constituíram partidos de quadros *para* a classe trabalhadora, normatizando-a através da representação. Assim foram os diversos trabalhistas e social-democratas entre os golpes de estado de 1930 e de 1964. A emergência da classe operária no Parlamento que ocorre na Europa, com a fundação dos partidos socialistas no final do século XIX, e o efetivo alargamento da democracia, ainda não haviam ocorrido no Brasil na segunda metade do século XX.³³

Com o golpe militar de 1964 e o AI - 2 (em 1965) qualquer perspectiva mais ideológica ficou definitivamente submetida ao artificialismo ARENA/ MDB e à

³² FELICITY WILLIAMS. *La Internacional Socialista y América Latina*, p. 181. "Era tal la aversión de la socialdemocracia europea a este tipo de régimen, y especialmente al de Perón, quien reprimió a su única fuerza relativamente importante en América Latina (el Partido Socialista de Argentina), que aquella corriente política europea no sólo lanzó críticas (a menudo justificadas) contra Perón en sus publicaciones editadas en Londres en esas fechas, sino que el historiador socialdemócrata británico Cole llegaría a decir: 'cuando el fascismo y el nacionalismo se alían cada vez más estrechamente en estos movimientos a los que se llamaron más tarde peronismo...'. [A autora cita nestes fragmento: COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista*, v. VI, p. 272 e 286]. A autora alerta, porém, que "muchos elementos en el movimiento 'populista' eran iguales a los del movimiento obrero europeo". Na realidade, a necessidade da social-democracia em aprofundar suas influências na América Latina será percebida somente na década de 50, quando da criação do Secretariado Latino-Americano da Internacional Socialista (1955-1961). Antes, estas influências restringiam-se a pequenos "focos" de contato (como os socialistas argentinos e uruguaios). No Brasil, Williams relata que este secretariado da IS manteve algum contato com o Partido Socialista Brasileiro, mas não nos fornece uma data precisa. Lembremos que o PSB foi fundado em 1947 e extinto em 1965, retornando apenas em 1986. Falta-nos, por certo, elementos para determinar qual a periodicidade deste vínculo e a magnitude desta influência.

³³ v. Prefácio, in MENEGUELLO, R. *PT: A formação de um partido (1979 - 1982)*, p. 12.

crescente radicalização do regime.³⁴ Na ditadura militar, o governo combinaria uma drástica suspensão dos direitos políticos - mantendo-se, porém, o calendário eleitoral - com o desrespeito oficial aos direitos humanos³⁵, além de uma ausência quase completa das (já precárias!) reformas sociais. Com o governo Geisel (1974 - 1978) e sua política de Abertura tem início a fase transitória do regime. Não sem idas e vindas, a liberalização política de meados de 70 demonstrava um regime militar já preocupado com o seu desgaste. A oposição soube aproveitar esta nova situação.

... governo e oposição, encontraram espaço suficiente para, em estágios diversos, redefinirem gradativamente seus respectivos papéis. visto que cada um percebia o que poderia ganhar com a continuidade do processo [de abertura]. A oposição foi capaz de extrair importantes concessões, ao mesmo tempo em que se organizava como uma força eleitoral poderosa. O governo também se beneficiou de várias maneiras da continuidade deste processo, inclusive, o que é muito importante, com uma gradual redução dos ônus inerentes a sua anterior postura agressiva.³⁶

A reforma partidária de 1979 é decorrente deste processo *em curso* de controle e concessões, deflagrado com a Abertura de Geisel e, agora, redefinido com o governo Figueiredo (1979 - 1984). Percebendo que o bipartidarismo lhe era desfavorável, o governo militar retorna ao pluripartidarismo. O objetivo maior era o "de dividir o principal partido oposicionista [MDB], visando manter sob controle a agenda política as condições em que seria construída a nova estrutura partidária".

³⁴ Porém, já no período de Abertura, alguns políticos mantiveram contatos formais com a Internacional Socialista. "[Em outubro de 1977] el Búro de la IS celebró, por primera vez, una reunión em Madrid. Aún si en la reunión la temática fue esencialmente sobre Sud Africa al Oriente Medio y el Sáhara Occidental, se nota la presencia de Carlos Sansores de México, en calidad de invitado, junto con otros siete funcionarios del PRI, 6 representantes del MDB de Brasil, y Guillermo Ungo del MNR de El Salvador" [v. FELICITY WILLIAMS, *La Internacional Socialista y América Latina*, p. 246].

³⁵ Sobretudo no governo de Costa e Silva (1967 - 1969) e de Emílio Médici (1969 - 1973).

³⁶ BOLIVAR LAMOUNIER, *Partidos e Utopias*, p. 39.

O binômio ARENA/MDB se desfaz em uma nova configuração: Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após seis anos, com a Nova República (1985), uma oitava configuração partidária, "fragmentada e mutante", tem início e, ainda hoje, parece estar longe de sua sedimentação.

Diante destas duas últimas configurações, com base em alguns dos seus principais partidos, montamos a Tabela II.³⁷

Tabela II - Formação dos Principais Partidos

<i>Legenda atual</i>	<i>Ano</i> ³⁸	<i>Origem</i> ³⁹
PMDB	1979	MDB
PPR	1993	ARENA > PDS + PDC
PFL	1985	PDS > (Frente Liberal)
PSDB	1988	PMDB
PDT	1979	-
PT	1979	-
novo PTB	1981	-
PL	1985	PFL
novo PSB	1986	-
PPS	1991	PCB*
PC do B	1985 (legalizado)	PCB

³⁷ Esta Tabela II apresenta uma relação *estimada* entre algumas das atuais legendas e os seus respectivos partidos-origem. Isto se deve, sobretudo, a tão anunciada volatilidade das legendas. Mesmo porque as fusões e cisões continuam ocorrendo a passos largos. É sabida, por exemplo, a ferrenha campanha do PFL (conhecida sob o nome de *Projeto PFL 2000*) para elevar as adesões ao partido, visando as eleições presidenciais de 1998. Este mesmo PFL, inclusive, já tem planos de mudar seu nome para Partido Social Liberal. Provavelmente - e aqui arriscamos uma pequena previsão - teremos uma nona (!) configuração partidária se estabelecendo para fins do milênio.

³⁸ Esta coluna fornece a data da fundação da legenda atual, desconsiderando a dos seus partidos-origem. No caso do PDT estamos considerando que a Carta de Lisboa (17 de junho de 1979) é o manifesto-lançamento do partido. Cumpre ressaltar que o estatuto do PDT data de 26 de maio de 1980. No caso do PTB, seu registro definitivo só foi conseguido em 1981, em virtude de uma disputa judicial entre Leonel Brizola e Ivete Vargas para definir a quem caberia a legenda "PTB". A Justiça Eleitoral concedeu este direito a Ivete Vargas.

³⁹ A coluna *Origem* fornece respectivamente o partido e/ou a formação que deu origem à legenda atual. No caso do PPR, sua formação atual é resultante da fusão do PDS e do PDC (Partido Democrata Cristão, de 1993). Porém, grande parte dos seus quadros tem origem anterior, na extinta ARENA. [N.A.: PPR e PP fundiram-se no PPB]. Por sua vez, o PFL tem sua origem primeira no PDS, tendo sido uma dissidência denominada de Frente Liberal, criada a partir da cisão com o grupo malufista em 1984. No caso do PL, sua origem está vinculada ao PFL, sendo ele um "braço menor" da expressão partidária liberal. O novo-PSB pretendeu reeditar o antigo PSB de 1947.

* Tanto o PPS como o PC do B são oriundos do PCB (fundado em 1922 e na legalidade a partir de 1985). No caso do PC do B, sua existência, segundo KINZO (1993:67), remonta a 1958. O seu estatuto, no entanto, coloca que o PC do B foi "fundado a 25 de março de 1922, reestruturado a 18 de fevereiro de 1962 e reorganizado como partido legal em maio de 1985", o que demonstra sua estreita ligação com o PCB

Vejamos algumas características destes partidos.

Primeiro, é facilmente identificável um grupo francamente favorável à tendência liberal. São eles: o Partido Progressista Reformador (PPR), o Partido da Frente Liberal (PFL)⁴⁰ e o Partido Liberal (PL)⁴¹.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como mostramos, tem sua origem no antigo MDB, ou mais especificamente, no "movimento de resistência ao regime militar-autoritário". Com o fim da ditadura, este objetivo perde seu sentido.

Esse objetivo [resistir ao regime ditatorial] é que dava identidade ao partido. Com o tempo, porém, foi-se criando uma situação em que essa identidade passou a significar coisas diversas para os diferentes grupos que participavam do partido ou lhe davam apoio eleitoral.

Desta característica decorre uma outra que lhe é emblemática: a difícil identificação do perfil ideológico do PMDB.

É certo que, desde sua fundação, o PMDB incorporou um discurso reformista e popular, mas esse discurso foi sempre genérico, insuficiente para acirrar clivagens no interior do partido. Não impedia que as alas conservadoras e progressistas se julgassem representantes reais do partido.⁴²

Esta "generalidade" do PMDB dificulta sobremaneira compreender o seu "reformismo".

⁴⁰ O PFL é o que mais solidamente se aproxima de uma proposta liberal, participando, inclusive, como observador da Internacional Liberal e mantendo relações com a Fundação Friedrich Naumann, do Partido Liberal alemão.

⁴¹ Originalmente vinculado as pequenas e médias empresas, num dos capítulos de seu programa de fundação, "A Intervenção do Estado na Economia", o PL delega à empresa privada toda a atividade econômica, cabendo ao Estado apenas as atividades de "defesa do bem comum e proteção do trabalhador, dirimir conflitos, impedir a formação de monopólios e oligopólios e defender a empresa nacional", bem como responsabilizar-se pela "produção de bens e serviços indispensáveis" (garantindo, por exemplo, a infra-estrutura urbana e a defesa da soberania do país).

⁴² MARIA D'ALVA KINZO. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*, p. 26.

Por sua vez, apesar das tentativas de Ivete Vargas e da força eleitoral de Jânio Quadros, o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) não teve fôlego para reeditar os ideais trabalhistas do antigo PTB. O "trabalhismo" do atual PTB está muito mais próximo de um ideário liberal de "Estado mínimo" do que de um "Estado regulador da economia".⁴³

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) é um partido que sempre portou a bandeira do stalinismo. Apesar de algumas rápidas "inferências democráticas" em sua Declaração Programática, as raízes com o "passado stalinista" são ainda muito evidentes.⁴⁴

Por fim, os últimos partidos arrolados: Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Popular Socialista (PPS). Estes cinco partidos, de forma geral são facilmente identificáveis com uma proposta reformista.

Tanto o PT como o PSDB, objetos deste trabalho, têm um potencial reformista muito identificável com o socialismo-democrático ou com a social-democracia.

⁴³ "Trabalhismo, hoje, é se preocupar prioritariamente com reajustamentos mais amplos dos menores salários, com o fortalecimento da pequena e média empresas, com a melhoria da produtividade da economia em todos os seus setores, com a abertura do país a investimentos e tecnologias que representam contribuições ao desenvolvimento, com a adequação do Estado ao tamanho necessário a que desempenhe melhor suas funções de promotor da distribuição do bem estar e tudo o mais que defendemos" [v. *A Alternativa Trabalhista*, de Paiva Muniz, presidente do PTB/1992]. Não deixa de ser caricatural que este novo PTB anexe, junto com o programa do partido, a carta testamento de Getúlio Vargas.

⁴⁴ Ao comentar, em 1990, os acontecimentos na extinta URSS e no Leste Europeu, João Amazonas propõe, "à guisa de especulação", algumas questões sobre os motivos do fracasso: "O conceito de que o Partido dirige tudo não se teria exagerado e contraposto à liberdade de criação, de expressão e manifestação do pensamento? (...) Que lugar ocupava a liberdade para os trabalhadores e o povo no regime soviético?". E conclui "...Há indicações e certas evidências a demonstrar que tais questões não estavam corretamente equacionadas e resolvidas na União Soviética. [mas] Na apreciação geral, não se pode fugir aos condicionamentos históricos que justificam a tomada de certas posições extremadas". Inclusive refere-se a uma suposta "traição revisionista" empreendida contra "o socialismo na União Soviética", numa velada tentativa de comparar as atitudes de Gorbachov ao revisionismo bersnteiniano. [v. João Amazonas, *As Transformações Sociais na Época da Revolução e do Imperialismo*, Ed. Anita Garibaldi, 1990]

Tavares de Almeida (1990) corretamente agrega a estes partidos mais outros dois: o PDT e o PSB.

... nunca foram tantos os social-democratas e reformistas declarados, entre os componentes das elites políticas. Pelo menos quatro partidos proclamam seu compromisso com alguma modalidade de socialismo democrático. São eles o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o pequeno Partido Socialista Brasileiro (PSB).⁴⁵

O vínculo do PDT com uma "modalidade de socialismo democrático" é inequívoco. Sua participação na Internacional Socialista não se restringe apenas a ser mais um "partido membro". Em 1989, o dominicano Francisco Peña Gomez, presidente do *Comitê da Internacional Socialista para América Latina e Caribe*, enaltecia o então candidato à presidência pelo PDT, Leonel Brizola, nos seguintes termos:

La próxima batalla del socialismo democrático en América Latina corresponderá al compañero Leonel Brizola y al Partido Trabalhista democrático del Brasil. Su victoria debe ser la culminacion del ascenso de nuestra corriente ideológica en la nación más grande de la América Latina.⁴⁶

Com a derrota do candidato, esta afirmação não se confirma. Notemos que, diferentemente de outros tempos, a Internacional Socialista reconhece que há "elementos comuns" entre o seu socialismo democrático e o populismo brizolista, a ponto de apoiá-lo! Em 1994, na eleição seguinte, com a iminente derrota de sua candidatura, a liderança de Leonel Brizola no PDT sai do pleito ligeiramente ofuscada.⁴⁷

⁴⁵ MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, *Reformismo Democrático em Tempos de Crise*, *Lua Nova* 22, p. 189. Infelizmente, falta-nos dados mais concretos para analisar a proposta do PSB.

⁴⁶ *Presencia de America Latina y la Internacional Socialista. Nueva Sociedad* 103, p. 107.

⁴⁷ "O PDT tem de aprender a ouvir as urnas, que apontam para uma urgente reciclagem do partido", diz o então candidato a governador pelo Mato Grosso, Dante de Oliveira. "O Brasil do ano 2000 não é mais o da época de Getúlio Vargas". [v. Brizola terá de dividir poder no PDT, *Folha de São Paulo*, 18.09.1994].

No entanto, é inegável que o PDT, *a sua maneira*, continua sendo um foco socialista-democrático na América Latina.⁴⁸

O PPS, Partido Popular Socialista, é um exemplo da forte guinada de alguns partidos comunistas em virtude do ocorrido na União Soviética da década de 80. Na *Declaração Política* e nas *Resoluções* do IX Congresso do (ainda) PCB, as palavras de ordem mais frequentes são "socialismo" e "democracia".⁴⁹

Sem pretender o abandono do marxismo e sem procurar remediar o capitalismo com uma proposta reformista, vê-se claramente que o PPS não é, na acepção mais pura do termo, um partido comunista.

As concepções de ditadura do proletariado, do monopólio do poder pelo partido único, da predominância dos quadros sobre a participação das massas, produtos de uma época determinada, tudo isso exauriu-se. Há que buscar uma nova forma-partido, com uma nova teoria e uma nova cultura, extraída da rica herança teórica-política do movimento socialista e da nova realidade do mundo, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista.⁵⁰

Fechado este *parêntese*, analisamos a seguir o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Tomados de surpresa em 1994, ressaltamos que a polarização entre o PT e o PSDB em torno das eleições presidenciais, tornou as suas propostas mais interessantes para o nosso objetivo sob o

⁴⁸ Leonel Brizola, em janeiro de 1995, viaja ao Haiti representando o PDT diante da Internacional Socialista. [v. Brizola fica na oposição e vai a reunião no Haiti, *Folha de São Paulo*, 18.01.1995] [Para maiores esclarecimentos sobre a relação entre o PDT e a social-democracia v. JOSÉ ROBERTO CABRERA, *Os Caminhos da Rosa (um estudo sobre a social-democracia no Brasil)*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1995].

⁴⁹ *Lutamos pelo Socialismo com Liberdade e Democracia*, Declaração Política do Partido Comunista Brasileiro, Rio de Janeiro, 02 de junho de 1991 / *Nova política, partido novo*, Resoluções do IX Congresso do PCB. [v. *Voz da Unidade*, 15.06.1991]

⁵⁰ Declaração Política... , *Voz da Unidade*, 15.06.1991, p. 07.

ponto de vista de que estas trouxeram à tona uma discussão que teimava em aflorar na cena política brasileira.

É o que será visto nos capítulos subseqüentes.

CAPÍTULO V

A SOCIAL-DEMOCRACIA NO PSDB

a. Origem e Breve História do PSDB

O *Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)*¹ foi criado em junho de 1988, durante a Assembleia Nacional Constituinte, sendo formado (em sua maioria) por senadores e deputados dissidentes do PMDB.

Por volta de 47 dos 559 constituintes estavam agregados ou acabaram agregando-se ao novo partido. Dos deputados federais formadores do PSDB, 39 eram do PMDB, 4 do PFL, 1 do PDT, 1 do PSB, 1 do PC do B e 1 do PSC.² Estes números já lhe conferiam o posto de terceira maior bancada no parlamento (atrás apenas do PMDB e do PFL).

A causa maior de seu surgimento foi, a princípio, o descontentamento de alguns parlamentares peemedebistas com os rumos tomados pelo partido na Constituinte, principalmente em questões referentes ao sistema de governo e ao mandato presidencial de José Sarney. Os parlamentares do PSDB eram, em grande parte, ex-peemedebistas favoráveis ao parlamentarismo e opositores ao governo Sarney. Além disso, no PMDB presidencialista e tendencialmente quercista, seria impossível viabilizar a candidatura de Mário Covas à eleição presidencial de 1989. A separação foi inevitável.

As primeiras adesões ao PSDB foram as seguintes:...

¹A escolha desta designação não foi consensual. Uma avalanche de nomes e siglas foram propostas: Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), Partido Democrático Popular (PDP), Partido Popular Progressista (PPP), Partido da Renovação Democrática (PRD), Partido da Transformação da Sociedade Brasileira (PTSB), Novo Partido Democrático (NPD), Partido das Reformas (PR), Partido da Conquista Democrática (PCD), etc. Apenas sob a legenda "PSDB" havia três sugestões: Partido da Social-Democracia Brasileira, Partido da Sociedade Democrática Brasileira e Partido Socialista Democrático Brasileiro. Por votação, foi escolhida a atual denominação.

²v. Anexo 13

Tabela III - Signatários do PSDB³

Senadores	1. Fernando Henrique Cardoso (SP) 2. Mário Covas (SP) 3. José Ignácio Ferreira (ES) 4. Afonso Arinos (RJ) 5. Pompeu de Sousa (DF) 6. Chagas Rodrigues (PI) 7. José Richa (PR) 8. José Paulo Bisol (RS)
Deputados	9. José Serra (SP) 10. Geraldo Alckmin Filho (SP) 11. José Carlos Grecco (SP) 12. Robson Marinho (SP) 13. Antônio Perosa (SP) 14. Caio Pompeu (SP) 15. Fábio Feldmann (SP) 16. Koyu Iha (SP) 17. Dirce Tutu Quadros (SP)
	18. Ronaldo César Coelho (RJ) 19. Artur da Távola (RJ) 20. Anna Maria Rattes (RJ)
	21. Mauro Campos (MG) 22. Ziza Valadares (MG) 23. Carlos Cotta (MG) 24. Carlos Mosconi (MG) 25. Célio de Castro (MG) 26. Sílvio Abreu (MG) 27. Pimenta da Veiga (MG) 28. Octávio Elísio (MG)
	29. Rose de Freitas (ES) 30. Vasco Alves (ES)
	31. Wilson Souza (SC) 32. Francisco Küster (SC)
	33. Euclides Scalco (PR) 34. Nelton Friedrich (PR)
	35. Sigmaringa Seixas (DF) 36. Maria de Lourdes Abadia (DF)
	37. Renan Calheiros (AL) 38. José Costa (AL)
	39. Saulo Queiroz (MS) 40. Beth Azize (AM) 41. Paulo Silva (PI) 42. Jayme Santana (MA) 43. Moema São Thiago (CE) 44. José Guedes (RO) 45. Cristina Tavares (PE)

³Conforme lista apresentada na reunião de fundação do partido em 25 de junho de 1988.

Além destes 45 constituintes, havia o ex-governador Franco Montoro (SP) e dois ex-ministros de José Sarney: Deni Schwartz (ministro do Desenvolvimento Urbano) e Bresser Pereira (ministro da Fazenda).⁴

Os principais mentores do PSDB não apenas foram do PMDB, mas também correligionários do antigo MDB, partido que fez oposição ao regime militar. Tal característica garantia o comprometimento do PSDB com a consolidação dos ideais democráticos no Brasil.

Os trabalhos iniciais na nova agremiação foram divididos por comissões. Uma destas, coordenada por Artur da Távola (RJ), ficaria responsável pela elaboração do programa e manifesto do partido. A redação preliminar do programa ficou a cargo de José Serra (SP) e o relator do manifesto seria o senador José Paulo Bisol (RS).⁵ Além desta comissão havia ainda outras quatro: *Estatutos, Marketing e Propaganda, Administração e Finanças* (coordenada por Euclides Scalco) e *Ação Política* (sob a responsabilidade de Mário Covas, José Richa, Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga).

Ainda em termos organizacionais, o PSDB montou uma Executiva Provisória encabeçada por Mário Covas, que exerceria a presidência do partido por dois meses sendo substituído sucessivamente por José Richa, Franco Montoro, Pimenta da Veiga e Fernando Henrique Cardoso. As secretarias regionais foram assim distribuídas: Sul (Mário Covas), Sudeste (Franco Montoro), Centro-Oeste (José Richa), Norte (Pimenta da Veiga), Nordeste (Fernando Henrique Cardoso). No comando da secretaria

⁴O ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati, uma outra destacada liderança do PSDB, só entraria no partido, vindo do PMDB, em janeiro de 1990.

⁵Os principais documentos do PSDB serão analisados no item seguinte.

geral ficou o deputado Euclides Scalco. Além disso, o PSDB possuía algumas “secretarias de assuntos setoriais”: *Secretaria de Assuntos Sociais e Sindicais* (deputada Cristina Tavares), *Secretaria de Assuntos Internacionais* (deputada Moema São Thiago), *Secretaria de Assuntos Culturais* (deputado Artur da Távola), *Secretaria de Assuntos Econômicos* (deputado Octávio Elísio).

Interessante perceber que os cargos internos ao partido (de direção, das comissões e das secretarias) acabavam restritos a um seleto grupo de *parlamentares*. Houve tentativas formais do partido no sentido de dirimir esta situação.

Para garantir formas mais democráticas de funcionamento interno, o PSDB instituiu o sistema de rodízio nos cargos de direção, a reserva de um terço de cargos para não-parlamentares, e a instituição de eleições primárias para a escolha de seus candidatos a cargos executivos, das quais participariam apenas os membros efetivos do partido (militantes com pelo menos seis meses de filiação).⁶

Apesar dos aspectos positivos destas iniciativas, elas demonstram uma certa dificuldade em organizar um partido que foi essencialmente construído a partir do Congresso Nacional.

Consequentemente, os vínculos sociais do PSDB ficam obscurecidos pela própria deficiência em sua formação, ou seja, um partido que surgiu por ação parlamentar e não da sociedade civil organizada. Contudo, apesar de um tanto quanto impreciso, podemos identificar a existência de uma “militância” peessedebista ligada ao meio intelectual e acadêmico.⁷ Se tal característica não é tão preponderante (em termos

⁶MARIA D'ALVA KINZO, *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*, p. 50.

⁷Dos deputados federais do PSDB, eleitos em 1990, a maioria era identificada na categoria “empresário” (26,7%). Em segundo lugar vinham os “advogados” (16,2%) e, em terceiro, os “professores” (13,5%) [v. Anexo 10]. Nas eleições presidenciais de 1994, ficou claro a polarização nas universidades entre “petistas” (favoráveis ao candidato Luis Inácio Lula da Silva, do PT) e “peessedebistas” (favoráveis à candidatura do

quantitativos) na arena eleitoral, por outro lado ela tradicionalmente conferiu ao PSDB o predicativo de ser um partido com excelentes “quadros técnicos”. Excetuando-se este viés academicista, no âmbito da sociedade civil - incluindo aqui os sindicatos - o vínculo formal do partido é, no mínimo, fraco.⁸

Regionalmente, a “bancada paulista” surge como a porção mais forte e influente do PSDB. Dos 47 parlamentares originais, 24 eram da região Sudeste, 8 do Nordeste, 8 do Sul, 5 do Centro-Oeste e 2 da região Norte.⁹

Em termos ideológicos, o perfil do PSDB era nitidamente vinculado ao anti-quercismo (no caso dos paulistas) e à oposição a Newton Cardoso (no caso dos mineiros). Segundo artigo do jornal *Folha da Tarde*, “os adversários do governador Orestes Quércia contribuem com dois senadores e dez deputados”. Por sua vez, o “anti-newtismo” foi o motivo “que levou a bancada mineira eleita pelo PMDB a contribuir com sete deputados” na formação do quadro parlamentar do partido.¹⁰

Por ocasião da Constituinte, o PSDB recebeu do DIAP uma nota média de 8,16 pontos enquanto que a FIESP lhe conferiu um índice de 4,68 pontos. Estas avaliações outorgavam ao partido uma relativa identificação com a “centro-esquerda”.¹¹

sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB). [v. Petistas e “fernandistas” se enfrentam. *Folha de S. Paulo*, 17.04.1994]

⁸ Cerca de 68% dos deputados estaduais do PSDB declararam, em 1989, não possuir nenhum vínculo com associações da sociedade civil. Apenas 3,6% destes declararam-se ligados aos sindicatos. O PSDB, no entanto, não é exceção à regra [v. Anexo 12]. Digno de nota é a filiação (em julho de 1988) do então presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Joaquim Andrade dos Santos (o “Joaquinzão”), que já era suplente do senador Mário Covas. A CGT (junto com a CUT) era à época uma das mais importantes centrais sindicais do país. Houve ainda, em maio de 1995, uma tentativa do PSDB paulista de articular a criação de um “núcleo sindical tucano”. Falta-nos, contudo, informações mais precisas para delimitar a real abrangência destas iniciativas. [v. Presidente da CGT é o novo membro do PSDB. *O Estado de S. Paulo*, 01.07.1988 / PSDB lança núcleo sindical em SP. *O Globo*, 08.05.1995]

⁹v. Anexo 13

¹⁰Novo Partido nasce e Covas deve ser o presidente. *Folha da Tarde*, 25.06.1988.

¹¹O DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo) elaboraram documentos de avaliação dos parlamentares na Assembléia Constituinte. O DIAP classificou os parlamentares com notas que variavam de 0,0 (posição contrária aos trabalhadores) a

Especificando as divisões ideológicas presentes no interior do recém-inaugurado partido elas foram assim classificadas: social-democratas (tendência majoritária, representada sobretudo por Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, Artur da Távola), liberais "progressistas" (tendência mais conservadora, representada por Afonso Arinos, Jaime Santana, Caio Pompeu de Toledo, Ronaldo Cezar Coelho), socialistas-democráticos (tendência mais à esquerda, formada sobretudo por membros do antigo MUP¹²) e democratas-cristãos (menor tendência, representada por Montoro e José Richa).¹³

10,0 (posição favorável aos trabalhadores). De forma análoga, os índices da FIESP variaram de 3,33 (contrário à FIESP) a 9,99 (favorável à FIESP). PT, PCB, PCdoB, PSB receberam nota 3,33 na avaliação da FIESP. PDT recebeu 4,04 e os demais partidos ficaram com notas acima de 7,0. [v. Anexo 13]

¹²MUP - Movimento de Unidade Progressista. Um grupo de cerca de 20 parlamentares, criado ainda no PMDB, que também contribuía para garantir o perfil de centro-esquerda do PSDB. Foi responsável pela "radicalização" de algumas discussões internas ao partido, entre as quais podemos citar o debate sobre participar ou não da campanha de Lula nas eleições presidenciais de 1989 e sobre uma eventual adesão do PSDB ao governo eleito de Fernando Collor. Foi do MUP que saiu o vice-presidente da candidatura de Lula em 1989 (o senador e fundador do PSDB, José Paulo Bisol). Seus principais representantes foram os deputados Nilton Friedrich (PR), Octávio Elísio (MG), Vicente Bogo (RS), Cristina Tavares (PE), etc. O MUP se extinguiu após a derrota eleitoral de 1990, quando a maioria de seus representantes não conseguiu se eleger.

¹³No discurso de fundação do partido, o então senador Fernando Henrique Cardoso se dirigiu a cada uma destas tendências. Aos social-democratas: "*Partido dos sociais democratas! E quem são os sociais-democratas? São aqueles que entendem que, hoje, ou a democracia é para reformar a sociedade, ou a democracia serve apenas para contentar as elites. Democracia com participação e com transformação social, é isso que quer dizer social-democracia, sem nenhum correspondente com a história européia. Por isso mesmo, dizendo: Social Democracia "Brasileira"!*". Aos liberais do partido, citando como exemplo o senador Afonso Arinos: "*É um liberal, sim. Mas é um liberal progressista, que votou pelo parlamentarismo, pelo voto aos 16 anos, ... mostrando que o verdadeiro liberal ou é progressista, ou é farsante, porque não permite a liberdade existir para o povo. E o nosso partido aceita, de braços abertos, os liberais que crêem no progresso do povo*". Aos socialistas-democráticos: "*Partido, sim, dos socialistas democráticos... que sabem que não há de ser o Estado, nem há de ser um partido monolítico, coeso... que vai modificar a sociedade. Socialistas que têm respeito pela democracia e que sabem que só com o convencimento, só com o voto, só com o reconhecimento da justiça da causa proposta é que a transformação se enraíza e se transforma em seiva que vai inspirar aos outros*". E, por fim, aos democratas-cristãos: "*E o que é Democracia Cristã, na prática, senão o avanço da sociedade? E é uma idéia que vem, sim, da espiritualidade, mas que não fica na contemplação e se transforma numa força para a modificação em benefício do povo e da sociedade*". [v. *A Social-Democracia Brasileira: construção de uma nova força*, Brasília, 1989, p. 20.]

Definir sua identidade sempre foi um dilema para o PSDB. Como afirma Kinzo (1993)

Um dos problemas enfrentados pelos fundadores do PSDB foi decidir sobre a amplitude do espectro ideológico do partido, de modo a compatibilizar um perfil definido de centro-esquerda com a indispensável viabilidade político-eleitoral.¹⁴

Esta "indispensável viabilidade político-eleitoral" exigia uma base parlamentar "significativa e territorialmente diversificada". Tal combinação, por um lado, permitiria que o PSDB disputasse com chances reais os pleitos eleitorais que estavam por vir (principalmente a cobiçada eleição presidencial de 1989). Mas, por outro lado, descompromissava ideologicamente as eventuais adesões ao partido. O PSDB ainda tateava a formação de seu perfil (em torno das quatro tendências acima mencionadas, majoritariamente paulista e anti-quercista) e, no entanto, *a exigência eleitoral muitas vezes forçava uma preocupação anterior à necessidade de definição do partido*. Basta citar que o PSDB surgiu no meio de uma eleição (1988), pensando em uma outra (1989) e já tendo que enfrentar uma terceira consecutiva (1990), ou seja, o partido só pôde efetivamente "começar a organizar a casa" após três anos de sua fundação. E, mesmo assim, num curto intervalo até as eleições de 1992. As consequências desta situação seriam visíveis no decorrer de toda a história do PSDB.

Desde seu nascimento até hoje, o PSDB enfrentou cinco disputas eleitorais. Nas eleições municipais de 1988, quatro meses após sua criação e ainda com o seu registro provisório, o PSDB amargou um resultado melancólico: levou 18 prefeituras, sendo uma capital (Belo Horizonte). Na eleição presidencial em 1989, tendo

¹⁴MARIA D'ALVA KINZO, *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*, p. 48.

Mário Covas como candidato, o partido conquistou um desprezioso quarto lugar, mas seu apoio foi objeto de ferrenha disputa entre os candidatos para o segundo turno (Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Collor). Nas eleições para governador e órgãos legislativos (estadual e federal), em 1990, elegeu um governador e um senador pelo Ceará. As cadeiras peessedebistas na Câmara caíram de 60 para 38, o que jogou sua bancada para o sexto lugar em comparação com o tamanho dos demais partidos. Em 1992, novamente com as eleições municipais, o PSDB encontrou um aclave acentuado. Saltou para 332 prefeituras, principalmente no Sudeste e Nordeste, sendo cinco capitais (Salvador, Vitória, Teresina, Macapá e Porto Velho). Nas eleições de 1994, quando se votou simultaneamente para presidente, governador e deputados federais e estaduais, o partido chegou ao ápice de sua trajetória. Além de um peessedebista histórico na presidência da República, elegeu-se em seis governos de Estado (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Pará, Sergipe) e obteve 11 cadeiras no Senado e 62 na Câmara dos Deputados.¹⁵

Podemos concluir que, no decorrer destas eleições, muito foi alterado nas diretrizes do PSDB. Portanto, é necessário resgatar algumas idéias que foram geradas na sua formação.

b. Documentos Partidários: PSDB

Apesar de formado por quatro tendências, o PSDB é visto como exclusivamente vinculado à proposta social-democrata. O que faremos a seguir é levantar as linhas diretivas de alguns documentos e publicações internas ao partido que

¹⁵Senadores eleitos em 1994: José Serra (São Paulo), Artur da Távola (Rio de Janeiro), Teotônio Vilela Filho (Alagoas), Jefferson Peres (Amazonas), Sérgio Machado (Ceará), Lúdio Coelho (Mato Grosso do Sul), Carlos Wilson (Pernambuco), Geraldo Melo (Rio Grande do Norte).

nos ajudem a identificar alguns dos pontos já tratados acima e que também possam caracterizar a social-democracia do PSDB.¹⁶

. Manifesto, Estatuto e Programa (1988) ¹⁷

O *Manifesto de Fundação* enumera os princípios e objetivos do novo partido. Entre eles:

- defesa da democracia.
- parlamentarismo como sistema de governo.
- participação popular e aperfeiçoamento constante da democracia representativa.
- descentralização administrativa e municipalização das ações do governo.
- melhoria dos serviços públicos e da distribuição de renda.
- “apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores, assegurada a livre negociação com sindicatos autônomos e os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, sem interferência do Estado”.
- combater as desigualdades regionais.
- desenvolvimento do mercado interno com a “*integração soberana*” ao sistema econômico internacional.¹⁸
- “enfrentar o problema da dívida externa: (a) através da investigação de suas origens e consequências mediante auditoria e (b) através de uma estratégia compatível com a manutenção da soberania nacional”.

¹⁶E aqui a nossa primeira dificuldade: o pouco material editado pelo PSDB. Com exceção do PT, esta é uma carência comum a maioria dos partidos brasileiros.

¹⁷*Manifesto, Estatuto e Programa do PSDB*, Coleção Tucano, vol I, 1989. Ao citar estes documentos, adotamos a sigla *MEP/1988* seguida da página. Os três documentos foram editados no mesmo encarte e publicados no Diário Oficial em 06 de julho de 1988.

¹⁸grifo do documento.

- combater a inflação.
- reformar a administração pública visando a eficiência do Estado e o fim do clientelismo.
- definir prioridades e controle do gasto público.
- “efetivar a reforma agrária no contexto de um plano agrícola plurianual, que combine adequadamente os instrumentos da tributação progressiva e da desapropriação, e compatibilize critérios de equidade social e defesa do meio ambiente com o estímulo à produção de alimentos”.
- reformar o sistema financeiro “mediante a reorganização das finanças públicas e a melhora da eficiência operacional das instituições financeiras públicas e privadas”.
- defesa do meio ambiente.
- “propugnar pela implantação de uma seguridade social no seu sentido mais amplo e inovador, assegurando a habitação, a saúde, a previdência social básica e complementar, com ênfase para as aposentadorias e pensões, o seguro-desemprego, a proteção à infância e aos idosos”.
- proteção ao menor.
- aperfeiçoamento do processo eleitoral.
- igualdade de direitos e deveres do homem e da mulher.
- desenvolvimento cultural e artístico.
- liberdade de expressão.
- “lutar pela erradicação do analfabetismo e pela universalização do atendimento escolar, inclusive aos adultos, através da defesa da escola pública gratuita, democrática e de boa qualidade e da valorização do professor, com implantação de

carreira e piso salarial justo em todos os níveis; garantir a autonomia da universidade e a liberdade da pesquisa científica”.

- presença ativa do Brasil no plano internacional.

No que diz respeito a organização interna, o *Estatuto do PSDB* estabelece quatro tipos de órgãos:

- a) de deliberação: Convenções Municipais, Regionais e Nacional
- b) de direção: Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional, com suas respectivas Comissões Executivas
- c) as bancadas (municipais, estaduais e federais)
- d) de cooperação: Núcleos de Base, Coordenadorias Regionais e de Grandes Municípios, Conselho de Ética e Fidelidade Partidária, Conselho Fiscal e o Secretariado (ao nível municipal, regional e nacional); Conselho Consultivo Nacional; Institutos de Formação Política; Fundação Teotônio Vilela de Estudos Políticos, Sociais e Econômicos.

Esta configuração não apresenta praticamente nenhuma inovação substancial. Os órgãos de deliberação e direção são estabelecidos pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Entre os órgãos de cooperação, os Conselhos Fiscais e de Ética também fazem parte da LOPP. Resta, portanto, os Núcleos de Base (“a célula básica da ação partidária”), as Coordenadorias Regionais e de Grandes Municípios¹⁹, o Conselho Consultivo Nacional (que tem funções de avaliação do desempenho do partido, planejamento e assessoria)²⁰, os Institutos de Formação Política (responsáveis

¹⁹O Estatuto é pouco preciso em relação às atribuições destas coordenadorias. Elas “serão instituídas pelo respectivo Diretório Regional, que estabelecerá suas funções de articulação dos respectivos diretórios, além de outras que vier a definir” [cap. VII, art.31]

²⁰O CCN “... compõe-se de seus líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; de governadores e ministros de Estado a ele filiados; e por igual número de figuras preeminentes escolhidas pelo Diretório

pela realização de cursos, seminários, publicações, etc.), a Fundação Teotônio Vilela (organismo instituído ao nível nacional, com autonomia financeira e administrativa, tendo função similar aos Institutos de Formação Política).²¹

Por sua vez, o *Programa de Fundação* vai aprofundar alguns itens presentes no seu manifesto.

Na *introdução* o texto se prende às circunstâncias que ocasionaram o surgimento do PSDB (o momento constitucional, a “decepção” com a Nova República, a crítica ao governo de José Sarney, o PMDB “arenizado”) para depois apresentar o partido. Nesta apresentação introdutória - ao tratar sobre mercado, Estado e sociedade - o programa nos dá uma idéia de qual será a linha mestra de suas diretrizes básicas.

Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil. Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados.²²

Destaquemos dois pontos neste fragmento. Percebe-se claramente que o PSDB procura se situar a meio caminho entre um “Estado forte e autocrático” e o “automatismo do mercado”, ou seja, o partido é favorável ao “Estado regulador” onde

Nacional dentre seus militantes, eleitos por ocasião da escolha da Comissão Executiva Nacional”. [cap VII, art. 35, § único]

²¹Não temos conhecimento sobre a efetividade destas instâncias ou mesmo se todas chegaram a se constituir. Logicamente, pelo partido ter sido criado “do parlamento” a dificuldade em organizá-lo sobre estruturas mais sólidas é muito maior. No entanto, como vimos, houve tentativas neste sentido. [v. item a neste capítulo]

²²MEP/1988, p. 17.

assim o exigir. Em resumo: um sistema de *economia mista*, onde a ação estatal e a propriedade privada convivem mutuamente. Pois nada mais social-democrata!

Porém, o fragmento também alerta para alguns problemas crônicos do Estado brasileiro: o corporativismo burocrático (que deformou a função estatal de "servidor" da sociedade) e o patrimonialismo (que "privatizou" a máquina pública).

Tendo mostrado rapidamente a que veio o PSDB, o programa passa, então, a discutir doze *diretrizes básicas*. Vejamos cada uma delas.

- *Democracia: valor fundamental*. O partido penhora seus esforços no intuito de garantir a "efetiva realização da democracia", opondo-se a qualquer tentativa de "retrocesso".²³ Ainda ressalva sua posição favorável à "descentralização do poder político", à "autonomia das organizações da sociedade civil" e à participação da população nas decisões de seu interesse, ou seja, agir de acordo com os "pressupostos da adoção crescente de novas formas de exercício da cidadania que qualifiquem e validem os mecanismos clássicos da democracia representativa".
- *Parlamentarismo: pelo aperfeiçoamento da democracia*. O programa destaca que o parlamentarismo fortalece os partidos e aumenta o poder de decisão do Legislativo, ao mesmo tempo que exige uma reestruturação no Executivo.²⁴
- *Justiça social: meta do desenvolvimento*. Nesta parte, o programa assinala um dos maiores agravantes do cenário nacional: a miséria. O PSDB procura desassociar *justiça social* de *paternalismo*. Além disso, coloca a política de empregos como "objeto

²³Esta observação é fruto das circunstâncias políticas do Brasil de 1988: um país latino em pleno processo de transição à democracia e distante um passo de sua primeira eleição direta para presidente depois de 25 anos de ditadura.

²⁴Novamente, um item conjuntural (mas não menos importante!). O PSDB já marcava sua posição para o plebiscito (sobre sistema de governo) a ser realizado em 1993. Apesar da campanha pró-parlamentarista e com o auxílio do *impeachment* de Fernando Collor (utilizado astuciosamente pelos presidencialistas) a proposta perdeu.

primordial de política econômica” e se dispõe a apoiar políticas de desenvolvimento regional desde que estas “cheguem diretamente ao povo, e não a oligarquias”. Ainda neste tópico, o PSDB define sua posição em relação às questões trabalhistas: um *mediador* entre capital e trabalho.

O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, *não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados*, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato na defesa de suas reivindicações, liberdade de filiação do sindicato a entidades de grau superior.²⁵

- *Educação e cultura.* No campo educacional, o programa defende a gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática do ensino, a valorização do educador e a autonomia universitária.
- *Seguridade social.* O partido enfatiza a necessidade de descentralizar a política de saúde pública (em sua organização, execução e controle), bem como aumentar a participação popular “na orientação dos serviços”.
- *Crescimento econômico com distribuição de renda.* As idéias centrais deste item são: estimular a competitividade do setor empresarial e inserir o Brasil no contexto internacional sem perder de vista as “prioridades nacionais”. Sobre estes dois temas o programa assim se reporta

A propriedade privada dos meios de produção constitui a base do sistema econômico brasileiro, *devendo ser garantida na medida em que atenda ao princípio da sua função social e se harmonize com a valorização do trabalho e do trabalhador.* Nem por isto pode desconhecer a multiplicidade das formas de organização da produção, mesmo no setor privado da

²⁵MEP/1988, p. 20. (grifo nosso)

economia, como é o caso das formas cooperativas, que merecem reconhecimento e estímulo. (...) Soberania deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial. (...) Só com prioridades claras saberemos *evitar tanto o protecionismo fútil como o aberturismo irresponsável*.²⁶

- *Os desafios da inflação e da dívida externa.* O programa não menciona a suspensão do pagamento da dívida externa, mas entende que é preciso desenvolver uma “estratégia que não prive o País da poupança interna necessária à retomada do crescimento”.²⁷ Tendo “reequacionado” o pagamento da dívida externa, no que diz respeito à inflação, o programa propõe agir em “três frentes”: (a) “reequilíbrio das condições de financiamento do setor público”, (b) “reforma do sistema financeiro acompanhada de políticas monetárias apropriadas”, (c) “administração adequada dos preços fundamentais da economia”.
- *A reforma do Estado.* O mais longo tópico do programa estabelece como prioridades: a “distribuição social” do gasto público e a descentralização em direção aos estados e municípios, visando dar garantias de que os esforços “cheguem de fato à população carente”; o controle social sobre a “gestão da área estatal da economia”; a reforma tributária e fiscal. Sobre as empresas estatais, o programa determina que

*As empresas que devam permanecer estatais - por sua importância estratégica, ou em função do tipo de demanda que atendem ou da ação inovadora em setores que necessitem ser impulsionados - não de obedecer a padrões rigorosos de eficiência na sua gestão corrente... e a critérios de estrito interesse público, democraticamente definidos nos seus planos de expansão.*²⁸

²⁶MEP/1988, p. 22. (grifo nosso)

²⁷Um dos obstáculos levantados por VASCONI (1990) para uma proposta social-democrata na América Latina é justamente a sangria patrocinada pela remessa de divisas ao exterior pelos países endividados. [v. Capítulo IV]

²⁸MEP/1988, p. 23. (grifo nosso) Note-se que o programa não descarta privatizações no setor estatal.

- *Reforma agrária e política agrícola.* Num país abundante em terras agricultáveis e onde o debate de tais assuntos prima pelo radicalismo das partes envolvidas,

O PSDB defende uma política de reforma agrária que assegure a exploração racional da terra, subordinada à sua função social, e contribua para elevar os níveis de emprego e renda dos trabalhadores rurais. Tal política terá de combinar tributação progressiva e desapropriações de acordo com as peculiaridades de cada região, de modo a garantir melhor distribuição das terras.²⁹

- *Reforma do sistema financeiro.* Este item acusa o desvirtuamento do sistema (sobretudo, a especulação em torno de índices inflacionários) que acaba freando o desenvolvimento produtivo do país. Apesar de reconhecer as debilidades do sistema (o que obriga a sua reforma) o programa não faz referência à intervenção e, muito menos, à estatização de qualquer instituição financeira. Faz, isto sim, uma crítica feroz à “ineficiência operacional” de algumas destas instituições.

[A reforma do sistema financeiro] supõe uma ampla reorganização das finanças públicas... e a contenção da inflação galopante. Supõe também a melhora da eficiência operacional das instituições financeiras públicas e privadas, muitas das quais funcionariam com prejuízo se não houvesse inflação, ou seja, seriam empresarialmente inviáveis.³⁰

- *Preservação dos recursos naturais: compromisso com o futuro.* Este tópico defende o uso consciente dos recursos naturais buscando a preservação do meio ambiente. Além disso, propõe uma política urbana mais preocupada com a “redução da segregação social” e a “ocupação racional do solo”.
- *Presença ativa no cenário internacional.* A política externa deve visar a cooperação e não o confronto. Alguns temas (destacados por este item) onde a diplomacia

²⁹MEP/1988, p. 24.

³⁰MEP/1988, p. 25.

brasileira deve ser mais ativa: soberania, autodeterminação, segurança, integridade territorial, integração latino-americana, dívida externa, paz mundial.

. *Os Desafios do Brasil e o PSDB (1989)*

Este documento - *Os Desafios do Brasil e o PSDB* - é apresentado pelo partido como aquele que "contém as diretrizes programáticas para um governo social-democrata". Trata-se de um texto mais elaborado e discutido, tendo sido editado em maio de 1989, ou seja, alguns meses antes da eleição presidencial.³¹

Separemos, portanto, as concepções social-democratas nele presentes e outros assuntos que julgarmos relevantes.

O texto é dividido em três partes:

Na *parte I (A Proposta da Social-Democracia Brasileira)* o programa define o que entende por social-democracia, coloca os "desafios" a serem enfrentados pelo Brasil e, finalmente, encerra com as "posições social-democratas" a serem tomadas pelo partido.

³¹Apesar de se intitular como um "valioso instrumento para a campanha", este documento não foi elaborado no intuito de ser um programa de governo para o candidato à presidência, senador Mário Covas. A versão inicial do texto foi aprovada, pela Comissão Diretora Nacional, em janeiro de 1989 sendo posteriormente distribuída para as demais instâncias do partido para sua discussão. Segundo o documento, as teses presentes nesta versão preliminar e as eventuais alterações foram debatidas em onze Congressos Regionais realizados entre fevereiro e março do mesmo ano. A saber: Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Joaçaba (SC), Salvador (BA), Recife (PE), Natal (RN) Curitiba (PR), São Paulo (SP), Araguaína (TO), Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF). Em 31 de março e 1º de abril, em Brasília, ocorreu o 1º Congresso do Partido. Neste congresso as sugestões apresentadas pelos Congressos Regionais foram analisadas por 16 Comissões Temáticas. A redação final do documento ficou a cargo de uma comissão composta pelo senador Fernando Henrique Cardoso (relator-geral), pelos deputados Cristina Tavares, Nelson Friedrich e José Serra, pelos professores Hélio Jaguaribe, João Gilberto Lucas Coelho e Paulo Baía. O documento final foi apresentado em duas versões: uma, mais extensa e detalhada, e outra, reduzida, mas "respeitando as linhas programáticas definidas no Congresso e no documento original". Estas versões foram aprovadas na 1ª Convenção Nacional do PSDB, realizada no dia 14 de maio de 1989, em Brasília. Em nossas análises optamos pela versão sintetizada.

O texto é muito claro ao conceituar a social-democracia.

A social-democracia contemporânea é uma síntese de idéias e experiências históricas que busca superar as injustiças do capitalismo sem incorrer nos aspectos discutíveis do socialismo.

Apesar de não fugir ao padrão discursivo do "nem capitalismo, nem socialismo", o texto surpreende por suas colocações. Basta citarmos, por exemplo, como o programa analisa os modelos socialistas "baseados na estatização total (ou quase) da economia". Ao invés de uma crítica aguda, prefere destacar também alguns pontos positivos destes modelos...

Os países que adotaram esse modelo conseguiram superar suas antigas condições de miséria e ignorância e alcançaram níveis apreciáveis de desenvolvimento e de bem-estar para suas populações. Em compensação, perderam os estímulos necessários para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos e serviços, gerando ineficiência crescente nas empresas e na administração pública. (...) E têm dificuldade em reformular o regime político para criar mecanismos democráticos de controle do Estado pela sociedade.

... para depois ressaltar que o modelo social-democrata europeu

... consistiu em preservar uma economia de mercado, submetendo-se ao controle social através do Estado democrático. Controle este que... *corrige os desequilíbrios do mercado, protegendo os setores menos favorecidos e assegurando a todos, independente de sua fortuna e classe social, as mesmas oportunidades básicas [educação, saúde, transporte,...]*³²

³²Os Desafios do Brasil e o PSDB (síntese), Coleção Tucano, Volume VI, 1989, p. 7. (grifo nosso)

Este fragmento demonstra que o programa do partido atrelava-se nitidamente a proposta de viabilizar um *welfare state social-igualitário*, similar aos modelos comumente identificados com a social-democracia.³³

Após esta discussão conceitual, o partido faz uma ligeira comparação com a Europa, chegando a conclusão que ao invés de ser um “país subdesenvolvido”, o Brasil é um “país mal desenvolvido”.

Por fim, o partido sinaliza os compromissos da social-democracia brasileira. Primeiramente, uma proposta baseada no modelo europeu, mas um pouco mais “abrasileirada”. Segundo, uma proposta de desenvolvimento. Terceiro, uma proposta onde democracia e justiça social andem juntas.

... [a social-democracia brasileira] não pode contentar-se, como ocorreu na Europa, em justapor política fiscal e políticas sociais ao livre jogo do mercado. Ela tem que representar um forte movimento contra a desigualdade produzida pelo desemprego, pelo subemprego, pela disparidade salarial e pela concentração de renda e da propriedade. (...) [Ela] é “desenvolvimentista”, porque sabe que só com crescimento econômico, incorporação do avanço tecnológico à produção e à organização da sociedade, haverá maior igualdade de oportunidades, mais bem-estar e maior segurança para o cidadão. (...) *Democracia e desenvolvimento econômico com justiça social constituem dimensões inseparáveis da nova sociedade. O avanço de uma dessas dimensões em detrimento ou como esquecimento das outras não satisfaz a exigência fundamental do mundo contemporâneo...*³⁴

Na parte II (*A Consolidação da Democracia*) o programa novamente eleva a “efetivação da democracia” como o primeiro dos seus objetivos. Além de romper com os “modelos autoritários”, defender a igualdade de direitos étnicos, das minorias,

³³v. Capítulo III, sobre as características do *welfare state* social-democrata.

³⁴*Os Desafios do Brasil e o PSDB*, p. 8-9. (grifo do documento)

sexuais, dos deficientes, etc, o texto afirma que uma "democracia moderna é representativa e participativa".

... a social-democracia brasileira quer fortalecer e ampliar as múltiplas formas de organização popular - sindicatos, associações profissionais e comunitárias, movimentos reivindicatórios e de participação direta - como o plebiscito - através dos quais o cidadão pode compartilhar o exercício do poder.³⁵

Nos demais tópicos o documento retoma, de maneira mais pormenorizada, seu compromisso com o parlamentarismo e com a reforma do Estado.

Se no seu programa de fundação a reforma do Estado foi um tema central, neste documento não é diferente. Para o PSDB ela implica em³⁶:

- 1) rever a relação entre o Estado e a sociedade (nem o "estado mínimo" dos "liberais anacrônicos", nem o "estado máximo" dos "populistas e autoritários", mas sim o "estado *socialmente necessário*"³⁷)
- 2) profissionalizar o serviço público
- 3) privatizar onde se faz necessário ("houve uma hipertrofia da ação empresarial do Estado")
- 4) "desprivatizar" o Estado e combater o patrimonialismo
- 5) agir publicamente ("dar visibilidade pública à gestão da coisa pública") através da descentralização, da institucionalização da participação e da "prestação de contas", ou seja, promover o *controle social* do Estado
- 6) reformar a administração do Estado nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário (Ministérios, assessorias, secretarias, etc)

³⁵Os Desafios do Brasil e o PSDB, p. 9.

³⁶Os Desafios do Brasil e o PSDB, p. 10-13.

³⁷grifo do documento.

7) garantir a segurança pública (combate ao narcotráfico, reformas no sistema penal, carcerário, etc).

Da mesma forma que na parte anterior, a *parte III (Desenvolvimento Econômico com Justiça Social)* trata de revisar e enriquecer as propostas discutidas anteriormente (crise fiscal; dívida externa; comércio internacional; política trabalhista; redistribuição de renda; emprego; políticas sociais; cultura; política industrial; ciência e tecnologia; o “papel do capital estrangeiro”; desenvolvimento rural, reforma agrária e política agrícola; política mineral; política energética; política educacional; desenvolvimento urbano e regional; ecologia e meio ambiente; política exterior).

Para vencer a *crise fiscal*, o PSDB propõe o controle dos gastos públicos, o corte de subsídios e a redução do endividamento público.

Na questão relativa à *dívida externa*, o partido adota uma posição intermediária entre o “cumprimento dos acordos anteriores” e o “repúdio da dívida”. Portanto, qual estratégia adotar?

As alternativas possíveis vão de uma eventual moratória até as várias formas de securitização da dívida, sem deixar de lado as chamadas “soluções globais”, que impliquem na utilização de fundos internacionais para aliviar a carga dos países devedores. (...) ... o nível atual de transferência de recursos para o pagamento da dívida é incompatível com a estabilização da economia e com o desenvolvimento do país. Sua redução é imposterável. (...) Nas condições de hoje, a redução seria de mais de 50% do valor nominal da dívida.³⁸

³⁸*Os Desafios do Brasil e o PSDB*, p. 15 - 16. Segundo o documento, os acordos de 1988 foram perniciosos para o Brasil pois “*aumentaram as transferências de recursos para o exterior, sem novos financiamentos de monta e com a tentativa custosa de ‘ajustamento’ internos...*”. (grifo do documento)

Sobre a *política trabalhista*, o programa defende o "desatrelamento sindical do Estado" e, ao mesmo tempo, incentiva a livre negociação "sem prejuízo da utilização do dissídio coletivo por todas as categorias de trabalhadores".

Como uma das tarefas a ser cumprida para efetivar uma justa distribuição de renda no Brasil, o PSDB trabalhará no sentido de tornar o *sistema tributário progressivo*. No âmbito das *políticas sociais*, as principais bandeiras são a universalização, redistribuição e participação da sociedade, ou seja, "a ênfase será, portanto, nos *direitos*, em contraposição aos *privilégios*".³⁹

No item sobre *política industrial* o PSDB ressalta a necessária "divisão de responsabilidades" entre o Estado (que deve criar condições que aumentem a competitividade do produto nacional aqui e no exterior) e o setor empresarial (que deve procurar modernizar-se, distribuir os "ganhos de produtividade" com os trabalhadores e "respeitar o consumidor").

A proposta do PSDB para a *reforma agrária* - cuja solução foi dificultada pelo texto constitucional - enumera vários instrumentos que podem ser utilizados pelo governo (desapropriação de terras inexploradas ou "improdutivas", crédito fundiário, imposto progressivo, concessão de terras públicas, etc). No entanto, segundo o documento, todo o controle do processo deve ser feito *sob a "batuta" do Estado*.

Por fim, no capítulo sobre *política educacional*, o texto reafirma a presença fundamental do Estado e a universalização como meta. Ele deve ser o mediador, articulador e, também, gestor do sistema. O controle das instituições privadas pelo

³⁹grifo do documento.

Estado, no entanto, deve ser feito apenas por "uma legislação básica". A prioridade dos gastos estatais deve ser com o ensino público.

CAPÍTULO VI

O SOCIALISMO-DEMOCRÁTICO NO PT

a. Origem e Breve História do PT

Duas situações no Brasil de 70. No meio sindical, segundo Meneguello (1989), a ditadura militar aprofundou o corporativismo estatal através do controle das organizações dos trabalhadores (intervenções, cassações, repressão, alteração na legislação trabalhista), ao mesmo tempo que procurava minar a eclosão de qualquer foco de mobilização que fosse independente do Estado.¹ Paralelamente a esta conjuntura anti-democrática e coercitiva, o Brasil experimentava um “milagre” na economia sem o patrocínio de uma justa distribuição dos ganhos para as parcelas menos favorecidas da sociedade.

É no contexto destes anos que desponta uma nova tendência no meio sindical brasileiro que ficou conhecida como *novo sindicalismo* ou *sindicalismo autêntico*. De acordo com Meneguello, havia três correntes no âmbito das representações trabalhistas. As *oposições sindicais*, um grupo “relativamente inexpressivo” formado por “militantes católicos e remanescentes de pequenos agrupamentos de esquerda”. A *unidade sindical*, que “contava com o maior grupo de entidades associativas” e defendia o “não-rompimento com o *establishment sindical*”. E o *novo sindicalismo*, oriundo dos sindicatos oficiais “*mas sem vínculos com as oposições sindicais ou com tendências ideológicas de esquerda marxista*”. Neste pormenor, diferentemente, os líderes da *unidade sindical* mantinham laços estreitos com o PCB e podiam ser identificados como uma “esquerda marxista ortodoxa”.²

¹RACHEL MENEGUELLO. *PT a formação de um partido*, p. 44.

²RACHEL MENEGUELLO. *PT a formação de um partido*, p. 49. (grifo nosso)

Situado principalmente na região do ABC paulista, o *novo sindicalismo* seria responsável pela articulação de greves históricas em 1978, 1979 e 1980. Ao comparar o movimento sindical pré-64 com esta corrente, Meneguello enumera as principais diferenças nestas duas fases.

A elaboração de uma pauta de reivindicações de cunho fundamentalmente político e a atuação de jovens lideranças sindicais representativas dos setores mais modernos da classe operária conferiram um caráter inovador a essa nova tendência [novo sindicalismo]. Suas mais importantes diferenças com o movimento sindical pré-64 residiam tanto no *setor produtivo* sobre o qual se baseou (grandes e modernas empresas metalúrgicas, automobilísticas, etc), como na sua atuação política, fundada no *resguardo da autonomia da ação operária* frente a outras forças políticas (partidos, estudantes, intelectuais). Além disso, houve uma *mudança significativa na temática* desenvolvida pelo movimento sindical que... passou a enfatizar a democratização do sistema político, a autonomia e liberdades sindicais.³

Com uma *elaborada agenda reivindicatória* que ultrapassava o âmbito imediato das lutas salariais avançando pelo terreno macropolítico da negociação coletiva direta, da reforma da legislação trabalhista, do reconhecimento das representações dos trabalhadores, da autonomia sindical, do direito de greve, da possibilidade de intercâmbio com sindicatos estrangeiros, da cidadania e da democratização do país, além de um movimento *essencialmente de trabalhadores industriais e de assalariados médios*, cujas lideranças eram provenientes de *segmentos sindicais de alta especialização*: esta era a nova face presente no sindicalismo nacional.⁴

³RACHEL MENEGUELLO, *PT a formação de um partido*, p. 45. (grifo da autora)

⁴RACHEL MENEGUELLO, *PT a formação de um partido*, p. 48. Os novos sindicalistas, em São Paulo, que viriam a criar o PT, eram presidentes de sindicatos de metalúrgicos, coureiros, petroleiros, eletricitários e bancários. Sobre a participação nos movimentos grevistas do fim da década de 70, a autora afirma que “em 1978 os trabalhadores industriais foram responsáveis por quase 76% dos movimentos ocorridos, [enquanto que] em 1981 sua participação caiu para 30%”. No mesmo período, o índice de participação dos “assalariados de classe média” (médicos, professores, bancários) elevou-se de 5,8% para 44,6%. Entre estas duas categorias, a diferença aproximada (em 1981) é de 15%. [Dados utilizados pela autora em: MARIA

No entanto, apesar de seu caráter particular e renovador, o movimento grevista de 70 apresentou resultados parciais.

... ao final de três anos de articulações (1978-1980), a estrutura sindical, as formas de negociação e o sistema de relações trabalhistas, pontos-chave da pauta de reivindicações, não haviam se alterado. Ainda que seu funcionamento na prática se houvesse flexibilizado, não ocorreram mudanças institucionais.⁵

Era preciso, portanto, dar um passo adiante: *organizar um "braço" político.*

Mas, por quais motivos esta se fazia uma tarefa tão premente?

Em virtude de uma primeira "limitação": *a diversidade de interesses.* A autora afirma que o *novo sindicalismo* percebeu que "enquanto sujeito centrado na arena sindical, não era suficientemente homogêneo para obter uma efetiva aglutinação de interesses".⁶

Segundo, porque, além de sua heterogeneidade, o movimento sindical é limitativo por si, ou seja, *sua fronteira de ação é a da sociedade civil* (a "pressão" se faz *desta para o Estado*). Portanto, se os sindicatos quisessem - como queriam! - avançar no campo institucional e *pressionar o Estado de dentro do Estado*, precisariam se utilizar dos canais competentes para isso. Daí a necessária abertura de uma nova frente de luta, até então inexistente: *um partido independente e identificado com o novo perfil das exigências dos trabalhadores.*⁷

HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança", in *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983]

⁵RACHEL MENEGUELLO, *PT a formação de um partido*, p. 48.

⁶RACHEL MENEGUELLO, *PT a formação de um partido*, p. 50.

⁷Talvez, convenha perguntar por que estes sindicalistas não se utilizaram do PCB ou do PCdoB? Devemos lembrar que estes partidos só foram legalizados em 1985. Além disso, havia pouca identificação com o comunismo pró-soviético dos PCs.

Terceiro (e óbvio) motivo: *a conquista do espaço público*. Afinal, só constitui um partido aqueles que visam representar e defender interesses e, para isso, é preciso disputar e ganhar eleições, se *institucionalizar*.

A partir destas necessidades do *novo sindicalismo* e com a conjuntura favorecendo (a demanda generalizada por democratização e a conseqüente reforma partidária de 1979) surge a proposta do *Partido dos Trabalhadores (PT)*.

A idéia foi veiculada pela primeira vez em 1978, numa conferência de petroleiros na Bahia.⁸ As articulações tomaram corpo a partir do XI Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, em 1979. Ainda este ano, no Dia do Trabalho, dirigentes sindicais elaboram a Carta de Princípios do futuro partido. O lançamento oficial do PT foi feito no colégio Sion, em São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980.

Apesar de uma proposta gerada no seio do movimento operário, o PT não é um partido exclusivamente de sindicalistas. Em sua gênese participaram segmentos variados da sociedade civil e outros tantos se agregaram posteriormente.

- *sindicalistas:*

A porção sindical do PT era originalmente sua grande maioria. Na direção do novo partido havia, principalmente, sindicalistas do estado de São Paulo.⁹ Nas

⁸No mesmo ano, em agosto, o Instituto Gallup divulgava uma pesquisa realizada em São Paulo e Rio de Janeiro onde 40% da população destes estados declarava-se favorável à criação de um partido que representasse os interesses dos trabalhadores.

⁹Esta situação se justifica devido ao fato de que o núcleo paulista do *novo sindicalismo* (principalmente o do ABC) era majoritário. Além disso, São Paulo é o maior pólo industrial do Brasil. Nada mais lógico que ali se concentrasse a organização sindical "de ponta" no país. Os principais sindicalistas envolvidos na proposta do PT eram: Luis Inácio Lula da Silva (Sindicato dos Metalúrgicos, São Bernardo do Campo e Diadema), Benedito Marcilio (Sindicato dos Metalúrgicos, Sto. André), Henos Amorina (Sindicato dos Metalúrgicos, Osasco), Paulo de Mattos Skromov (Sindicato dos Coureiros, SP), Jacob Bittar (Sindicato dos Petroleiros, Campinas e Paulínia), Hugo Perez (Federação dos Eletricitários, SP), Arnaldo Gonçalves (Sindicato dos Metalúrgicos, Santos). Além destes, destaque-se: Olívio Dutra (Sindicato dos Bancários, Porto Alegre, RS),

articulações para a formação do PT refletiu-se novamente a heterogeneidade do movimento sindical.

De um lado, havia as lideranças sindicais ligadas ao PCB, ao PCdoB e ao MDB, que não viam com bons olhos a constituição de um partido rival; de outro lado, havia a pressão dos pequenos grupos que pretendiam dar ao novo partido uma feição mais revolucionária do que gostariam Lula e outros sindicalistas.¹⁰

Atualmente, a associação (informal) do PT com as organizações sindicais - sobretudo com a CUT - é muito expressiva.¹¹

- *Igreja progressista:*

Um dos setores - junto com os sindicatos - mais importantes na construção do partido. A Igreja realizava, extra-oficialmente, pelo menos três tarefas básicas: na fase inicial, formando diretórios, e posteriormente, agindo nas próprias campanhas eleitorais dos candidatos petistas e até em cargos de direção do partido.¹²

- *parlamentares:*

Wagner Benevides (Sindicato dos Petroleiros, Belo Horizonte, MG), João Paulo de Vasconcelos (Sindicato dos Metalúrgicos, João Monicvade, MG). Segundo MENEGUELLO (1989: 58, 59), esta "concentração dos líderes do novo sindicalismo em São Paulo fez em boa medida com que se confundisse a organização do PT em âmbito nacional com a organização do partido no Estado".

¹⁰LEÔNCIO RODRIGUES, "A Composição Social das Lideranças do PT", in *Partidos e Sindicatos*, p. 11. Por sua vez, KECK (1991: 97) ainda afirma que os líderes sindicais, principalmente do PCB, sentiam "que o radicalismo do PT e dos sindicatos que o apoiavam poderia pôr em risco o processo de transição negociada. Do seu ponto de vista, a melhor alternativa era continuar militando no interior do MDB e do seu sucessor, o PMDB, para, finalmente, trabalhar pela legalização do próprio PCB".

¹¹CUT - Central Única dos Trabalhadores. Órgão de representação sindical ao nível nacional, criado em agosto de 1983 por ocasião do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) em São Bernardo do Campo, SP. Uma idéia da magnitude da relação PT-sindicato pode ser vista nas Assembleias Legislativas dos estados. Dos deputados estaduais do PT, apesar de 51,5% terem declarado que não possuem vínculo nenhum com a sociedade civil, cerca de 30% declararam que obtiveram apoio de sindicatos [v. Anexo 12]. Além disso, 57,1% dos deputados federais eleitos em 1990 eram "sindicalistas". Outros 11,6% estavam na categoria profissional de "advogados" e 8,6% eram "professores" [v. Anexo 11].

¹²LEÔNCIO RODRIGUES (1990) alerta que este apoio da Igreja é pouco destacado nas análises sobre o PT ("é o seu lado sindical que aparece em primeiro plano").

A filiação de emedebistas só ocorreu em 1980, “quando uma disputa sobre eleições internas no MDB de São Paulo fez com que alguns membros da tendência popular sentissem que estavam sendo marginalizados da liderança do partido”. Os parlamentares que aderiram ao PT, segundo Meneguello, foram: Geraldo Siqueira, Irma Passoni, Sérgio Santos, Marco Aurélio Ribeiro, João Batista Breda, Eduardo Suplicy, Aírton Soares.¹³

Estes parlamentares trouxeram uma ajuda vital: recursos financeiros, infraestrutura básica (automóveis, salas, serviços postais e telefônicos, auxílio jurídico), ampliação das bases (movimento estudantil, urbano, populares, de classe média), defesa institucional dos interesses representados no partido.

- *intelectuais/professores:*

O papel preponderante dos intelectuais foi o de contribuir no aprofundamento ideológico e político da proposta petista, além de participar ativamente na organização interna, na assessoria de seus quadros e, pelo fato de sua evidência na mídia, “popularizar” o PT. Os principais nomes - ligados à centros de pesquisa e universidades - são: Francisco Weffort¹⁴, José Álvaro Moisés, Roque Aparecido da Silva, Fábio Munhoz, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Vinicius Caldeira Brant. Além destes há ainda muitos professores do magistério e membros de associações da classe.¹⁵

- *organizações de esquerda:*

¹³MARGARETH KECK, *PT: A Lógica da Diferença*, p. 100. A “tendência popular” do MDB era um agrupamento de políticos ligados aos movimentos sociais e aos sindicatos. Os únicos parlamentares que se filiaram ao PT já em 1979 foram Edson Khair (RJ) e Antonio Carlos Oliveira (MS).

¹⁴Atual Ministro da Cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso.

¹⁵Nas eleições de 1986, por exemplo, os professores representavam 19,6% do total de candidatos petistas para a Câmara Federal e 25,2% para a Assembleia Legislativa de São Paulo. Os metalúrgicos representavam, respectivamente, 11,4% e 18%. Entre os 16 deputados da bancada federal do partido eleita em 1986, 5 eram professores. [Fonte: LEÔNICIO RODRIGUES, “A Composição Social das Lideranças do PT”, in *Partidos e Sindicatos*, p. 20 - 22]

Grupos de esquerda identificados geralmente com uma doutrina marxista rígida. Exemplos destas formações: Convergência Socialista (CS), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Liberdade e Luta (LIBELU), Ação Popular (AP), Política Operária (POLOP). Alguns foram extintos, outros absorvidos pelas inúmeras tendências que se organizariam no PT (em alguns casos, acabaram transformando-se em "partidos dentro do partido"¹⁶).

• *movimentos sociais:*

O PT, desde sua origem, tem sido um caminho natural para estes movimentos. Além de organizações da Igreja, movimentos de negros, indígenas, feministas, associações de bairro, "sem-teto", "sem-terra", pacifistas, etc, compõem uma cadeia regular de relações com o partido.

A função do PT, portanto, é a de articular a organização de parcelas da sociedade civil, principalmente os setores antes marginalizados, com a canalização progressiva de suas demandas para o espaço público. Uma posição, definida por Keck (1991), como "esquizofrênica"!

A persistente separação entre as esferas da ação social e política no Brasil colocava o PT numa espécie de posição esquizofrênica entre as duas. Dentro da sociedade civil, ele se dedicava a fortalecer os atores sociais cujo recurso político mais potente era a capacidade de confronto; dentro das instituições políticas, seu trabalho era expandir o espaço político disponível para integrar a participação e as demandas populares de maneira regulada.¹⁷

Pelo lado de sua organização interna, a proposta petista é inovadora, sendo reconhecida como parâmetro por muitos estudiosos da política partidária

¹⁶É o caso, por exemplo, da Convergência Socialista, expulsa do PT em 1992.

¹⁷MARGARETH KECK, *PT: A Lógica da Diferença*, p. 276.

brasileira. Seu mérito é ter pensado mais a frente do que lhe permitia a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Por exemplo, além dos órgãos estabelecidos por esta lei (de deliberação, de direção, de ação parlamentar, de execução e de cooperação) o PT achou por bem tratar, como um "sexto tópico", os seus órgãos de formação política (*Fundação Wilson Pinheiro, Instituto Cajamar, Fundação Nativo da Natividade*). A natureza, a organização e os objetivos destes órgãos demonstram a preocupação do partido com a "conscientização" de seus quadros e de sua militância.¹⁸ Numa análise mais abrangente, a finalidade central destas iniciativas tem relação com a própria constituição do PT e com o cotidiano de sua relação com as bases.

... a novidade que o PT estabelece ao nível organizacional e estatutário é o fato de procurar traduzir no seu perfil formal uma proposta de funcionamento mais democrático, definida pelo estabelecimento de mecanismos de maior ligação entre as bases e o partido.¹⁹

A origem social do PT favorecia o estabelecimento desta disposição bases-partido. Os instrumentos mais precisos para dar bom termo a esta tarefa foram, sem dúvida, os *núcleos de base*.

Os *núcleos de base* não são órgãos estabelecidos pela LOPP e não figuram nos estatutos de qualquer outro partido político. São concebidos como *locus* de organização democrática partidária de base e de educação política, e sua composição é dada por filiados de um mesmo domicílio eleitoral, organizados segundo local de moradia, categoria profissional, local de trabalho ou movimentos sociais. (...) Em linhas gerais, o perfil dos núcleos de base procura traduzir a essência da atividade partidária petista: uma atividade permanente, com reuniões regulares, fundada na militância de seus

¹⁸MOACIR GADOTTI e OTAVIANO PEREIRA. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Cortez, 1989, p. 73 e p. 200-215.

¹⁹RACHEL MENEGUELLO, *PT a formação de um partido*, p. 90. (grifo da autora)

membros, e que dá preferência às ligações com os movimentos sociais frente às atividades especificamente eleitorais.²⁰

Além dos núcleos, o PT procurou desde o início formalizar secretarias e sub-secretarias, muitas das quais relacionadas com alguns dos movimentos sociais formadores do partido. Em seu organograma nacional, por exemplo, o PT apresenta as secretarias: *de Formação Política, de Relações Internacionais, de Política Agrária, de Movimentos Populares, de Assuntos Institucionais, de Imprensa e Comunicação, Sindical* (ligadas diretamente à *Secretaria Geral*); *de Filiação e Nucleação, Jurídica* (ligadas à *Secretaria de Organização*); *de Política Financeira, de Administração Financeira* (ligadas à *Secretaria de Finanças*).²¹ O PT desenvolveu ainda outras formas de articulação “fora do âmbito estatutário”. Por exemplo: os *Internúcleos* e os *Conselhos Consultivos de Representantes de Núcleos*.

Outro destaque é sua intensa atividade de comunicação e divulgação, tanto interna como externa, através de publicações, jornais, circulares, resoluções de congressos, encontros, seminários, publicações parlamentares, etc. Entre estes podemos citar: *Jornal dos Trabalhadores, Boletim Nacional do PT, PT São Paulo, Cadernos de Teoria e Debate*, etc. Ainda devemos ressaltar a espontaneidade e a fidelidade da *militância* petista, principalmente durante as campanhas eleitorais.

²⁰RACHEL MENEGUELLO, *PT a formação de um partido*, p. 92. (grifo da autora) Como vimos, a idéia dos núcleos, “originalmente” petista, foi adotada também pelo PSDB. No caso do PT, CICONE relata que a conclusão do V Encontro Nacional (1987) apontava que os núcleos “começavam a entrar em decadência”. Uma das principais causas desta situação, constatado neste Encontro, foi o descompasso entre o “esforço de intervenção na conjuntura através de campanhas gerais” (a participação eleitoral!) e uma “política clara de reforço, politização e expansão da nucleação”. Novamente, falta-nos dados para medir a efetividade atual dos núcleos do PT. [v. REINALDO CICONE, *Da Intenção ao Gesto*, p. 137-140]

²¹MOACIR GADOTTI e OTAVIANO PEREIRA. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Cortez, 1989, p. 76.

Além destes vários mecanismos de articulação basista, o PT é formalmente dividido em inúmeras tendências. Baseados em artigo da *Folha de S. Paulo*, apresentamos estas tendências e algumas de suas lideranças.²²

Tabela IV - Tendências e Lideranças do PT

Bloco²³	Tendência	Representantes
	• Democracia ²⁴ Radical (direita)	Dep. Fed. José Genoíno (SP) Dep. Fed. Eduardo Jorge (SP) Dep. Fed. Milton Temer (RJ) Sen. Marina Silva (AC)
Unidade e Luta ²⁵ (centro)	• Articulação	Luiz Inácio Lula da Silva (pres. do PT) Clara Ant (integrante da Executiva) Aloizo Mercadante (2º vice-presidente) Marco Aurélio Garcia (secr. de Ass. Internacionais) Telma de Souza (secr. de Assuntos Institucionais) Gilberto Carvalho (secretário geral) José Dirceu (membro do Diretório Nacional)
	• Independentes	Dep. Fed. Paulo Delgado (MG) Sen. Eduardo Suplicy (SP)

continua

²²Quem é quem no PT, *Folha de S. Paulo*, 15.05.1995. A configuração apresentada na Tabela IV é a mais atualizada que pudemos conseguir. Passado quase um ano, logicamente, algumas alterações devem ter ocorrido (principalmente com relação aos cargos e funções atribuídas). No entanto, a tabela nos dá uma interessante visão sobre as divisões internas ao PT. [A maioria das notas sobre os blocos e tendências constantes nesta tabela foram retiradas de: REINALDO CICONE, *Da Intenção ao Gesto*, p. 90 e 91.]

²³De acordo com CICONE, estes blocos foram constituídos nos debates preparatórios para o VIII Encontro Nacional do PT (1993) quando a sua maior tendência até então - *Articulação* - "rachou".

²⁴*Democracia Radical*: partidários de um "estado de bem estar social, democrático e respeitador dos indivíduos, de seus direitos e desejos. Próximo a algum tipo de social-democracia liberal" (?).

²⁵*Unidade e Luta*: bloco de "tendência à direita da antiga Articulação"; seus militantes são favoráveis a um "Estado mais distributivista, que através de determinadas políticas públicas pretende uma melhor distribuição de renda e uma conseqüente democratização econômica e social".

Tabela IV - [continuação]

Bloco	Tendência	Representantes
Opção de Esquerda ²⁶ (centro-esquerda)	• Democracia Socialista	Dep. Fed. Miguel Soltadelli Rosseto (RS) Tatau Godinho (secretária de Organização) João Machado (secretário de Formação Política)
	• Articulação de Esquerda ²⁷ (A Hora da Verdade)	Rui Falcão(1º vice-presidente) Sonia Hypólito (secretária de Movimentos Populares) Hamilton Pereira (secretário de Política Agrária) Dep. Fed. Luciano Zica (SP) Cândido Vacarezza (pres. do Dir. Municipal de SP)
	• Vertente Socialista	Lauro Câmara Marcondes (secretário de Finanças)
		Vertente Socialista (Fórum do Interior - SP)
• Independentes da Opção de Esquerda	Dep. Fed. Jaques Wagner (líder de bancada, BA) Dep. Fed. Tilden Santiago (MG)	
Na Luta PT ²⁸ (extrema esquerda)	• Força Socialista ²⁹	Dep. Fed. Ivan Valente (SP) Jorge Almeida (Diretório Nacional, BA)
	• Brasil Socialista	Bruno Maranhão (Diretório Nacional, PE)
	• O Trabalho ³⁰	Markus Sokol (secretário Nacional de Comunicação)
	• Movimento Tendência Marxista (MTM)	Vera Gomes (secretária de Assuntos Sindicais)
	• Independentes ³¹	Luis Eduardo Greenhalgh (3º vice-presidente)

²⁶Opção de Esquerda: “defende um Estado mais intervencionista, com maior controle sobre a economia, que pretende transformar, mais claramente que os blocos anteriores, a sociedade em direção ao socialismo, mas que também propõe políticas imediatas”.

²⁷Junto com a Democracia Socialista, esta é a maior tendência deste bloco. A Articulação de Esquerda, cisão à esquerda da antiga Articulação, foi criada a partir do manifesto *A Hora da Verdade*.

²⁸Na Luta PT: tendências cuja união se dá em torno da proposta de um Estado “voltado para a ruptura com o capitalismo... Para os seus integrantes, gerir a crise capitalista não interessa e, portanto, o PT não deve se preocupar com isto, mas com o devir” (grifo do autor). Este bloco foi prejudicado, no VIII Encontro, pelas negociações entre os demais que conseguiram “garantir, por maioria folgada, a aprovação de suas propostas”.

²⁹Agrupa ex-ativistas do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e da Ação Popular (AP). [v. PT completa 15 anos sem definir seu perfil. *Folha de S. Paulo*, 05.02.1995]

³⁰Reune alguns remanescentes do movimento estudantil da década de 70 (do grupo Liberdade e Luta, LIBELU).

³¹Fazia parte desta tendência o sociólogo Florestan Fernandes, falecido em 1995.

No que diz respeito a sua história eleitoral, o desempenho petista tem sido ascendente e gradativo.

Se nas eleições de 1982 seus resultados foram pífios³², hoje a concorrência petista é mais do que sólida. Sua máquina eleitoral já demonstrou ter condições reais de levar o PT a vitórias expressivas. Nas eleições municipais de 1988, por exemplo, elegeu 36 prefeituras - entre capitais (São Paulo, Porto Alegre, Vitória) e metrópoles regionais (Campinas, Santo André, São Bernardo, Diadema, Piracicaba) - com 1007 vereadores. Em 1992, conquistou a prefeitura de 56 cidades sendo 2 capitais (Porto Alegre e Belo Horizonte). Estas administrações municipais lhe trouxeram ensinamentos valiosos.

[O PT] Teve que aprender, na prática e aceleradamente, o exercício da transposição de suas grandes bandeiras gerais em projetos políticos concretos, capazes de afirmar a sua vocação de instrumento de luta por uma nova hegemonia na sociedade brasileira.³³

Também no âmbito federal a consolidação do PT é facilmente perceptível. A vitória apertada de Fernando Collor na eleição presidencial de 1989, um outro segundo lugar na eleição de 1994 e a evolução quase geométrica de sua bancada na Câmara e no Senado justificam esta afirmação.³⁴

³²O PT conseguiu eleger: 8 deputados federais (6 em São Paulo, 1 no Rio de Janeiro, 1 em Minas Gerais); 12 deputados estaduais (9 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais); 2 prefeituras (Diadema, SP e Santa Quitéria, MA) e 117 vereadores (sendo 78 paulistas). Em 1982 o partido não elegeu nenhum senador ou governador. [v. RACHEL MENEGUELLO, *PT: A Formação de um partido*, p. 125]

³³LEO LINCE, "O Modo Petista de Lutar no Parlamento", in *1994: Idéias para uma Alternativa...*, p. 98. O autor, nesta citação, refere-se especificamente às eleições de 1988. Acreditamos que seu comentário pode ser estendido para todas as eleições nas quais o PT participou.

³⁴No segundo turno da eleição presidencial de 1989, Fernando Collor ficou com 42,7% dos votos (cerca de 35 milhões) e Lula com 37,8% (31 milhões). Sobre a composição da bancada federal petista v. Anexo 9.

No entanto, este crescimento eleitoral trouxe à tona um antigo desafio: abafar a tensão (tantas vezes incongruente) entre as bancadas/administrações e os quadros dirigentes.³⁵ A origem deste problema remonta à origem do próprio partido.

O PT nasceu desconfiando do Estado.(...) A avaliação de que o centro das decisões políticas não estava no parlamento - substituído pela subordinação ao Executivo autoritário - trazia consigo a definição de que o papel do deputado petista deveria ser desempenhado, fundamentalmente, fora do parlamento. Sempre acompanhado do alerta de que não deveríamos nos habituar a essa máquina e de que o nosso papel, no seu interior, deveria ser não só de oposição, mas de contestação: não vender ilusões de que no parlamento se exercitava o livre jogo democrático.³⁶

Finalmente, no intuito de mostrar que esta “desconfiança” ainda perdura em alguns ambientes petistas, Leo Lince relata que

A definição, em limites bastantes estreitos, da autonomia relativa das bancadas ainda se dá num clima fortemente marcado pela desconfiança no institucional. Tal definição se faz, nesse quadro, pela negação: as bancadas não são órgãos deliberativos, como são as plenárias; não são órgãos de direção, como são os diretórios; não são os órgãos de execução, que são os núcleos. Logo, a ação parlamentar deve ser fixada pela direção, que também indica a composição das assessorias.³⁷

Ou ainda,

As bancadas são consideradas boas, mas não se consegue, na organicidade partidária, um espaço habitável para os mandatos parlamentares, que sempre são considerados como acima, abaixo ou à margem do partido. (...) Nesse plano [das definições mais gerais], dois temas adquirem vulto no debate interno petista. Um deles é o da concepção de partido, onde se

³⁵Dois exemplos recentes destes choques: 1) o rompimento com Jacó Bittar (petista histórico, então prefeito em Campinas), em 1991, por causa de divergências com o diretório municipal; 2) a polêmica de José Genoíno e Eduardo Jorge (deputados federais e membros da corrente *Democracia Radical*) com a Executiva Nacional do PT (em torno de questões “táticas” e da reforma constitucional) [v. PT recua e desiste de punir deputados, *Folha de S. Paulo*, 15.05.1995].

³⁶LEO LINCE, “O Modo Petista de Lutar no Parlamento”, in 1994: *Idéias parar uma Alternativa...* p. 91, 93 e 94.

³⁷LEO LINCE, “O Modo Petista de Lutar no Parlamento”, in 1994: *Idéias parar uma Alternativa...*, p. 94.

confrontam as idéias de partido de expressão, partido dirigente e partido de interlocução. O outro é o que coloca... a seguinte indagação: qual é o papel da via institucional na concepção geral de construção de alternativas de poder?³⁸

Em seus aspectos ideológicos (em grande parte pelo número excessivo de tendências) torna-se difícil definir um perfil único para o PT. De forma breve, devemos ressaltar que a maioria de seus quadros defende algum tipo de concepção socialista, esteja ela no campo de uma "social-democracia de esquerda" ou na extremidade da mais pura ortodoxia marxista.

Como corporação una, o PT pode ser caracterizado como um partido de massa, democrático, de origem classista, com voz nos movimentos sociais. Situado à esquerda do espectro partidário brasileiro e com alguns segmentos "desradicalizados" pelas eleições, ainda hoje - com grande dificuldade em precisar este adjetivo - se coloca como *socialista*.

Esta problemática - sobre o *socialismo petista* - não é recente. No seu estudo sobre o PT, Keck (1991) nos apresenta uma conclusão que resume bem a "essência" desta questão.

Embora sempre tenha se definido como um partido socialista, o PT resistiu aos esforços das suas facções mais doutrinárias de classificar-se como marxista-leninista, ou mesmo marxista. Ao mesmo tempo, *seus líderes expressaram profundas dúvidas sobre os perigos de o PT se tornar um partido social-democrata*, o que, segundo eles, representa uma abordagem legalista para com as reformas legislativas vindas de cima, sem envolver as massas organizadas na participação do processo de mudança política e social. *Esta última preocupação reflete um elemento profundamente antiestatista na autodefinição do PT...*, refletindo tanto as suas origens como o seu desejo de diferenciar-se dos modelos disponíveis de socialismo.

³⁸LEO LINCE, "O Modo Petista de Lutar no Parlamento", in 1994: *Idéias para uma Alternativa...*, p. 100.

(...) Em essência, a visão que o PT faz do socialismo é um conceito radical de democracia.³⁹

Após o *debut* das urnas e de suas primeiras experiências de governo, o que o PT enfrenta atualmente é a “reta final” de sua maturação política. De *partido “do contra”* para o atual *partido da oposição*, mas com vistas a *partido de situação*: os dissabores são parte deste processo.

Nosso intuito, a seguir, é contribuir nesta discussão com a análise documental do PT.

b. Documentos Partidários: PT

Em seu discurso na Primeira Convenção Nacional, Lula se reportava a vários temas: um balanço dos três anos de discussões para a formação do PT, a separação entre sindicalismo e política partidária, o processo preparatório para a criação da CUT, a luta pela reforma agrária, a relação entre o partido e os movimentos populares, a repressão, o PT nas eleições e, por fim, o socialismo “que o PT quer”.

Sobre este último, o orador propunha algumas questões.

Qual é a ideologia do PT?(...) Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? (...) A grande pergunta é: qual socialismo? (...) Estamos por acaso obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país?⁴⁰

³⁹MARGARETH KECK, *PT: A Lógica da Diferença*, 279, p. 281. (grifo nosso)

⁴⁰É interessante perceber que as observações posteriores (de Lula) sobre estas perguntas praticamente não as respondem. Está presente no discurso do petista a concepção da *inevitabilidade do socialismo* (“nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo”), mas também a idéia do que chamamos de “*socialismo pela negativa*” (“...nem está em nosso horizonte adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar [sua] crise [e] ...não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo”). O discurso encerra com uma frase famosa: “o socialismo

Estas são, em parte, também as nossas dúvidas. Seria o PT um partido social-democrata ou trabalhista "a mais"? Fazemos esta pergunta de posse de alguns documentos petistas.

. *Manifesto e Programa (1980, 1981)*⁴¹

O *Manifesto de Fundação* do PT é um documento curto, baseado em apenas três itens: *Nascendo das Lutas Sociais* (onde se explica a necessidade do Partido dos Trabalhadores), *Por um Partido de Massas* (identifica a natureza do partido e defende a emancipação das massas populares) e *Pela Participação Política dos Trabalhadores* (defende a democratização do país, os direitos trabalhistas, a autonomia política dos trabalhadores e a independência sindical em relação ao Estado e aos partidos)

Em seu conteúdo fica claro que o PT de 1981 tem um discurso essencialmente *classista* e *anti-capitalista*. Colocava-se como um partido "amplo e aberto", mas somente para "aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com seu programa". A idéia de *povo* é muito abstrata e, em consonância com o restante do documento, está mais próxima ao sentido de *classe*. Além disso, o documento insere uma visão um tanto quanto maniqueísta de sociedade (o eterno embate entre explorados e exploradores!).

que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT". Passado mais de dez anos, o PT se construiu, mas o *socialismo petista* ainda é uma incógnita. [v. Discurso de Lula, I Convenção Nacional do PT, 1981, principalmente o item *Rumo ao Socialismo Democrático*]

⁴¹*Documentos Básicos do Partido dos Trabalhadores: Manifesto, Programa, Estatuto, Discurso da I Convenção Nacional/81*, São Paulo, 1990. Não trataremos do Estatuto do PT em virtude de já termos enumerado algumas inovações, presentes neste documento, ao analisarmos a organização interna do partido [v. acima]. Segundo o encarte, o Manifesto é datado em 22.03.1980. Por sua vez, o Programa e o Estatuto foram aprovados na I Convenção do PT, em 1981.

O *Programa do PT* retoma temas constantes do seu manifesto (desenvolvimento da proposta de partido, democracia, descentralização do poder, aumento da participação, relação com os movimentos sociais, direitos trabalhistas, reforma agrária, etc) e soma outros (alimentação, saúde, educação, cultura, internacionalização do capital, desenvolvimento regional, minorias, política de alianças, política internacional, democracia interna). Da mesma forma que se repete o teor classista e anti-capitalista, o programa também adota como tônica a antítese entre explorados e exploradores.

Contudo, quatro aspectos nos chamaram a atenção.

Primeiro, o destaque dado aos temas da *democratização do Brasil* (fruto da própria situação à época) e da *reforma agrária*.

Segundo, as referências que foram deixadas *abertas* e que demonstram o conflito inicial entre o *PT-movimento* e o *PT-partido*.

[Sobre o partido]... nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. (...) [Sobre o programa] O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais. (...) Este programa deve ser aprofundado de modo permanente pelos membros do PT e detalhado pela prática dos trabalhadores...⁴²

Terceiro, o programa *não faz nenhuma menção a qualquer proposta socialista*, mas muitas vezes dá a impressão de que esta vem implícita em suas linhas.

Quarto ponto (também válido para o manifesto), o que temos a inferir é o esperado: *não se identifica nenhuma proposta social-democrata em seu conteúdo*.

⁴²*Programa de Fundação/1981*, p. 8-11.

. Resoluções do Primeiro Congresso do PT (1991)

Como dissemos anteriormente, o PT é um partido rico em publicações. Tal característica nos dá um infinidade de opções de análise.

No entanto, optamos pelo estudo das *Resoluções do Primeiro Congresso do PT* em virtude de uma série de fatores. Sua data é recente: dezembro de 1991. A conjuntura no momento de sua realização é muito interessante: o Leste Europeu, a queda do Muro de Berlim e tudo que estes fatos representaram, apesar de já devidamente assimilados, mantinham o PT ainda sob seus efeitos. E o fator mais relevante: pelo que significou este congresso no que diz respeito à *discussão do socialismo* no interior do partido.

Sobre este último tema, afirma Cicone (1995), ao fazer um balanço sobre os *Encontros Nacionais* do partido

Na verdade, a idéia de socialismo, apenas embrionária nos primeiros documentos, passa a ser cada vez mais elaborada a partir do V Encontro [1987]. No VI [1989], esta discussão tem um caráter especial, uma vez que foi realizada em plena campanha para presidência da república. O VII Encontro Nacional [1990] discutiu e aprovou uma resolução proposta pelo Diretório Nacional, remetendo esta discussão para o I Congresso.⁴³

Basicamente, no *V Encontro Nacional*, a concepção de socialismo do PT, apesar de mais clara do que no primeiro e menos revolucionária do que nos encontros anteriores, ainda pendia para o lado da “conquista do poder” e da “socialização”.

Afirmava-se a necessidade de articular a luta cotidiana e a luta mais geral pelo socialismo. Havia dois momentos estratégicos nesta luta. Em primeiro lugar, a conquista do poder político e, em segundo lugar, a construção do socialismo a partir das condições materiais deixadas pelo capitalismo.(...) O

⁴³REINALDO CICONE, *Da Intenção ao Gesto*, p. 160.

documento afirmava ser possível socializar as grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, as grandes empresas comerciais e de serviços, e os bancos, transformando-os em empresas estatais ou coletivas. Ressaltava-se a importância das pequenas e médias empresas, e a necessidade de permitir a existência de uma “pequena economia mercantil”, de forma que o seu desenvolvimento “natural e contraditório” conduzisse à sua transformação socialista.⁴⁴

No *VI Encontro Nacional* o tema se obscurece sob a sombra da campanha presidencial. A maior preocupação dos petistas estava na perspectiva real de vencer em 1989 e não na discussão sobre o socialismo. Mesmo assim, ela aparece nas resoluções finais. Estas *não descartam a necessidade da revolução* e demonstram, mais uma vez, que a concepção de socialismo do PT está muito centrada *em negar outras vertentes políticas*.

No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único.(...) O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de “capitalismo popular” no país. Ao contrário, através de um processo simultâneo de acúmulo de força, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores, criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil.(...) ... a implantação da globalidade de um Programa Democrático e Popular só pode ocorrer com a revolução socialista.⁴⁵

No *VII Encontro Nacional*, foram lançados treze pontos que pretendiam melhor situar o *socialismo petista*.⁴⁶

⁴⁴REINALDO CICONE, *Da Intenção ao Gesto*, p. 161-163.

⁴⁵*Resoluções do VI Encontro Nacional*, 6 e 26.

⁴⁶Os números seguintes, entre parêntesis, indicam a resolução do VII Encontro Nacional a qual o assunto se refere. Foi feito da mesma forma, só que entre colchetes, para as resoluções do Primeiro Congresso.

Reafirmava-se o caráter democrático do PT (1), o seu compromisso interno com a democracia (2), o seu "pluralismo ideológico-cultural" (3) e o seu anti-capitalismo(4)⁴⁷.

Fazia-se, ainda, a crítica à social-democracia (5) e ao "socialismo real" (6)⁴⁸. Afirmava-se a necessária "*construção progressiva da nossa utopia concreta*, isto é, a sociedade socialista pela qual lutamos" (7)⁴⁹.

Além disso, diante dos novos desafios da disputa política - que se dava "no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas" - avaliava-se a decorrente necessidade de tornar explícita a "alternativa histórica" e as "definições estratégicas" do PT (8).

A pergunta "qual socialismo" era refeita (9) para tentar respondê-la nos pontos seguintes: descarta-se a tese da inevitabilidade do socialismo (10); utiliza-se, no plano econômico, o conceito de "propriedade social dos meios de produção" (11)⁵⁰; adota-se, no plano político, uma proposta socialista que não só "conserva", mas "amplie as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista" (12)⁵¹. Finalmente, encerra-se o documento reconhecendo que o PT "tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social" (13).

⁴⁷Neste item (4) o documento assume a "pouca definição" do partido em relação ao socialismo: "Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era na sua origem nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, ... só fizeram confirmar nossa opção anti-capitalista e rebastecer os compromissos transformadores do PT".

⁴⁸"O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo".

⁴⁹Os motivos apresentados para esta "decisão": "Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos". (grifo do documento)

⁵⁰"Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal, etc) que a própria sociedade democraticamente decidir".

⁵¹"Instrumentos de democracia direta... deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular..."

O aprofundamento sobre estas treze resoluções - aprovadas no VII Encontro Nacional - e as tarefas de discutir e votar as oito teses apresentadas, foram protelados para o Primeiro Congresso. Em termos conclusivos podemos dizer que estes Encontros Nacionais mostram o compromisso do PT com a democracia - um *partido democrático* - mas também a *ambiguidade de suas posições como um partido que se coloca como socialista*.

O Primeiro Congresso, por sua vez, tem um duplo sentido: é uma espécie de *desembocadura* desta história de "indefinição socialista" e, ao mesmo tempo, o *ponto de partida efetivo* deste "gigantesco esforço", proposto no VII Encontro, para definir *qual socialismo é o petista*.

As *Resoluções do Primeiro Congresso do PT* apresentam três tópicos que tratam, cada um, de seu tema-título: *Socialismo, Partido e Conjuntura*.

Um dos temas que mais polarizou as discussões neste congresso foi, logicamente, o *socialismo*.⁵² Ao analisar as tendências e propostas surgidas para o congresso, Petit (1992) salienta que

Todas las tendencias del PT se pronuncian en favor del socialismo democrático. Las divergencias comienzan a la hora de concretar qué se entiende por democracia o por socialismo.⁵³

No debate sobre a *democracia*, ainda segundo o autor, assim se dividiram algumas das propostas do congresso

⁵²A parte sobre o *Socialismo* é a mais longa, com 170 itens. O *Partido* ocupou 115 itens e a *Conjuntura* apenas 15. Em virtude da extensão do documento, nos deteremos apenas em alguns aspectos do tópico sobre *Socialismo*.

⁵³PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad*, 121, p. 70.

Articulação y Nova Esquerda-Vertente Socialista, vislumbran el socialismo democrático como el sistema político en el cual estén reconocidas las más amplias libertades civiles y políticas, la legitimación mayoritaria del poder político, el pluralismo partidario y la posibilidad de alternancia en el poder.(...) Convergencia Socialista distingue la democracia socialista de la democracia basada en el sufragio universal. (...) Força Socialista-Tendência Marxista defiendem una alternativa intermedia: la democracia socialista ha de basarse en formas representativas y consejistas con consultas directas a la población.⁵⁴

Sobre o *socialismo*, as divergências foram mais evidentes. Praticamente todas as tendências reconheceram a herança negativa deixada pelas experiências na ex-URSS para os “partidos y organizaciones que aspiran a construir una sociedad socialista”. No entanto, os diagnósticos variavam.

A Convergência Socialista,

... rechazando que los acontecimientos del Este europeo presupongan la derrota histórica del socialismo e indicando que el estalinismo no puede considerarse una variante del socialismo o del marxismo, señala que quien salió derrotado fue: “... un régimen político de una casta social basada en la opresión y tiranía sobre los propios trabajadores para mantener sus enormes privilegios. Para ello usurpó las banderas del socialismo y del comunismo”.⁵⁵

A Articulação, a Nova Esquerda e a Vertente Socialista,

... no se limitan solamente a responsabilizar a Stalin y/o la burocracia soviética por el desastre del socialismo en los países del Este europeo. El problema comienza con el modelo político instaurado por los bolcheviques a partir de la Revolución de Octubre, partido único, identificación

⁵⁴PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad* 121, p. 70 - 71. O nome de algumas teses apresentadas e as tendências respectivas foram: *Por um Brasil Democrático e Popular* (Articulação), *Um Projeto para o Brasil* (Nova Esquerda + Vertente Socialista), *Um Rumo Revolucionário para o PT* (Democracia Socialista), *Por um PT Socialista e Revolucionário* (Força Socialista + Tendência Marxista), *Em defesa do PT das Origens, por um Umbral Socialista* (Convergência Socialista), *Em defesa do PT* (O Trabalho).

⁵⁵PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad* 121, p. 71. [O autor cita a Tese da Convergência Socialista, p. 30]

partido/Estado. ausencia de libertad política y sindical: "... todo aquello, en fin, que fue conocido como dictadura del proletariado".⁵⁶

Para Força Socialista e Tendência Marxista,

"El stalinismo representó una contrarrevolución que liquidó la Revolución de Octubre [mas] deben de ser también considerados (...) los errores acumulados por los bolcheviques que abrieron las brechas para la cristalización burocrática".⁵⁷

Com respeito à *social-democracia* o autor ressalta que, apesar de todas as tendências dedicarem "algunas líneas de sus tesis a separarse de la socialdemocracia", as discrepâncias entre estas continuaram.

Numa comparação entre as teses da Articulação e da Nova Esquerda e Vertente Socialista, pode-se perceber que

... a nivel estratégico se aprecia una manifiesta opción de los militantes de Nova Esquerda y Vertente Socialista en pro de una vía absolutamente electoral/institucional. Articulação, por el contrario, considera que el camino al socialismo no será acumulativo o lineal, la ocupación de las instituciones del Estado y la consolidación de la hegemonía de la clase obrera y las masas populares tendrán que pasar también por inevitables rupturas políticas con el orden establecido.⁵⁸

No entanto, a Democracia Socialista, a Força Socialista e a Tendência Marxista, procuraram mostrar durante o congresso

...la incoherencia de la estrategia propuesta por la tendencia mayoritaria del partido [Articulação] y la práctica reformista-electoralista desarrollada, según estas tendencias, por la Articulação en la conducción del PT.⁵⁹

⁵⁶PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad* 121, p. 71. [Tese da Articulação, p. 83]

⁵⁷PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad* 121, p. 71. [Tese da Força Socialista/Tendência Marxista, p. 72]

⁵⁸PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad* 121, p. 72.

⁵⁹PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad* 121, p. 72.

Por fim, a Convergência Socialista que, baseada na experiência chilena e no próprio caso brasileiro, afirmava a impossibilidade de “reformular politicamente e económicamente el capitalismo y, de reforma en reforma, alcanzar el socialismo”.⁶⁰

Dois outros aspectos do congresso arrolados por Petit: a *inspiração eurocomunista* (“que pretendía... escapar de la dicotomía reforma/revolución, aspirando a alcanzar el socialismo a partir de la progresiva ocupación de las instituciones políticas del Estado”) e a *influência gramsciana* (“como muestra la reiterada utilización de las categorías conceptuales... hegemonía, sociedad civil, bloque histórico, etc”).⁶¹

Vale citar que a tese apresentada pela Articulação recebeu 46,13% dos votos dos delegados sendo adotada como tese-guia para as emendas.

O documento final aprovado, no entanto, reflete este extenso rol de posições entre tendências. De forma geral, ele trata sobre a situação internacional, as desigualdades sócio-econômicas, sobre ecologia, a política latino-americana, o “novo internacionalismo”, sobre o “socialismo real”, leste europeu, o socialismo do PT, a social-democracia, a disputa por hegemonia e sobre o “Brasil que queremos transformar”.

No que diz respeito às proposições que se referem as reivindicações imediatas dos trabalhadores, o programa apresenta algumas similaridades com a causa social-democrata. Propõe, por exemplo, *melhorias nas condições de trabalho* [35, 36]...

... o trabalhador tem vendido a sua saúde (insalubridade como adicional de salários) ao invés de lutar pela despoluição dos locais de trabalho e dos

⁶⁰PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad* 121, p. 71. [Tese da Convergência, p. 32]

⁶¹PEDRO PETIT. Primer Congreso del PT. *Nueva Sociedad* 121, p. 71. “La ‘lectura’ eurocomunista de Nova Esquerda-Vertente Socialista parte del presupuesto de considerar al Estado una institución políticamente neutra por encima de las clases ‘... es un error oponer movimiento social y acción transformadora a partir del Estado’... (...) Para la Articulação, la lucha por la hegemonía política se entiende como la disputa en el terreno institucional y en las entidades y organizaciones representativas de la sociedad civil, con la finalidad de construir un amplio movimiento político dispuesto a modificar las estructuras socioeconómicas”. [O autor cita a Tese da Nova Esquerda/Vertente Socialista, p. 52]

processos de produção, deixando intacta a matriz tecnológica do capital. (...) Os socialistas lançam junto aos sindicatos, e à classe trabalhadora, a luta política pelas tecnologias limpas e um ambiente de trabalho saudável, tanto no aspecto bio-físico-químico, como psicossocial.

... e apresenta a tese da “desmercadorização” da força de trabalho [84]

Os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido que se compromete com a luta pela superação do capitalismo e construção de *uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria*; onde a opressão política ceda lugar a instituições sob controle de toda a sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados...⁶²

No âmbito específico de seu *projeto socialista*, o programa, logo nos primeiros itens, volta a definir o *socialismo petista* como “uma alternativa tanto ao chamado ‘socialismo real’ quanto à social-democracia” [12, 94].

Separaremos puntualmente outras resoluções sobre este assunto.

- É reforçada a posição favorável do PT a um “renovado projeto de socialismo democrático”. [83]
- O debate sobre a “superação dos impasses do socialismo” é balizado por dois pressupostos. O PT é um partido *sem doutrina oficial*, onde tal debate não deve se restringir apenas a sua cúpula dirigente ou aos intelectuais. O PT, mesmo “passando a limpo sua experiência”, reafirma *sua condição de partido socialista* e “não se deixa seduzir pelos discursos que a burguesia divulga... na tentativa... de proclamar a vitória do capitalismo, como forma de organização”. [89, 90]
- O conceito de socialismo é incorporado ao de democracia. [95, 99]

⁶²grifo nosso.

Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. (...) Afinal, 'democracia para nós é, simultaneamente, meio e fim'. Dizer isso implica em recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado. (...) O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas...; onde os mecanismos de democracia representativa, *libertos da coação do capital*, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais.⁶³

- O socialismo do PT, por um lado, pretende "superar a experiência econômica do 'socialismo' real" e, por outro, recusar a lógica do lucro e da exploração presentes no "mercado capitalista". [102]
- O programa entende que se existem *formas diferentes de propriedade*, também existem métodos diferentes de tratar sobre cada uma delas. Entre os vários tipos enumerados (estatal, coletiva, social, pública, particular, mista) a prioridade deve ser dada às propriedades "de caráter social". A propriedade individual, por sua vez, ao invés de abolida, deve ser *limitada* em função de critérios específicos (por exemplo, setor de atividade, lucro gerado, número de empregados, etc). Além disso, o programa diferencia várias *formas de gestão econômica* (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e *de controle social*. Estas diferenciações (de propriedade, de gestão econômica e de controle social) devem ser combinadas visando "estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento" do país. [103]
- O PT defende o "planejamento estatal" ajustado a um "mercado orientado socialmente". [104]

Para que isso aconteça [desenvolvimento econômico, distribuição de renda e fim da supremacia do capital] será necessário *que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de*

⁶³grifo nosso.

*mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação anti-monopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários.*⁶⁴

- O programa, portanto, não descarta o mercado. [105]

O PT recusa a perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado como espaço social da troca, por decreto. O mercado sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, *o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que historicamente possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção.*⁶⁵

- Apesar de ser favorável a “um relacionamento político aberto, franco, crítico e independente” com a social-democracia, o partido declara, de maneira mais elaborada, sua discordância com a mesma. [106, 107, 108, 109]

... o PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira. (...) A política social-democrata, do ponto de vista econômico, está baseada num Estado de Bem-Estar Social, que se apropria de parte do excedente econômico, através de políticas fiscais, e o repassa para políticas sociais destinadas a compensar as desigualdades provocadas pelo mercado. Proposta insuficiente num País como o Brasil [onde existem] enormes demandas populares acumuladas. (...) A adoção das profundas reformas estruturais necessárias ao Brasil supõe uma ruptura radical com a ordem econômica, política e social vigente - o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que politicamente acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo. (...) A proposta social-democrática obteve relativo sucesso nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, quando a burguesia europeia - acossada internamente pelos movimentos operários e preocupada com a expansão do bloco socialista - foi obrigada a aceitar importantes reivindicações políticas e sociais. (...) Hoje podemos dizer que a social-democracia não apenas perdeu a referência socialista como também

⁶⁴grifo nosso.

⁶⁵Esta posição em “defesa do mercado”, como se vê, não é colocada de forma acrítica. Pareceu-nos que, em virtude da situação defensiva da esquerda no mundo, o PT está realizando (se assim podemos classificar) um “recuo estratégico”. Logicamente, como toda estratégia, há de se tomar cuidado com os riscos! [grifo nosso]

*se mostra incapaz de sustentar sua proposta de Estado de Bem Estar Social, imerso na crise fiscal e na regressão política.*⁶⁶

É, enfim, o que gostaríamos de destacar.

⁶⁶grifo nosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

. *Europa e Brasil: A Comparação Limitada*

Retomemos alguns elos de nosso trabalho.

Vimos como a social-democracia europeia, saída da II e III Internacional, ajustada ao keynesianismo e colocada à prova pelos governos de 30, caminhou gradativamente para o *abandono do marxismo*. No entanto, se por um lado *não-marxistas*, os social-democratas, por outro, *mantiveram o discurso socialista*. Por certo um discurso vinculado a uma *prática democrática, reformista e compensatória inserida no contexto do capitalismo*. De forma mais abstrata, uma *ação transformadora ao invés de rompimento com a ordem do capital*.

Além disso, apesar de "*não ser socialismo*", também não podemos concluir que a social-democracia signifique *adesão ao capitalismo*. Pelo contrário, *em termos de proposta, ela consegue estabelecer uma diferenciação crítica ao capitalismo, mas, no campo prático, acaba dependendo involuntariamente do próprio sistema que censura*. Mesmo assim, reafirmamos, *dependência não é adesão!*

Tal disposição demonstra que a social-democracia *acabou conseguindo aprofundar alguns objetivos "socialistas" no capitalismo*. E o *reformismo sueco* é o maior exemplo disto. Em resumo (e uma anotação para os juízes mais contumazes!): a social-democracia, em relação ao socialismo, *não é tão inconciliável quanto se pensa* e, em relação ao capitalismo, *não é tão próxima quanto se quer fazer pensar*.

Caracterizando-a ainda, podemos dizer que as condições para o seu desenvolvimento são claras: *democracia e capitalismo*. Soma-se a estas a necessidade de uma *sociedade civil organizada* (principalmente o operariado e os setores médios) além de um *sistema de bem-estar (welfare state) eficiente*. Em termos de estruturação

política a social-democracia apresenta-se, de maneira geral, como *um partido que mantém fortes vínculos sindicais e com organizações sociais.*

Mas, e no Brasil? É possível uma proposta desta envergadura?

Antes de mais nada, deve-se ter em mente que não existe uma única teoria que seja adaptável às condições nacionais *sem sofrer algum tipo de modificação.* Nem o liberalismo é o mesmo nos Estados Unidos e na Inglaterra, nem o comunismo europeu é igual ao comunismo latino. Por que seria diferente com a social-democracia?

Por este motivo, uma proposta social-democrata para países como o Brasil pode até ser viável *desde que se leve em conta a situação nacional e não se faça uma simples transferência de modelos pré-concebidos.* É preciso ser rigoroso sem ser "ranzinza".¹

Diante disso, é perceptível que o Brasil tem alguns agravantes que atravancam uma proposição reformista social-democrata. Desnecessário enumerar, por exemplo, os sérios problemas sociais ou a condição miserável de grande parcela da

¹ Duas ilustrações: (a) Sendo a social-democracia um fenômeno, em sua origem, essencialmente operário, as relações trabalhistas adquirem particular relevância. Se centralizarmos nosso foco apenas no setor metalúrgico, é fácil comprovar a disparidade entre as realidades dos dois casos por nós tratados: o sueco e o brasileiro. Os contratos coletivos de trabalho na Suécia são experiências anteriores a 1ª Grande Guerra. Conforme BUCI-GLUCKSMAN & THERBORN (1983: 164) nos informam, "antes de 1914, dois terços dos operários da metalurgia estão já cobertos por negociações coletivas". Por sua vez, tais formas de "confronto participativo" só vão encontrar paralelo no cenário brasileiro da década de 90, com a discussão em torno das *câmaras setoriais* e dos *acordos tripartites* (governo, montadoras e sindicato) realizados pelo setor automobilístico. Tais fatos podem representar os "primeiros passos" de uma política menos ostensiva e mais conciliadora entre capital e trabalho? [v. *Centrais abandonam grevismo e ampliam leque de preocupações*, Folha de São Paulo, 03.01.1993]; (b) Até meados do século XIX, 70% dos suecos estavam ligados ao setor primário, sendo que a maioria destes relacionada à extração de madeira. É a partir de 1880 que este país observa uma industrialização crescente, alcançando seu ápice em 1950-1970, quando a taxa média de crescimento da produção estava na ordem de 4,5 % ao ano. O Brasil, por sua vez, só iniciaria seu desenvolvimento industrial e urbano posterior a 1950. Antes disso, ainda poderíamos considerá-lo um país "essencialmente agrícola" [v. *A Indústria Sueca*, Dados sobre a Suécia, Instituto Sueco, julho-1993 / CELSO FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, Ed. Nacional, São Paulo, 1989 / VILMAR FARIA, "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos", in *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, Brasiliense, São Paulo, 1983]

população brasileira. É justamente por estes imensos atributos negativos que se justifica a necessidade urgente de *reformas profundas de caráter social-igualitário*. A grande questão, no entanto, é como otimizá-las.

Diferente da Europa, o Brasil é um país muito heterogêneo, onde as demandas são muito diversas. Qualquer proposta reformista deve ser preparada considerando-se estas diferenças. Por exemplo, podemos facilmente identificar estados industrializados e urbanos onde, conseqüentemente, a mão-de-obra é mais numerosa e organizada e onde, provavelmente, a proposta social-democrata é mais acessível. Ao mesmo tempo podemos identificar regiões agro-industriais onde o capitalismo é (quando muito) embrionário e a mão-de-obra desorganizada é submetida a formas semi-feudais de exploração. Nestas últimas, talvez, a social-democracia seja uma proposta "muito tímida".

No âmbito do Estado, as observações de Vasconi (1990) encaixam-se perfeitamente no caso brasileiro.² O Estado brasileiro é aparelhado para responder interesses corporativos imediatos, ao mesmo tempo que é tratado como um bem privado. Numa situação como esta, mesmo tendo uma presença significativa na vida cotidiana da maioria dos brasileiros, ele não consegue responder com eficácia e racionalmente as demandas sociais que lhe são imputadas.

Por fim, o Brasil parece engrenar em seu processo de consolidação e estabilização democrática. Finda a transição, pode-se afirmar, sob um ângulo até otimista, que o sistema partidário brasileiro, retirado do ostracismo dos anos militares, está amadurecendo. Alguns partidos estão se solidificando como partidos nacionais e

²v. Capítulo IV.

são protagonistas reais no jogo político do país. O PSDB e o PT se enquadram nesta perspectiva.

. PSDB e PT: A Polarização pelo Centro

No caso específico destes dois partidos gostaríamos de ressaltar duas situações que foram vitais para as respectivas configurações ideológicas: as *eleições presidenciais de 1989 e de 1994*. Em ambas a relação PSDB-PT adquiriu importância decisiva.

Em 1989, as conversações para o segundo turno visando apoiar ou não Lula numa frente anti-Collor demonstravam que as incompatibilidades entre PSDB-PT existiam, mas não eram "letais". O esvaziamento da campanha de Mário Covas já no primeiro turno jogava o PSDB numa situação internamente incomôda. Entre Lula e Collor, quem apoiar para o segundo turno?

No primeiro turno, sem assumir um discurso derrotista, as eventuais opções do PSDB ficavam entre Collor, Lula e Brizola. José Richa e Franco Montoro defendiam o apoio explícito ao candidato do PRN. Mário Covas, junto com a ala esquerda do PSDB, e Pimenta da Veiga, com os olhos voltados para o governo de Minas Gerais (em 1990), tendiam a apoiar o candidato do PT. Brizola, por sua vez, era uma opção intermediária, uma candidatura de perfil "vago" que não "comprometeria" tanto como aderir a Collor ou a Lula.

No entanto, confirmada a passagem de Collor e Lula para o segundo turno, o PSDB, um partido de "centro-esquerda", se viu obrigado a optar entre dois pólos. Uma escolha difícil! Collor representava tudo aquilo que o passado dos quadros peessedebistas refutava (anti-democrático, conservador, vinculado ao regime ditatorial,

etc). O PT, por sua vez, além de não agradar aos setores mais à direita do PSDB com sua imagem de "radical", trazia à memória velhas rugas entre os dois partidos.³

Descartado oficialmente Fernando Collor, analisou-se no PSDB duas opções: neutralidade (defendida por José Richa e Montoro) ou "apoio crítico" ao candidato petista (o programa da Frente Popular deveria ser alterado). A tese do "apoio crítico" foi a alternativa adotada. PT e PSDB entram numa espiral de conversas e articulações visando tornar esta aliança mais efetiva. O apoio à candidatura Lula por parte do PSDB, mesmo que de forma pouco intensa, viria, mas não sem antes esbarrar na intransigência de ambos os lados.⁴

Numa comparação mais sólida, havia divergências programáticas explicitadas antes mesmo da formalização do apoio. Vejamos a leitura que o PSDB fazia de alguns dos 13 pontos apresentados pela Frente Brasil Popular⁵:

- Conceção de democracia:

Trata-se de uma concepção [do PT] de organização da sociedade em que os trabalhadores organizados sobrepõem-se ao aparato estatal e aos poderes constituídos, condicionando e conduzindo sua ação.(...) ...o sentido é claro: trata-se de ter um poder sindical situado acima dos poderes legalmente constituídos para a representação política e a administração pública.⁶

- Dívida externa:

³Principalmente em São Paulo, onde o PSDB e o PT eram eleitoralmente mais fortes e mais organizados. Ali a aliança enfrentava suas maiores resistências.

⁴Logicamente, os setores que pretendiam atrelar o PSDB à candidatura Collor não se envolveriam numa eventual campanha para o PT. Além do que, decidido pelo apoio a Lula, setores do PT começaram a boicotar os peessedebistas que não nutriam simpatias pelo candidato petista.

⁵As citações a seguir referem-se ao documento apresentado pelo PSDB, em novembro de 1989, elaborado por Edmar Bacha e José Serra. [v. Poder sindical defendido pela Frente assusta o PSDB. *Jornal do Brasil*, 24.11.1989]

⁶Esta concepção do PT era chamada por alguns órgãos da imprensa de "república sindical" [v. PSDB teme "República Sindical" do PT, *O Globo*, 25.11.1995].

...a proposta é simplesmente a suspensão imediata dos pagamentos referentes a essa dívida, sem distinção entre amortizações ou juros, ou entre credores privados e públicos, ou entre créditos comerciais e créditos de médio prazo. Também sem especificar de que se trata a estratégia de negociação, mas sim tratando a suspensão como um objetivo em si mesmo, na luta contra o FMI e o imperialismo. Ainda por cima, propõe-se a realização de um plebiscito sobre dívida externa, com o objetivo de "impulsionar um amplo movimento de massa contra seu pagamento".⁷

- Reforma agrária:

...além de estar sob o comando dos trabalhadores e não do Estado, é vista como um poderoso estímulo à organização e à luta dos trabalhadores rurais. Como se não bastasse essa provocação, entre os três casos listados em que se recomenda a desapropriação, encontra-se o fato de as terras estarem envolvidas em conflitos. Que melhor convite para incendiar o campo?

- Sistema financeiro:

...afirma-se que a Frente "aumentará o controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção e até à estatização, se necessário".⁸

- Privatização:

...qualquer forma de privatização é repudiada, ao afirmar-se que a Frente "manterá o setor produtivo estatal em poder do Estado".⁹

- Capital estrangeiro, comércio exterior, política externa:

O que se busca é um fechamento das relações econômicas externas do país em relação aos países ocidentais.

A eleição de 1989 teria um efeito comum nos dois partidos. Para o PSDB, a vitória de Collor e o apoio ao candidato derrotado somados à retração eleitoral de

⁷O documento cita o programa da Frente Brasil Popular, p. 08.

⁸O documento cita o programa da Frente Brasil Popular, p. 12.

⁹O documento cita o programa da Frente Brasil Popular, p. 11.

1990, enfraqueceram a propensão mais esquerdista do partido. Esta situação abria caminho para que alguns quadros peessedebistas tentassem uma aproximação com o governo Collor. No PT, com a derrota, sentia-se mais do que nunca a necessidade de discutir o perfil do partido e rever sua estratégia eleitoral. Tanto o PSDB como o PT, portanto, adernavam à *direita* de suas posições anteriores.

Na última campanha presidencial, em 1994, esta tendência se fortalece.

Castañeda (1994) assim analisava a disputa entre as candidaturas de Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB, e Luís Inácio Lula da Silva, pelo PT.

... é evidente que Cardoso corre o risco de se tornar o candidato de uma frente de direita anti-Lula; mas, em termos substantivos, e do ponto de vista do resto do continente, o próprio Cardoso defende um programa reformista de centro-esquerda, que pouco se diferencia daqueles de vários candidatos da mesma corrente em outros países. Lula, por sua vez, seguiu uma evolução análoga, embora partindo de um ponto diferente. Ainda não se realizou o congresso de Bad-Godesberg do Partido dos Trabalhadores, mas sua convocação não está distante, sobretudo se o seu candidato vencer as eleições e conseguir levar ao exercício da Presidência sua própria lucidez e sensibilidade moderadoras.¹⁰

Porém, mesmo tendo sido apoiados por setores vinculados a interesses divergentes, ambos, tanto FHC como Lula, segundo Przeworski, estariam "comprometidos com reformas sociais".¹¹

Estes indicativos nos mostram que as propostas do PSDB e do PT, mesmo com alguns pontos discrepantes, não eram de todo incompatíveis, ou seja, uma aliança entre estes dois partidos não só era possível como chegou a ser cogitada. Contudo, a "aliança reformista" não ocorreu pois se suas propostas, conforme Przeworski, se "comprometiam com reformas sociais", tanto o PSDB como o PT foram

¹⁰JORGE CASTAÑEDA. *Utopia Desarmada*, p. 16. (grifo nosso)

¹¹ Direita sem chances. reformas urgentes. *Folha de S. Paulo*, 18.09.1994.

para o segundo turno. Além do mais, sem um candidato conservador com chances reais de transpor o primeiro turno, aos setores liberais restava adotar uma candidatura "moderada". E não seria a de Lula!

Logo, o "risco" de que nos fala Castañeda se confirmou: aliando-se ao PFL e ao PTB, o PSDB encabeçou uma "frente de direita anti-Lula". Por seu lado, o PT, visando os eleitores de classe média, procurou de todas as formas preencher o espaço deixado pelo PSDB na *centro-esquerda*. Contados os votos, Fernando Henrique vence. O "programa reformista de centro-esquerda" do PSDB se vê obrigado a dividir espaços com a "frente de direita", agora no governo. O PT se recolhe em novas discussões internas.

. Qual Social-Democracia?

Tanto o PSDB como o PT podem representar autenticamente um modelo social-democrata para o Brasil?

No caso do PSDB, sua origem parlamentar, sua quase inexistente base sindical e seus fracos vínculos sociais dificultam uma identificação com o modelo social-democrata europeu. No caso do PT, esta aproximação é facilitada por sua origem classista e por suas robustas raízes sociais. No entanto, tanto o PT como o PSDB nasceram vinculados a um perfil de "esquerda" e "centro-esquerda". Ambos têm bases em regiões industrializadas e urbanas. Além disso, a história de seus membros mais destacados mostra o comprometimento destes dois partidos com a democracia.

Na análise dos programas do PSDB e do PT pudemos encontrar divergências, mas também similaridades (entre ambos e entre estes e a proposta social-democrata).

Os documentos do PSDB analisados (o *Programa de Fundação e Os Desafios do Brasil e o PSDB*) assinalam claramente a defesa de uma *economia mista*, onde o mercado é socialmente controlado e o Estado age como seu regulador. Como vimos, o PSDB procurou se diferenciar de um “Estado forte e autoritário” e, ao mesmo tempo, não fez a apologia puritana do mercado. O Estado peessedebista está localizado entre estas duas opções, é um mediador de interesses.

Por sua vez, em termos gerais e sem levarmos em conta suas divisões internas, podemos afirmar que o PT se aproxima da social-democracia?

Originalmente um partido classista, anti-capitalista, com um socialismo pouco definido (ou, quando muito, *definido pela negativa*) e sem nenhuma aptidão social-democrata. Atualmente, apesar do discurso mais moderado e generalizado (ao povo), ainda não se compreende completamente o *socialismo petista*. Contudo, ele está muito mais palpável do que tempos atrás. O *VII Encontro Nacional* e o *Primeiro Congresso* são aqui ilustrativos. No âmbito prático, se observarmos novamente as tendências internas ao PT, perceberemos que, mesmo divergindo sobre “meios e fins”, sua porção reformista não é pequena.

Além disso, o PT é um partido que apresenta algumas “preocupações social-democratas”: defende melhorias no ambiente de trabalho e a “desmercadorização” do trabalhador, trata de maneira diferenciada as formas de propriedade e gestão, é favorável ao controle social da economia e das instituições públicas e, por fim, defende o planejamento estatal articulando-o a um “mercado socialmente orientado”.

É um fato que a oratória petista remete várias vezes o partido à uma posição entre o Estado liberal e o Estado burocrático do “socialismo real”. Talvez, vale observar, uma posição mais defensiva do que propriamente “programática”: se antes

Lula afirmava que o PT não estava procurando paliativos para o capitalismo, agora podemos dizer que o partido procura uma saída para os efeitos negativos que ressoam do leste europeu. A social-democracia, mesmo estigmatizada, não nos parece um "paliativo" completamente descartado.

Especificamente sobre suas diferenças com a social-democracia a posição do PT ainda é um tanto quanto intolerante.

Concordamos com o PT quando este diz, nas resoluções de seu *Primeiro Congresso*¹², que a social-democracia não é "um caminho para a construção do socialismo". No entanto, discordamos quando o texto afirma, logo em seguida, que a social-democracia não é "tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira". Pelo contrário, acreditamos que o reformismo social-democrata, *mediante ajustes locais*, é uma proposta muito razoável para o Brasil.

Também temos a mesma opinião quando o PT assinala que a social-democracia "adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo". Já mostramos que, mesmo contra a vontade de alguns social-democratas europeus, é até aí que a social-democracia pode chegar. No entanto, discordamos quando o partido afirma que é necessário "ultrapassar os limites da proposta social-democrata". Neste aspecto, se o "limite" ou o "horizonte" deste reformismo for a Suécia, não vemos nenhuma necessidade em ultrapassá-lo!

As afirmações referentes ao "relativo sucesso" da social-democracia no pós-guerra podem indicar uma estratégia petista equivocada. Como assinala o texto, "a burguesia europeia - acossada internamente pelos movimentos operários e preocupada com a expansão do bloco socialista - foi obrigada a aceitar importantes reivindicações

¹²v. comentários às resoluções [106, 107, 108, 109] no Capítulo VI.

políticas e sociais".¹³ Ora, se o "bloco socialista" já não parece preocupar tanto a "burguesia" como antes, a classe operária, no entanto, ainda está aí. E o que é mais relevante: sedenta por reformas. Ignorar isto é desviar o assunto por atalhos pouco seguros.

Por fim, o PT comete uma injustiça com os social-democratas ao afirmar que estes não conseguiram sustentar o *welfare state*. Da mesma forma que dissemos que a construção do *welfare state* não é um mérito exclusivamente da social-democracia também não podemos condená-la pela crise do sistema de bem-estar. Como vimos, o capitalismo contemporâneo é uma máquina tão poderosa e autônoma que está submetendo como nunca as condições nacionais (até mesmo na Suécia!) às diretrizes internacionais. O *welfare state* e os social-democratas estão sob este jugo.

Finalizando, gostaríamos de terminar este trabalho arriscando algumas projeções.

Mesmo após as eleições de 1994, em termos de discurso e de prática política, tanto o reformismo do PSDB como do PT ainda são incógnitas.

A aliança eleitoral entre o PSDB e os setores liberais não inviabiliza um "PSDB social-democrata". A Inglaterra e a Suécia são exemplos clássicos de que uma aliança deste tipo não é uma novidade. Neste sentido, a ausência de bases sindicais no PSDB é um elemento muito mais determinante.

A grande questão é *que aliança é esta?* Para o PSDB, como ficou demonstrado nestes primeiros momentos do governo Fernando Henrique, a estabilização monetária é uma tarefa anterior às reformas sociais. É somente a partir delas que poderemos afirmar se há ou não uma prática social-democrata no governo do

¹³Resoluções do Primeiro Congresso do PT, 109.

PSDB. Até lá várias situações combinadas são possíveis. Se o governo de FHC priorizar (conforme o programa original do partido) a presença social-igualitária do Estado, logicamente poderemos identificá-lo como um governo nos moldes social-democratas. Porém, uma inclinação como esta por parte de uma administração que se elegeu com o apoio de setores comprometidos com uma visão liberal de Estado mínimo e, ao mesmo tempo, assentados nas benesses estatais, provavelmente exigiria uma certa dose de coragem. Certamente, a aliança seria rompida e uma base de apoio "substituta" teria que ser construída.

Até o momento, certo é que a proposta do governo peessedebista é a de modernizar o capitalismo brasileiro e, novamente, aqui são possíveis duas "versões modernizadoras": a social-igualitária e a conservadora. Sobre este tema, sem "adivinhações" e em consonância com a introdução deste trabalho, declaramos que ainda nos parece cedo para afirmações "categóricas"!

No caso do PT, onde as reformas sociais são colocadas como prioridade (mesmo cientes que elas não são possíveis em condições econômicas instáveis) o dilema não é menor. Só que, agora, ele está mais focalizado no partido. As disputas ideológicas dentro do PT continuam dificultando a definição de seu perfil. Um partido socialista ou social-democrata? Um partido para a classe operária ou para a classe média ou para ambas? São questões que, se mal respondidas, refletem-se negativamente nas urnas. E o PT, como dissemos, é também um partido de disputas eleitorais.

Marco Aurélio Garcia (1990) nos relata que quando Lula, numa de suas andanças pelo Brasil, foi perguntado se era *comunista* ou *social-democrata*, teria

respondido de forma espirituosa que *"era um torneiro mecânico"*. Tal colocação, segundo o autor, expressaria "as dificuldades e as virtudes da definição socialista petista".¹⁴ Hoje, passado alguns anos de história petista, talvez seja o momento de lhe propor uma réplica: *qual torneiro mecânico, o comunista ou o social-democrata?*

#

¹⁴MARCO AURÉLIO GARCIA, A Social-Democracia e o PT, *Teoria & Debate*, 12, p. 53.

ANEXOS

Anexo 1

Suécia: Governos de 1905 - 1994

Início	Término	Partido / Coligação	1º. Ministro
7nov.1905 *	29maio.1906	Liberal	
29maio.1906	7out.1911	Conservador	
7out.1911	17fev.1914	Liberal	
17fev.1914	30mar.1917	Conservador ¹	
30mar.1917	19out.1917	Conservador	
19out.1917	10mar.1920	Liberal + SAP	
10mar.1920	27out.1920	SAP	Hjalmar Branting
27out.1920	13out.1921	---	
13out.1921	19abr.1923	SAP	Hjalmar Branting
19abr.1923	18out.1924	Conservador	
18out.1924	7jun.1926	SAP	Hjalmar Branting ² Rickard Sandler
7jun.1926	2out.1928	Frisinnade + Liberal	
2out.1928	7jun.1930	Conservador	
7jun.1930	24set.1932	Frisinnade ³	
24set.1932	19jun.1936	SAP	Per Albin Hansson
19jun.1936	28set.1936	Agrário	
28set.1936	13dez.1939	SAP + Agrário	Per Albin Hansson
13dez.1939	31jul.1945	SAP + Conservador + Liberal + Agrário	Per Albin Hansson
31jul.1945	1out.1951	SAP	Per Albin Hansson ⁴ Tage Erlander
1out.1951	31out.1957	SAP + Agrário	Tage Erlander
31out.1957	8out.1976	SAP	Tage Erlander ⁵ Olof Palme
8out.1976	18out.1978	Centro + Moderado + Liberal	
18out.1978	12out.1979	Liberal	
12out.1979	22maio.1981	Centro + Moderado + Liberal	
22maio.1981	8out.1982	Centro + Liberal	
8out.1982	1out.1991	SAP	Olof Palme ⁶ Ingvar Carlsson
1out.1991	18set.1994	Moderado + Liberal + Centro Democrata-Cristão	
18set.1994		SAP**	

Fonte: *Creating Social Democracy*, 1992

* Antes de 1905, os governos da Suécia eram independentes dos partidos e indicados pelo rei.

¹ O Partido Conservador muda de nome em 1969 e passa a se chamar Partido Moderado.

² Morto em fevereiro de 1925.

³ Esta denominação refere-se aos grupos religiosos não pertencentes à religião estatal sueca (luterana). A liberdade total de religião só foi introduzida em 1951.

⁴ Morto em outubro de 1946.

⁵ No goveno até 14 de outubro de 1969.

⁶ Morto em fevereiro de 1986

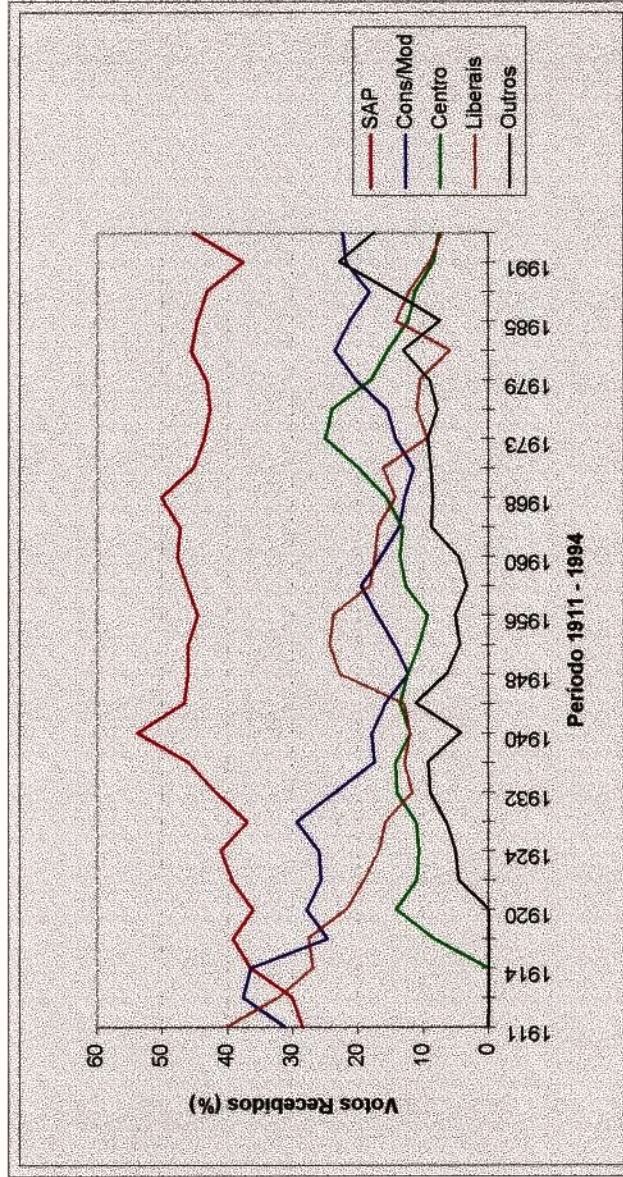
** Falta-nos dados mais precisos para afirmar se houve eventuais coalizões na formação do governo de 1994.

Suécia: Principais Partidos
Votos para o Riksdag (%)

Ano	Votantes	SAP	Cons/Mod	Centro	Liberais	Outros
1911	57	28,5	31,2		40,2	0,1
1914	69,9	30,1	37,7		32,2	0
1914	66,2	36,4	36,5	0,2	26,9	0
1917	65,8	39,2	24,7	8,5	27,6	0
1920	55,3	36,1	27,9	14,2	21,8	0
1921	54,2	39,4	25,8	11,1	19,1	4,6
1924	53	41,1	26,1	10,8	16,9	5,1
1928	67,4	37	29,4	11,2	15,9	6,5
1932	67,6	41,7	23,5	14,1	11,7	9
1936	74,5	45,9	17,6	14,3	12,9	9,3
1940	70,3	53,8	18	12	12	4,2
1944	71,9	46,7	15,9	13,6	12,9	11,2
1948	82,7	46,1	12,3	12,4	22,8	6,4
1952	79,1	46,1	14,4	10,7	24,4	4,4
1956	79,8	44,6	17,1	9,4	23,8	5,1
1958	77,4	46,2	19,5	12,7	18,2	3,4
1960	85,9	47,8	16,5	13,6	17,5	4,6
1964	83,9	47,3	13,7	13,2	17	8,8
1968	89,3	50,1	12,9	15,7	14,3	8,6
1970	88,3	45,3	11,5	19,9	16,2	8,9
1973	90,8	43,6	14,3	25,1	9,4	9,4
1976	91,8	42,7	15,6	24,1	11,1	7,9
1979	90,7	43,2	20,3	18,1	10,6	9,1
1982	91,4	45,6	23,6	15,5	5,9	13
1985	89,9	44,7	21,3	12,4	14,2	7,4
1988	86	43,2	18,3	11,3	12,2	14,9
1991	86,7	37,6	21,9	8,5	9,1	22,9
1994	86,8	45,3	22,4	7,7	7,2	17,5

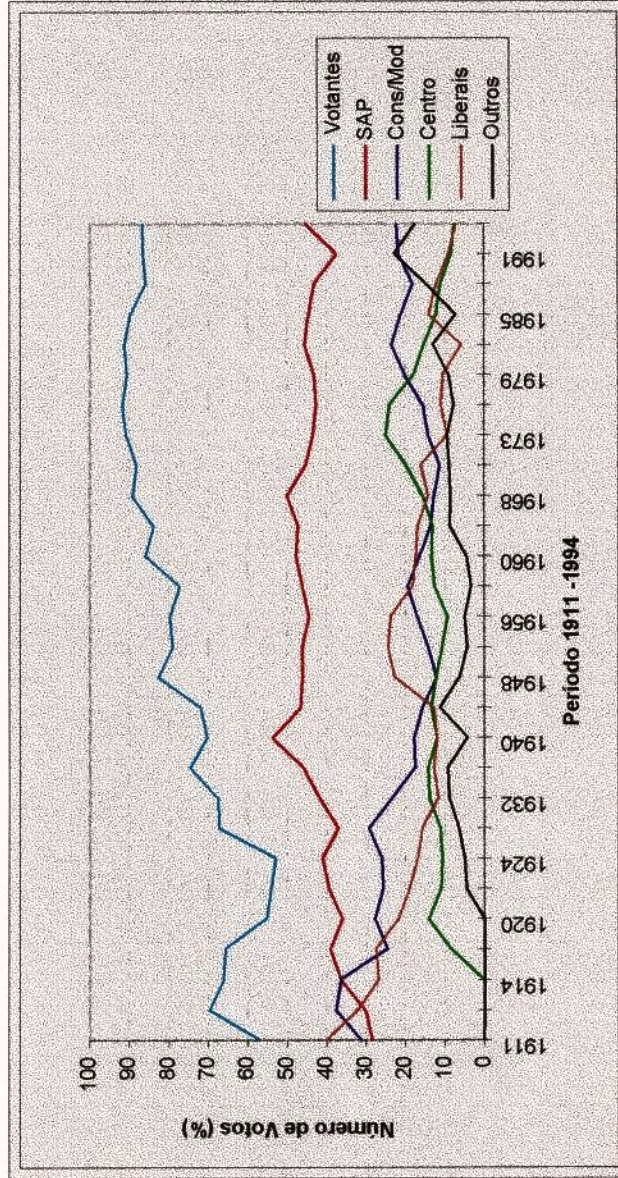
Anexo 3

Suécia: Principais Partidos
Votos para o Riksdag
(SAP x Partidos)



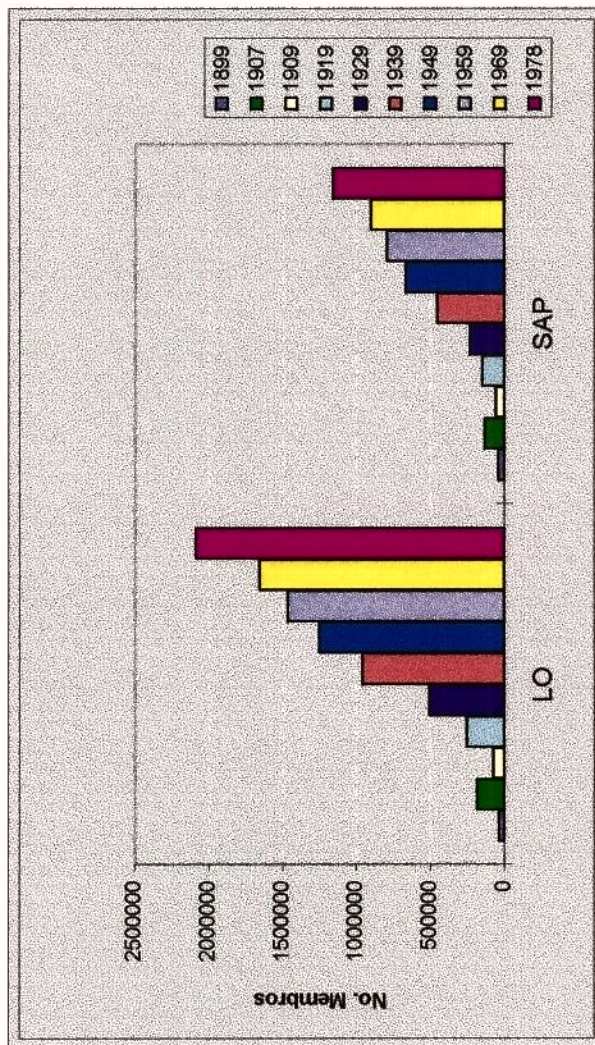
Anexo 4

Suécia: Principais Partidos
Votos para o Riksdag
(Votantes x Partidos)



Suécia:
Sindicato x Partido

Data	1899	1907	1909	1919	1929	1939	1949	1959	1969	1978
LO	37523	186226	79926	258996	508107	961216	1255987	1467117	1659729	2089390
SAP	44489	133388	60813	151364	234962	458831	668817	796106	907502	1162028



Anexo 6

Suécia: Eleições Parlamentares (Riksdag) - 1994

	% de Votos	Cadeiras
Partido Social-Democrata	45,3	161 (3)
Partido Moderado	22,4	80 (0)
Partido de Centro	7,7	27 (3)
Partido Liberal	7,2	26 (4)
Partido de Esquerda	6,2	22 (8)
Partido Verde	5,0	18 (12)
Partido Democrata Cristão	4,1	15 (9)
Nova Democracia	1,2	0 (0)
outros	1,0	-

Fonte: Instituto Sueco

Anexo 7

Suécia: The Swedish Social-Democratic Party Programme - 1990

<p>I. General Principles</p> <p>1. The Aims of Social Democracy <i>Liberty</i> <i>Equality</i> <i>Solidarity</i></p> <p>2. A World Faced With Common Problems and Opportunities</p> <p>3. From Class Society to Welfare State <i>Towards the folkhem</i> <i>The challenges of the future</i> <i>Capitalist and communist oligarchy</i></p> <p>4. Democratic Socialism <i>In the hands of the nation</i> <i>Growth, welfare, environment</i> <i>Distribution</i> <i>Employment</i> <i>Culture for diversity and emancipation</i></p> <p>5. The Liberty of All Nations, The Peace of the World <i>National self-determination and the liberation fo the peoples</i> <i>Political détente and military disarmament</i> <i>Social and economic justice</i> <i>Environmental policy for sustainable development</i> <i>International co-operation</i></p>	<p>I. Social democratic Sweden - The Political Programme</p> <ol style="list-style-type: none">1. Constitution2. Legal System3. Civil rights and liberties4. Equal opportunities5. Municipalities and county councils6. Popular movements7. Administration8. Foreign policy, development co-operation, trade and security policies9. Distribution10. Ownership and capital formation11. Environment12. Energy13. Economic policy and taxation14. Regional policy15. Big cities16. Traffic17. Workplace democracy18. Labour market19. Working hours20. Working environment21. Consumers22. Immigrants and refugees23. The disabled24. Children25. The elderly26. Education27. Research28. Culture29. Housing30. Medical care and health services31. Social insurance32. Social services33. Drugs34. Crime35. Sports and leisure
---	---

Fonte: The Swedish Social Democratic Party Programme, 1990

Anexo 8

Suécia: Election Manifesto - 1994

- I. Sweden needs a new sense of direction
- II. Sweden is on the wrong Track
- III. A new direction
- IV. This is what the social democrats will do
 - . Cooperate across national borders - for peace, employment and the environment
 - . A new form of cooperation to provide for jobs and welfare
 - . Investing for the future
 - . A national programme for education and increased knowledge
 - . Labour market policy must be changed
 - . Managing government finances
- V. Our alternative

Fonte: Election Manifesto, 1994

Anexo 9

PT e PSDB na Câmara e no Senado, 1979 - 1994*

Câmara dos Deputados										
	1979	1982	1983	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994
PT	-	5	8	16	16	17	35	36	35	49
PSDB	-	-	-	-	50	60	38	40	45	62
Senado Federal										
	1979	1982	1983	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994
PT	-	-	-	-	-	-	1	1	1	5
PSDB	-	-	-	-	10	12	10	9	9	11
Congresso Nacional (Câmara + Senado)										
	1979	1982	1983	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994
PT	-	5	8	16	16	17	36	37	36	54
PSDB	-	-	-	-	60	72	48	49	54	73

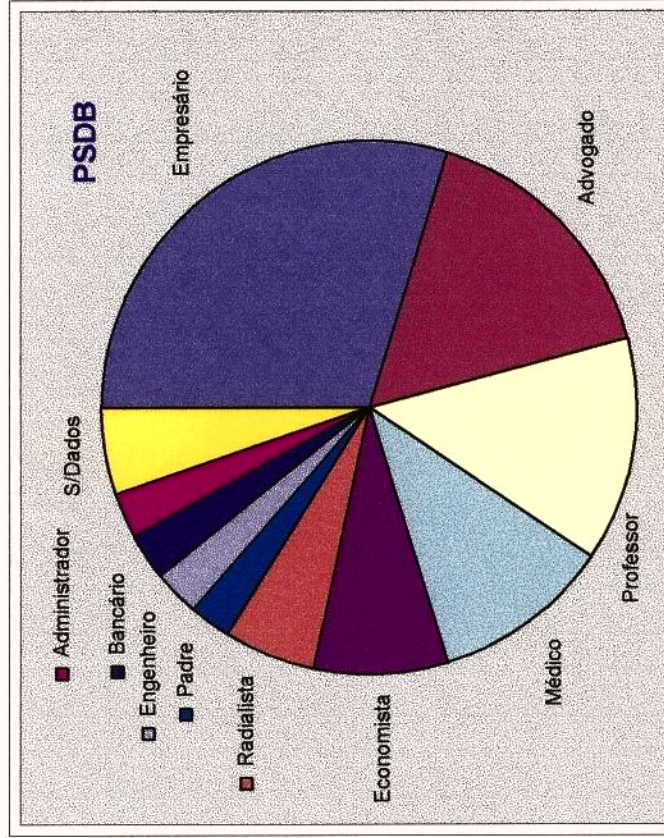
Fonte:

Kinzo, M., Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro, 1993
 Caderno Olho no Congresso, Folha de São Paulo, 31.01.1995

* Os anos de 1983, 1987 e 1991 referem-se a composição resultante das eleições no ano anterior.

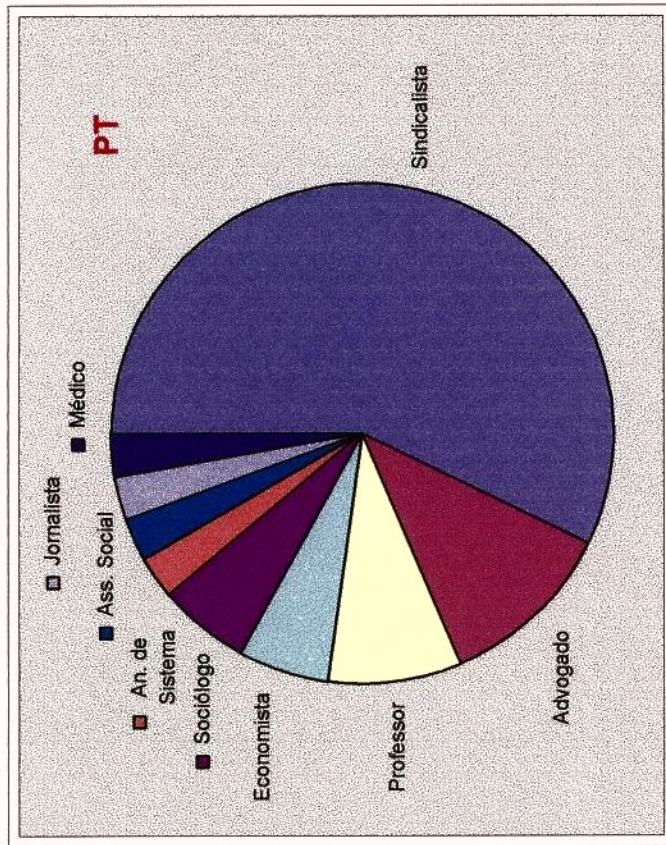
**Atividade Profissional dos Deputados Federais - 1990
(PSDB)**

Categoria	PSDB
Empresário	29,7
Advogado	16,2
Professor	13,5
Médico	10,8
Economista	8,1
Radialista	5,4
Padre	2,7
Engenheiro	2,7
Bancário	2,7
Administrador	2,7
S/Dados	5,4

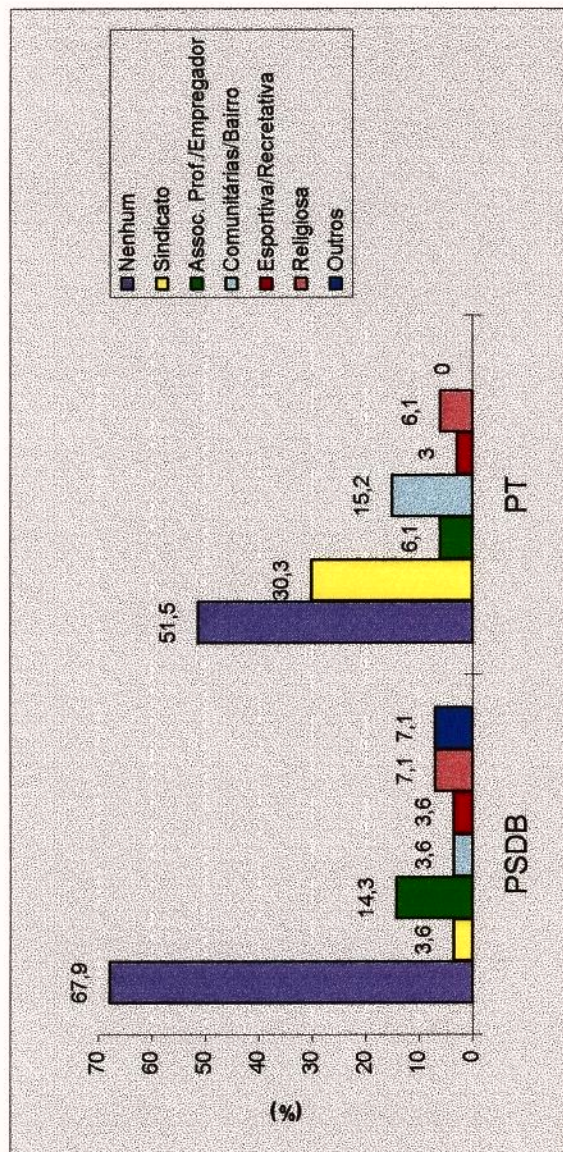


Atividade Profissional dos Deputados Federais - 1990
(PT)

Categoria	PT
Sindicalista	57,1
Advogado	11,4
Professor	8,6
Economista	5,7
Sociólogo	5,7
An. de Sistema	2,8
Ass. Social	2,8
Jornalista	2,8
Médico	2,8



Deputados Estaduais e seus vínculos com a Sociedade Civil - 1989



Fonte:
Kinzo, M.
*Partidos e Representação Política:
Deputados Estaduais e seus vínculos partidários,*
Relatório de Pesquisa, 1990.

Anexo 13

Perfil do PSDB no Congresso Constituinte (1988)

Região	N	Origem Partidária				Avaliação do DIAP (média)	Avaliação da FIESP (média)
		PMDB	PFL	PDT	Pequenos Partidos*		
Norte	2	1	0	0	1 (PSB)	8.75 (2)	
Nordeste	8	6	1	1	0	9.38 (8)	
Sudeste	24	21	1	0	2 (PCdoB+PSC)	7.22 (23)	
Sul	8	8	0	0	-	9.22 (8)	
Centro-Oeste	5	3	2	0	-	8.60 (5)	
Total	47	39	4	1	3	8.16 (46)**	

Fonte: Lamounier, B. *Partido e Utopias*, Tabela 14 e 17, 1989

* Beth Azize (PSB, do Amazonas), Célio de Castro (PCdoB, de Minas Gerais), Dirce Tutu Quadros (PSC, de São Paulo).

** O senador Afonso Arinos (RJ) não recebeu nota pelo DIAP.



BIBLIOGRAFIA

Documentos e Publicações Partidárias¹

PT:

Lula Presidente: uma revolução democrática no Brasil (programa de governo, 1994).

Programa de Garantia de Renda Mínima (projeto de lei do Senador Eduardo Suplicy e artigos diversos, 1992).

Resoluções do 1o. Congresso do PT (1991).

Documentos Básicos do Partido dos Trabalhadores: Manifesto (1981), Programa e Plano de Ação (1981), Discurso de Lula na I Convenção Nacional (1981).

O que é PT (publicação da Secretaria Nacional de Formação Política, 1991)

Resoluções do 7o. Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (1990).

PSDB:

Manifesto, Estatuto e Programa do PSDB (Coleção Tucano, vol I, 1989).

A Social-Democracia Brasileira: construção de uma nova força (Coleção Tucano, vol IV, 1989)

Os Desafios do Brasil e o PSDB - síntese (Coleção Tucano, vol VI, 1989)

Mãos à obra, Brasil (programa de governo, 1994)

Social-Democracia: o que é, o que propõe para o Brasil (publicação do Senador Fernando Henrique Cardoso, 1990).

Outros:

Programa Fundamental del Partido Socialdemócrata de Alemania (Bad-Godesberg, 1959).

The Swedish Social Democratic party Programme (1990)

¹ Documentação obtida junto aos Diretório Nacional do PT, Diretório Municipal do PT (Campinas), Diretório Nacional do PSDB, Diretório Nacional do PDT, Diretório Nacional do PPS, Comitês eleitorais dos candidatos, Congresso Nacional, Konrad Adenauer Stiftung, Friedrich Ebert Stiftung, Instituto Sueco (Estocolmo), Partido Social-Democrata Sueco, Partido Social-democrata Alemão.

Swedish Election Guide (1994).

Election Manifesto adopted by the Swedish Social Democratic Party Board (1994).

Bibliografia (por ordem alfabética)

Almeida, M. Herminia T.

O Reformismo Democrático em Tempos de Crise. Lua Nova 22

A Social-Democracia Alemã e o Trabalhismo Inglês: um seminário sobre experiências contemporâneas de organização da sociedade

Azevedo, Clovis B.

Leninismo e Social-Democracia: Uma Investigação sobre o Projeto Político do Partido dos Trabalhadores. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1991.

Benevides, M. V.

1989. O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964), São Paulo, Brasiliense.

1979. O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Bobbio, Norberto.

"Social Democracia=Mais Igualdade", in Social Democracia Hoje, 1976.

As Ideologias e o Poder em Crise: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força.

Bovero, Michelangelo.

Liberalismo, Socialismo, Democracia: definições mínimas e relações possíveis. Revista da USP 144-155p

Brandt, W.

La Internacional Socialista ante el Nuevo Milenio. Nueva Sociedad 103 sept/oct 1992 82-87p

Buci-Glucksmann, C & Therborn, G.

O Desafio Social-Democrata, 1983

Caballero, M.

Existirá América Latina en el Nuevo Mundo de 1990? Nueva Sociedad 108 jul/ago 1990 86-97p

Cabrera, J. R.

1995. Os Caminhos da rosa (um estudo sobre a social-democracia no Brasil). Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas.

Cardoso, F. H.

"Perspectivas da Social-Democracia na América Latina", in Social Democracia Hoje

Carlsson, I.

Cambiar el Derecho a Decidir sobre la Producción. Nueva Sociedad 103 sept/oct 1992 91-97p

Carrilo, Santiago.

"O Estado perante a Sociedade"; "O modelo de Socialismo Democrático", "As raízes históricas do 'Eurocomunismo'", "Sobre a Ditadura do Proletariado, in "Eurocomunismo" e Estado

Castañeda, J.

1994. Utopia Desarmada. São Paulo, Companhia das Letras.

Cicone, R. B.

1995. Da Intenção ao Gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas.

Cole, G. D. H.

"Conclusion: Comunismo y Social Democracia de 1914 - 1931", in História del Pensamiento Socialista

Dahl, Robert.

Porque Mercados Livres Não Bastam. Lua Nova 28/29 227-237p

Draibe, Sonia.

As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. Revista da USP 86-101p

1992. Brasil: o Sistema de Proteção Social e suas Transformações Recentes. CEPAL (mimeo)

Esping-Andersen

As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova 24, set/1991

Feldt, Kjell-Olof.

"O que fazer com o Capitalismo", in Social Democracia Hoje

Fetscher, Irving.

"Bernstein e o desafio à ortodoxia", in História do Marxismo, vol 02

Garcia, Marco Aurélio

Reforma e Revolução/Reforma ou Revolução: discussão de um paradigma. Rev. Bras. de História 09-38p

A social-democracia e o PT. Teoria e Debate 12 nov/1990 45-56p.

Glyn, A.

A Social-Democracia e o Pleno Emprego. Política Externa, v4, n2, set/out/nov 1995.

Hadenius, S. & Lindgren, A.

1992. Sobre a Suécia. Svenska Institutet.

Hobsbawn, E.

1991. Estratégias para uma Esquerda Racional, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Jaguaribe, H.

1990. "A Social-Democracia e as Condições da América Latina e do Brasil"; "Síntese Contemporânea" in Social Democracia Hoje. Rio de Janeiro, Fundação Teotônio Vilela.

Keck, Margareth

1991. PT: A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira. São Paulo, Ed. Ática.

King, Desmond

O Estado e as Estruturas Sociais de Bem-Estar em Democracias Industriais Avançadas. Novos Estudos 22 out/1988 53-76p

Kinzo, M. Dalva

1993. Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro. Série Pesquisas (1), Konrad-Adenauer Stiftung.

1988. Considerações sobre a Transição Democrática no Brasil. Pensamiento Iberoamericano nº4.

1990. O Papel dos Partidos (Cem Anos de Eleições Presidenciais). Textos do Idesp nº36.

Kinzo, M. Dalva e Lamounier, B.

1978. Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil (1945 - 1078). Revista Dados, nº19, RJ.

Lechner, Norbert.

Estado, Mercado e Desenvolvimento na América Latina. Lua Nova 28/29 237-248p

Lamounier, B.

1987. Perspectivas da Consolidação Democrática: o caso brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais nº4 v2.

1989. Partidos e Utopias. SP, Edições Loyola.

Lamounier, B. e Meneguelo, R.

1986. Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro, SP, Ed. Brasiliense.

Luxemburg, R.

Reforma ou Revolução

Mansilla, H.C.F.

Perspectivas para el Movimiento Socialista en America Latina. Nueva Sociedad 108 jul/ago 1990 132-146p

Meyer, Th.

1983. Socialismo Democrático: uma introdução. RJ, Fundação F.Ebert

Meneguelo, R.

1989. PT: a formação de um partido (1979-1982). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Misgeld, K. et alii

1992. Creating Social-Democracy: a century of the social democratic labour party in Sweden. Penn State Press.

Murilo de Carvalho

1987. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras.

Navarro, Vicente.

Produção e Estado de Bem-Estar: o Contexto Político das Reformas. Lua Nova 28/29 157 - 200p

Oliveira, Francisco.

A Economia Política da Social-Democracia. Revista da USP 136-143p

O Surgimento do Antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. Novos Estudos 22 out/1988 08-28p

Paula Leite, Márcia de

"O 'modelo sueco' de organização do trabalho", in Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência. SP, Igiu, 1991.

Petit, P.

Primer Congreso del PT. Nueva Sociedad 121 sept/oct 1992 68-77p

Przeworski, Adam.

"Social-Democracia e Socialismo", in Capitalismo e Social-Democracia, 1991

1994. "Capitalismo e Socialismo", in Democracia e Mercado: no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

A Falácia Neoliberal. Lua Nova 28/29 209-226p

O Capitalismo Democrático na Encruzilhada. Novos Estudos 22 out/1988 29-52p

Rodrigues, L.

1990. "A Composição Social das Lideranças do PT", in Partidos e Sindicatos. São Paulo, Ed. Ática.

Ruin, O.

O Desenvolvimento do Modelo Suéco. Lua Nova nº24, set/1991.

Sadek, M. T.

1990. A Administração do Processo Eleitoral (Cem Anos de Eleições Presidenciais). Textos do Idesp nº36

Sader, Emir (org)

1993. 1994: Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

Souza, M. do Carmo C.

1983. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1945). SP, Editora Alfa-Omega.

Vacca, Giuseppe.

Estado e Mercado, Público e Privado. Lua Nova 24 151-164p

Vasconi, T. A.

Socialdemocraci Irrealizable. Nueva Sociedad 107 mayo/junio 1990 16-20p

Vogel, H.J.

Dos Respuestas. Nueva Sociedad 103 sept/oct 1992 116-117p

Williams, Felicity

1984. La Internacional Socialista y América Latina: una visión crítica. México, Biblioteca de C. Sociales y Humanidades

Outros

Série "Dados sobre a Suécia". Svenska Institutet, 1993/1994.

Relatório sobre a situação social do Brasil NEPP/Unicamp, 1989.

1984. A Monarquia na Suécia. Svenska Institutet.

#